

Relatório de Gestão MPO

2º

2025

TRIMESTRAL

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário-Executivo Adjunto
Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Secretário de Orçamento Federal
Clayton Luiz Montes

Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento
Viviane Vecchi Mendes Muller

Secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira

Secretário de Articulação Institucional
João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de Planejamento
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Consolidação SAGE/SE
Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

Lorena Cavalcanti Pompeu
Ricardo de Assis Teixeira
Jones Junior Daros
Carla Cristina Araújo
Lilian Chaves Maluf Faúla
Matheus Maurício Rodrigues Pereira

Revisão SE
Secretaria-Executiva

Marcus Thulio Rocha Bezerra
Priscilla Rosa Pimentel Sganzerla
Vinícius Fialho Reis

Arte SE
Secretaria-Executiva

Projeto Gráfico
Viviane Barros

Diagramação
Douglas Saymom,
Micer Santos e
Ivan Sasha

Siga nas redes sociais

@MinPlanejamento

@planejamentoeorcamento

Última alteração: 22 de abril de 2025.
**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*

Normalização Bibliográfica: Biblioteca do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Brasil. Ministério do Planejamento e Orçamento
Relatório de Gestão MPO/ Ministério do Planejamento e Orçamento, Secretaria Executiva- Brasília : MPO, 2025.

87 p. : il.

Trimestral

ISSN 3085-8232

1 Relatório de gestão 2 Prestação de contas 3 Transparência 4 Governança I.
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. II. Título.
CDD – 658.151 2

Sumário

1

Governança MPO

Visão Geral do MPO	07
Estrutura Organizacional	08
Organograma do MPO	09
Alta Liderança	10
Funções Essenciais	11
Planejamento Estratégico Institucional	13
Mapa Estratégico	15
Cadeia de Valor	16
Identidade Organizacional	17
Resultados-chave e Projetos	18

2

Desempenho da Gestão

Plano Estratégico Institucional (PEI)	19
Perspectiva de Processos Internos	20
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	21
Destaques	23
Desenvolvimento da Perspectiva	24
Gráficos por perspectiva	35
Projetos Estratégicos	37
Perspectiva de Capacidades Institucionais	66
Resultados-chave por Objetivos Estratégicos	67
Destaques	68
Desenvolvimento da Perspectiva	69
Gráficos por perspectiva	76
Projetos Estratégicos	78
Publicações do MPO	88

Sumário

3

Conformidade e Eficiência da Gestão

Declaração da Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica	92
Gestão Orçamentária e Financeira	93
Instâncias de Governança	93
Gestão de Pessoas	93
Gestão de Serviços e Contratações	93
Gestão de Logística	93
Gestão de Tecnologia da Informação	93
Relatório de Gestão Integrado	93
Plano Estratégico Institucional	93
Supervisão, Controle e Correição	93

4

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis	95
--	----

Introdução

A cada trimestre, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) reafirma seu compromisso com a transparência, a boa governança e a prestação de contas à sociedade por meio da publicação do *Relatório de Gestão Trimestral (RGT)*. Este relatório apresenta uma análise da execução da estratégia institucional do MPO, conforme definida no seu *Plano Estratégico Institucional (PEI/MPO) 2024-2027*.

O PEI/MPO, aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança, é atualizado anualmente, conforme estabelece a Instrução Normativa nº 24/2020 da SEDGG/SEGES/ME. Essa atualização assegura a aderência da estratégia institucional às prioridades de governo e às capacidades das unidades do Ministério, incluindo os projetos estratégicos e resultados-chave que orientam sua atuação.

Os resultados dessa avaliação são apresentados sob duas perspectivas: **Processos Internos e Capacidades Institucionais**. Em cada uma delas, são detalhados os objetivos estratégicos correspondentes e seus respectivos projetos, acompanhados da análise das métricas que evidenciam seu desempenho.

Para avaliar a eficiência na execução da estratégia institucional, levou-se em consideração, principalmente: i) o grau de obtenção dos resultados-chave estabelecidos para cada objetivo estratégico; e ii) o percentual de avanço no cronograma de cada projeto, em comparação com o planejado.

Além do detalhamento da execução da estratégia do MPO, também são apresentados neste Relatório: i) os dados gerais que contextualizam o MPO em sua missão e estrutura; ii) os principais acontecimentos relacionados aos objetivos delineados no Mapa Estratégico do MPO para o quadriênio 2024-2027; iii) informações sobre a conformidade e a gestão do MPO; e iv) dados sobre a execução orçamentária, financeira e contábil do MPO em 2025.

Por não ser uma obrigação normativa, o Relatório de Gestão Trimestral representa uma inovação institucional do MPO, que se antecipa às exigências legais e reforça a cultura de transparência e prestação de contas. Alinha-se aos preceitos constitucionais de acesso à informação (art. 5º, incisos XIV e XXXIII, e art. 37, §3º, inciso II da Constituição Federal de 1988), bem como às disposições da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), promovendo a participação cidadã na administração pública.

Além de subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão Integrado (RGI) anual – exigido pelo Tribunal de Contas da União, conforme a Instrução Normativa nº 84/2020 –, esta publicação periódica contribui para o aperfeiçoamento contínuo do planejamento governamental, valoriza a participação cidadã e contribui para uma administração pública mais aberta, eficiente e conectada com os desafios do País.

Boa leitura!

The background of the slide features a blue-tinted image of a calculator and a spiral-bound notebook. The calculator is positioned in the upper left, and the notebook is in the lower right. A solid orange vertical bar is on the far left.

1

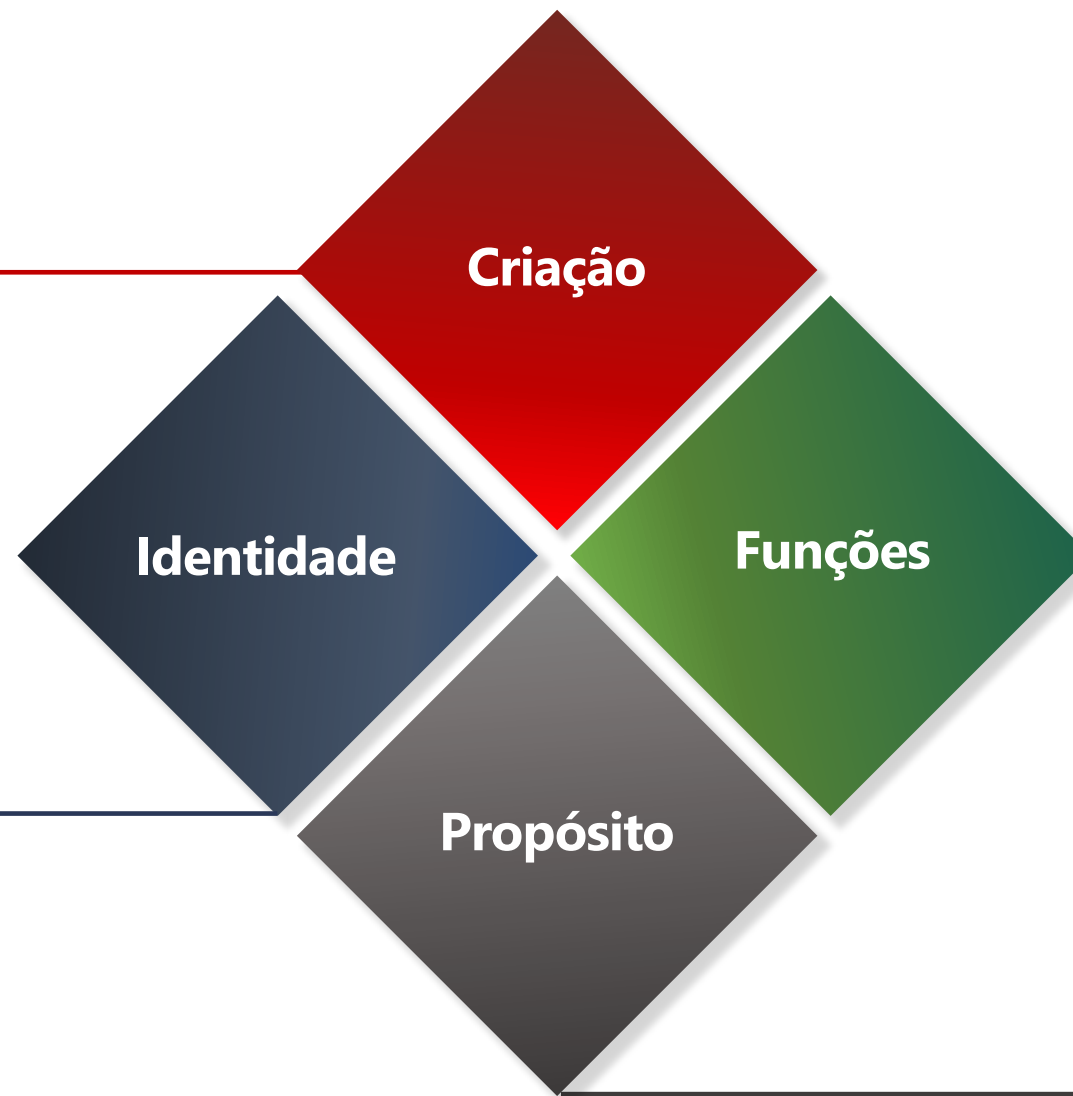
GOVERNANÇA do MPO

Visão geral do MPO

Com a **extinção do Ministério da Economia**, o **MPO viu seu renascimento em 2023**, por meio da publicação da **Lei nº 14.600**, de 19 de junho de 2023.

Este marco sinaliza um **compromisso forte com o planejamento do futuro do Brasil** e com a eficiência na alocação de recursos públicos para gerar desenvolvimento social e econômico.

O Ministério do Planejamento e Orçamento é **órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal** (SIPOF), conforme dispõe a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001.



O **Decreto nº 11.353**, de 1º de janeiro de 2023, elencou competências para o MPO, em especial de **coordenar o planejamento nacional, o orçamento público, a avaliação de políticas públicas e a formulação de diretrizes e avaliação de financiamentos externos de projetos públicos** com organismos multilaterais e com agências governamentais.

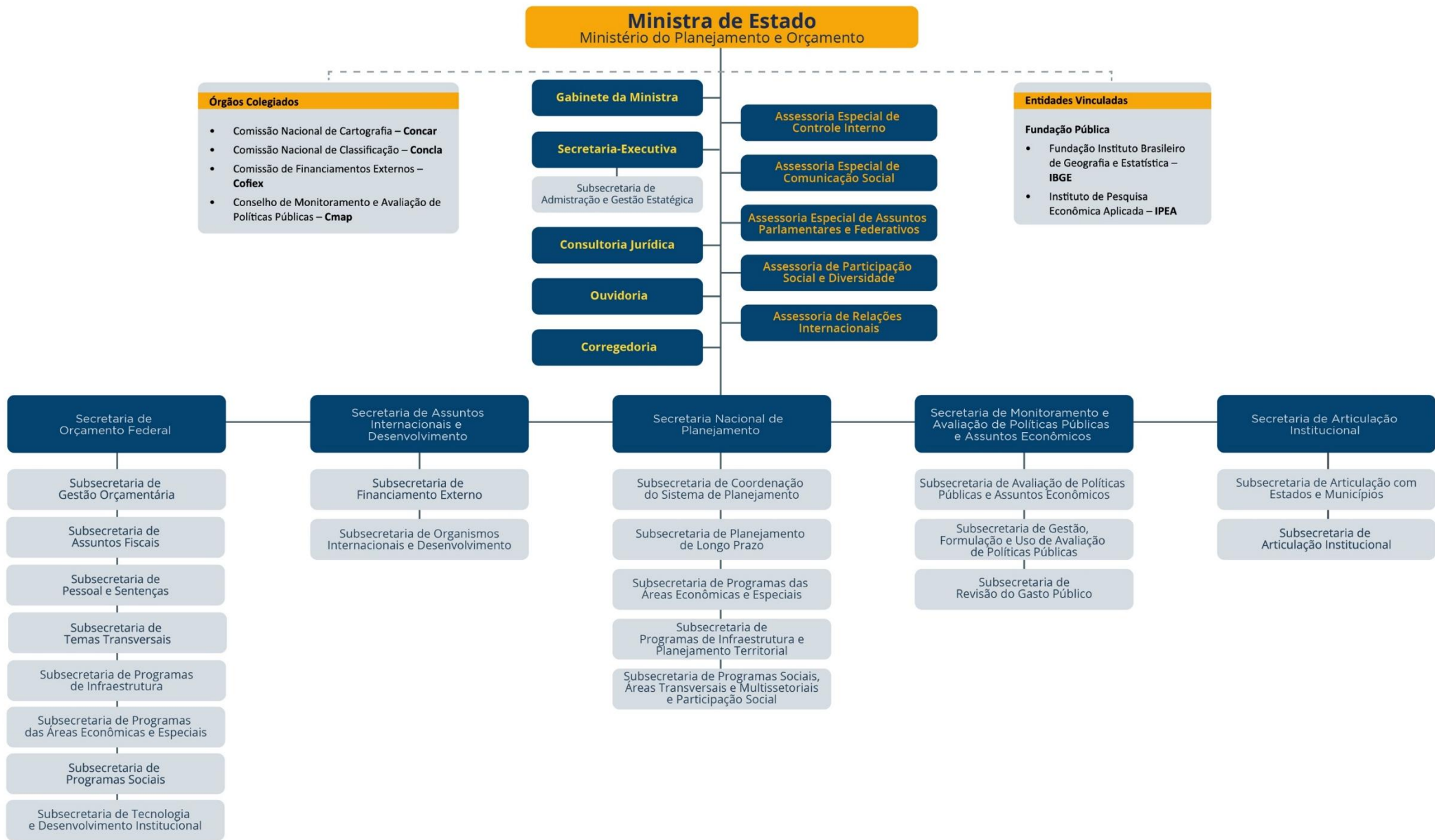
Promover o **planejamento, a avaliação e a alocação de recursos** de forma **eficiente, transparente e participativa**, para o **desenvolvimento e crescimento sustentável** e inclusivo do País.

Estrutura organizacional

A **Estrutura Organizacional** do MPO, definida pelo [Decreto nº 11.353/2023](#), encontra-se dividida nas seguintes Secretarias:



Organograma do MPO



Alta liderança

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Nassar Tebet
[Conheça o perfil](#)



Secretário Executivo
Gustavo Guimarães
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Monitoramento
e Avaliação de Políticas
Públicas e Assuntos
Econômicos
Wesley Matheus de Oliveira
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Orçamento
Federal
Clayton Luiz Montes
[Conheça o perfil](#)



Secretária
Nacional de Planejamento
**Virgínia de Ângelis
Oliveira de Paula**
[Conheça o perfil](#)



Secretária de Assuntos
Internacionais e
Desenvolvimento
**Viviane Vecchi
Mendes Muller**
[Conheça o perfil](#)



Secretário de Articulação
Institucional
**João Victor
Villaverde de Almeida**
[Conheça o perfil](#)

Funções essenciais



Planejamento Nacional

O MPO, por meio da Secretaria Nacional de Planejamento, desempenha um papel crucial na condução estratégica e integrada do desenvolvimento do País. As atribuições da SEPLAN abrangem desde a coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria de Orçamento Federal, até a articulação junto aos entes federados, buscando o alinhamento dos planos locais com o planejamento nacional. Além disso, a articulação entre órgãos governamentais para a formulação e gestão das agendas transversais e multissetoriais são partes essenciais do seu escopo de trabalho. Entre as principais responsabilidades da SEPLAN estão a coordenação do planejamento de longo prazo, a elaboração e acompanhamento do plano plurianual e o apoio ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas. E esse trabalho não se restringe apenas ao âmbito federal: há ainda uma busca pelo alinhamento desses instrumentos de planejamento com os de outros entes federados, promovendo coesão entre os diferentes níveis de governo.



Orçamento Federal

A gestão do orçamento federal, atribuída à Secretaria de Orçamento Federal (SOF), representa um conjunto robusto de responsabilidades para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política orçamentária do país. Essa gestão envolve desde a coordenação e supervisão da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias e da proposta orçamentária da União até a articulação com entidades públicas e privadas para avaliar a qualidade do gasto público, passando pelo estabelecimento de normas, classificações e acompanhamento minucioso da execução orçamentária. A SOF guia tecnicamente órgãos setoriais nas questões orçamentárias, atua na coordenação do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, em conjunto com a Secretaria Nacional de Planejamento, e elabora subsídios para a formulação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento sustentável nacional, por meio do orçamento federal.



Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas

O processo de avaliação de políticas públicas assume um papel central e crucial para o desenvolvimento e efetividade das ações governamentais, contando com a Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA) como responsável por propor, coordenar e aprimorar métodos de avaliação. A avaliação minuciosa do impacto financeiro, social e econômico das políticas, aliada à constante análise de indicadores, não apenas fundamenta decisões futuras, mas também abre portas para a constante evolução e otimização das políticas vigentes. Mais do que isso, essa abordagem respaldada em evidências e estudos é um alicerce para a promoção de políticas mais eficazes, favorecendo a transparência e a prestação de contas à sociedade.

Funções essenciais



Articulação Institucional

O MPO, por meio da Secretaria de Articulação Institucional (SEAI), atua na coordenação de iniciativas para fortalecimento da integração e do desenvolvimento sul-americano. Contando com uma atuação articulada, a SEAI busca integrar, planejar, coordenar e monitorar iniciativas, estudos e pesquisas, visando aprimorar a compreensão e efetividade das políticas regionais. Isso implica na sistematização de dados sobre integração e desenvolvimento sul-americano, oferecendo subsídios à alta administração ministerial. Além disso, a SEAI desempenha papel crucial na articulação com outros órgãos governamentais, para debater, acompanhar e promover assuntos de interesse do Ministério. Para aprimorar a busca por soluções adequadas aos desafios regionais, a SEAI desempenha o papel de secretaria-executiva da Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul, com a participação de diversos órgãos públicos e a colaboração da sociedade civil, o que permite a adoção de uma abordagem abrangente e eficaz para promover o desenvolvimento regional sustentável e inclusivo.



Revisão de Gastos

A revisão de gastos consiste na análise das despesas públicas para identificar oportunidades de economia por meio de medidas legais ou gerenciais que aprimorem políticas e programas governamentais. Ao realocar recursos para iniciativas mais efetivas e equitativas, contribui-se para a sustentabilidade fiscal e o financiamento de novas prioridades, reduzindo a “desatenção à base orçamentária” e o viés incrementalista nas decisões de gasto. No Poder Executivo federal, o processo busca enfrentar o crescimento das despesas obrigatórias sobre as discricionárias, ampliar políticas existentes e aumentar a participação de programas efetivos no orçamento. Estrutura-se em três fases: levantamento de informações, elaboração de propostas com estimativas preliminares de economia e detalhamento em planos de ação com medidas exequíveis, monitoramento e mitigação de riscos. É conduzido pela Subsecretaria de Revisão do Gasto Público da SMA, em articulação com a Secretaria de Orçamento Federal, conforme arts. 24, IX, e 34-A, I, do Decreto nº 11.353/2023.



Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

A atuação do MPO, por meio da Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento (SEAID), se destaca pela sua amplitude e importância estratégica. As responsabilidades da SEAID incluem formular diretrizes para a negociação de programas e projetos, a partir de informações prestadas no âmbito da Comissão de Financiamentos Externos – Cofix, coordenar a participação do MPO em órgãos colegiados interministeriais e em negociações e foros internacionais nos temas de comércio exterior de bens e serviços e coordenar o processo de pagamento das integralizações de cotas e das contribuições voluntárias e obrigatórias a organismos internacionais. Sua relevância reside na possibilidade de elaborar estratégias, participar ativamente de discussões econômicas e financeiras com outras nações e representar o País em fóruns multilaterais, nos temas de competência do MPO.

Planejamento Estratégico Institucional



O Plano Estratégico Institucional (PEI) do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) para o período 2024-2027 é o principal instrumento de planejamento da instituição. Ele contempla:

- a identidade organizacional, expressa pelo propósito, futuro desejado e valores institucionais;
- o diagnóstico estratégico institucional; e
- os objetivos estratégicos, com seus respectivos indicadores e metas.

A identidade organizacional do MPO – formada por seu propósito, futuro desejado e valores institucionais – estabelece os fundamentos que orientam o comportamento organizacional e a formulação das estratégias. Ela expressa a razão de ser do Ministério, a direção para onde a instituição quer avançar e os princípios que devem pautar sua atuação.

O diagnóstico estratégico institucional complementa essa base ao identificar, de forma sistemática, os fatores internos e externos que influenciam a capacidade do Ministério de cumprir sua missão. Essa análise permite reconhecer oportunidades e ameaças no ambiente externo, bem como forças e fragilidades no ambiente interno, servindo de subsídio para decisões mais informadas e alinhadas ao contexto real da administração pública.

A partir dessa combinação entre identidade e diagnóstico, são definidos os **objetivos estratégicos** – que representam os resultados que o MPO busca alcançar para cumprir seu propósito e contribuir de forma efetiva com as prioridades do governo e as necessidades da sociedade. Esses objetivos são desdobrados em resultados-chave e projetos estratégicos, monitorados ao longo do ciclo de gestão para garantir a coerência entre o planejamento e a execução.

Planejamento Estratégico Institucional

Nesse contexto, o Relatório de Gestão Trimestral cumpre papel essencial ao permitir o acompanhamento sistemático da execução da estratégia institucional. Ao apresentar os avanços em relação aos resultados-chave e aos projetos estratégicos, o relatório possibilita verificar se a atuação do Ministério está coerente com as diretrizes estabelecidas pela identidade organizacional, fundamentada no propósito, nos valores e no futuro desejado; se responde aos desafios identificados no diagnóstico estratégico; e se caminha na direção dos objetivos traçados no Plano Estratégico Institucional. Dessa forma, promove a transparência, fortalece a accountability e contribui para uma gestão pública mais eficaz, alinhada às prioridades do governo e às demandas da sociedade.

O Mapa Estratégico do MPO, representado na próxima página, é um dos pilares fundamentais do PEI. Na sequência também é ilustrada a Cadeia de Valor e a Identidade Organizacional do MPO.

“O planejamento estratégico é um processo de análise, criação de alternativas e tomada de decisão sobre o que é a organização, o que ela faz, e porque ela faz. Além de alocar recursos, essas decisões servem para alinhar propósitos, programas e projetos, pessoas, estruturas e suporte político, bem como gerar aprendizagem organizacional. O produto do planejamento estratégico é um plano, que documenta os desafios, a missão, a visão, os valores, os objetivos, os indicadores, as metas e as ações necessárias para alcançá-las.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)



Mapa Estratégico | 2024-2027

Propósito

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do país.

Futuro Desejável

Planejamento, orçamento e avaliação de política públicas integrados, transparentes e fortalecidos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

Valores

Ética e Integridade

Comprometimento

Transparência

Eficiência e Excelência

Sustentabilidade

Democracia

Colaboração e Cooperação

Diversidade

Resultados para Governo e Sociedade

OE 01 - Melhorar a qualidade das políticas públicas por meio do planejamento, avaliação e alocação eficiente de recursos

OE 02 - Promover a distribuição eficiente de recursos públicos, visando a redução das desigualdades sociais e econômicas

OE 03 - Fortalecer a transparência e eficiência na elaboração e execução do ciclo orçamentário, alinhando-se às tendências globais de desenvolvimento sustentável e governança

Processos Internos

OE 04 - Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A

OE 05 - Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

OE 06 - Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

OE 07 - Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

OE 08 - Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

OE 09 - Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

OE 10 - Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

Capacidades Institucionais

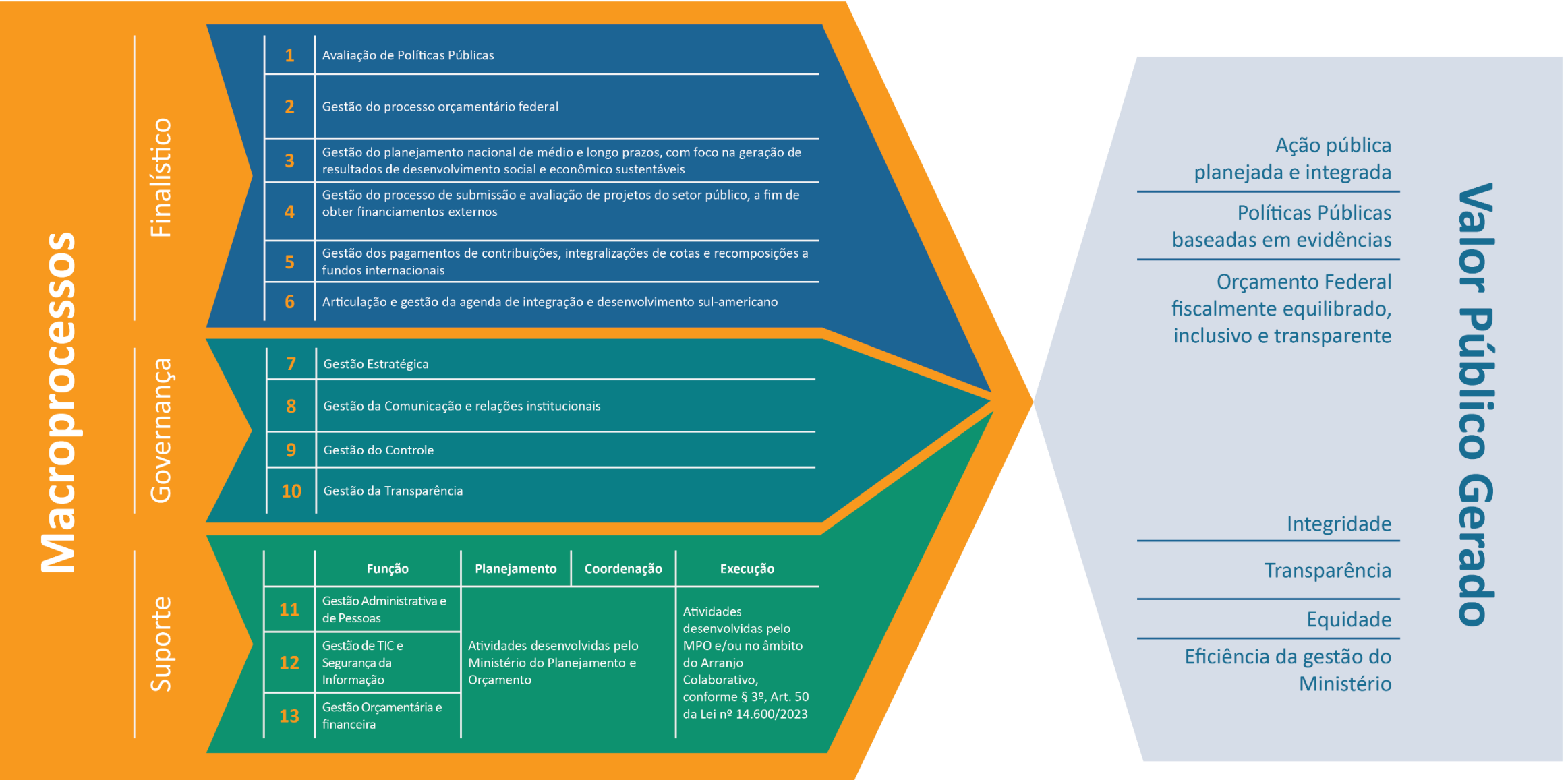
OE 11 - Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

OE 12 - Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas

OE 13 - Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

OE 14 - Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

Cadeia de Valor



Identidade Organizacional | Como o PEI nos move



Propósito

O que buscamos?

Promover o planejamento, a avaliação e a alocação de recursos de forma eficiente, transparente e participativa, para o desenvolvimento e crescimento sustentável e inclusivo do País.



Futuro Desejável

Onde queremos chegar?

Planejamento, orçamento e avaliação de políticas públicas integrados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusive do País



Valores

Como faremos?

- Ética e integridade
- Comprometimento
- Transparência
- Eficiência e Excelência
- Sustentabilidade
- Democracia
- Colaboração e Cooperação
- Diversidade



Valor Público

O que vamos gerar?

- Ação pública planejada e integrada
- Políticas Públicas baseadas em evidências
- Orçamento Federal fiscalmente equilibrado, inclusivo e transparente
- Integridade
- Transparência
- Equidade
- Eficiência da gestão do Ministério

Aprovada pelo **Comitê Ministerial de Governança (CMG) do MPO, em 31.05.2023**, a identidade organizacional compreende o estabelecimento da cultura e da razão de ser da instituição, traduzida pelas declarações de propósito, futuro desejável e valores.

Maiores informações sobre o PEI/MPO podem ser visualizadas em <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/comite-ministerial-de-governanca/planejamento-estrategico-e-institucional-pei-1>.

Resultados-chave e Projetos

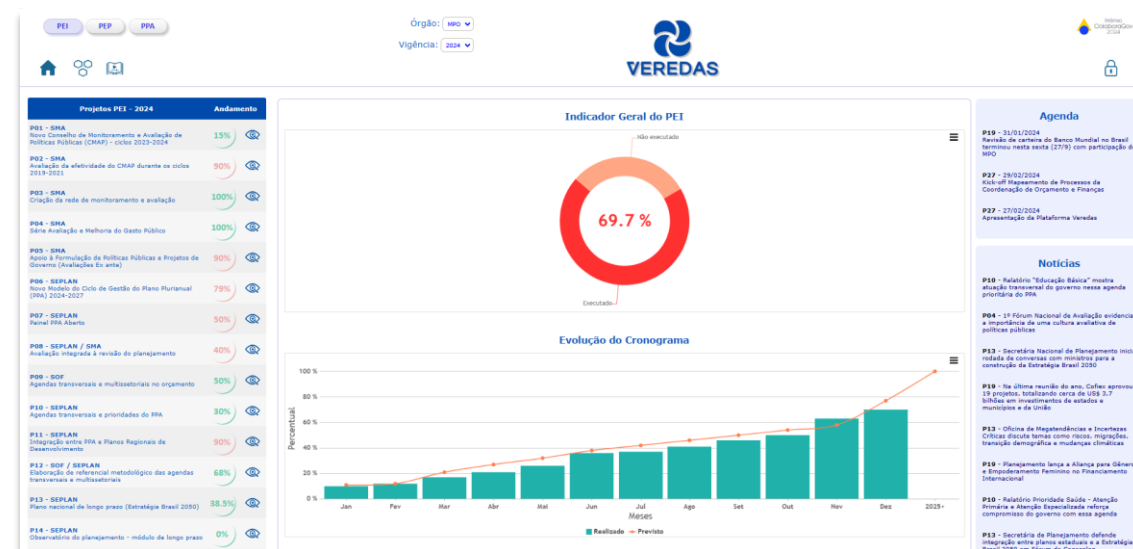
O Sistema Veredas

Para acompanhar e avaliar o alcance dos resultados-chave e dos projetos a eles vinculados, o Ministério do Planejamento e Orçamento desenvolveu o sistema informatizado **Veredas**, no qual as Secretarias responsáveis podem incluir mensalmente informações sobre o andamento dos seus projetos. Dessa forma, é possível avaliar o progresso dos indicadores e o andamento das tarefas de cada cronograma.

O monitoramento proporcionado pelo Veredas permite que os servidores e as lideranças do MPO tenham uma visão abrangente e precisa sobre o desenvolvimento da estratégia institucional, permitindo ajustes nas equipes ou nas ações planejadas para que os objetivos estratégicos traçados sejam alcançados ao final do período.

O Veredas é uma ferramenta de apoio à gestão que contribui para a elaboração do capítulo sobre Desempenho Institucional nos relatórios trimestrais, ao facilitar o acompanhamento sistemático dos projetos estratégicos e dos resultados-chave. Por meio da geração de gráficos e da consolidação de informações, apoia a comunicação dos avanços e desafios à sociedade, promovendo a transparência e fortalecendo o controle social.

Os resultados-chave de cada um dos objetivos estratégicos são apresentados nos próximos *slides*.



“Indicadores são instrumentos que permitem observar, identificar e mensurar aspectos relacionados à evolução de um determinado objeto que, no caso da gestão estratégica, pode ser um objetivo, um processo ou um projeto. Ao prover informações de forma sumarizada, os indicadores reduzem a necessidade de informações para ilustrar com precisão uma situação e permitem comunicar um fenômeno complexo de forma simples para as partes interessadas, mas sem explicar por que a mudança ocorreu.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

PDCA Ágil e Transparente: ciclos curtos para uma gestão responsiva

O PEI/MPO 2024-2027, aprovado pela [Resolução nº 2 CMO/MPO, de 13 de novembro de 2023](#), alinha-se ao [Plano Plurianual](#) (PPA) do mesmo ciclo e está estruturado com base nas metodologias Balanced Scorecard (BSC) e Objectives and Key Results (OKR). Sua elaboração contou com a participação efetiva das unidades do Ministério, fortalecendo o engajamento e a legitimidade das escolhas estratégicas.

No contexto do modelo PDCA Ágil e Transparente, o PEI adota ciclos curtos de avaliação, revisão e definição de resultados, promovendo um planejamento dinâmico, conectado ao presente e com maior capacidade de adaptação institucional. Seus objetivos estratégicos são desdobrados em resultados-chave e projetos, os quais são revisados e atualizados anualmente, de forma estruturada.

Ao institucionalizar o processo anual de avaliação, revisão e definição de resultados, o PEI/MPO vai além da recomendação prevista no art. 5º [da Instrução Normativa nº 24 SEDGG/SEGES/ME/2020](#), segundo o qual o PEI deverá ser revisado pelo menos uma vez por ano e, **se for necessário**, atualizado. Essa prática agrega um componente ágil ao tradicional ciclo “Plan-Do-Check-Act” e é operacionalizada de forma automatizada pela Plataforma Veredas, o que garante maior eficiência, padronização e transparência ativa.

A transparência do processo é garantida por meio da publicação dos [Relatórios de Gestão Trimestrais](#), modelo que espelha as diretrizes emitidas pelo Tribunal de Contas da União para elaboração do Relato Integrado, principal instrumento de prestação de contas do Governo Federal. Os detalhes da execução do plano são evidenciados no

capítulo destinado ao Desempenho da Gestão, que detalha os esforços em prol dos objetivos estratégicos e o desempenho dos projetos elencados no PEI.

A revisão anual considera os resultados obtidos no ciclo anterior, com base no desempenho dos projetos e análise dos resultados-chave definidos para cada ciclo. As alterações propostas para o PEI e os novos projetos e resultados-chave são apresentados ao [Comitê de Governança Ministerial \(CMG\)](#), composto pela Ministra Simone Tebet e pelas lideranças de cada Secretaria.

Na [edição 2025 do PEI/MPO](#), ocorreu um acréscimo de 34% no número de projetos estratégicos e de 44% no número de resultados-chave. A carteira de 2025 está composta por 39 projetos estratégicos, dos quais 19 são novos, e 50 resultados-chave, dos quais 43 são novos. A evolução do número de projetos estratégicos por unidade, em relação ao primeiro ano de exercício da gestão, reflete o amadurecimento das estratégias institucionais de gestão e o encontro dos líderes da alta administração com novas oportunidades de aprofundamento em suas pautas finalísticas, com projeção de entregas de valor ainda mais benéficas para a sociedade.

Ao integrar práticas modernas de gestão, o PEI/MPO 2024-2027 reafirma o compromisso institucional com a melhoria contínua e a transparência. A adoção do modelo PDCA Ágil e Transparente promove ciclos curtos e integrados de planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas, alinhando estratégia e operação e fortalecendo a capacidade do Ministério de gerar valor público de forma adaptativa, responsiva e orientada a evidências.



Saiba mais:

[Gestão Estratégica — MPO](#)

2

DESEMPENHO DA Gestão

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Processos Internos

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 04	OE 05	OE 06
Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
<ul style="list-style-type: none">• R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise exAnte e Ex-Post);• R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas;• R03 - Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos;• R04 - 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada;• R05 - Realizado 01 diagnóstico do SM&A;• R06 - Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; e• R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP.	<ul style="list-style-type: none">• R08 – Publicadas 02 resoluções aprovadas em plenária do Congeo;• R09 - Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R10 - Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual;• R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO; e• R12 - Novo modelo de ação não orçamentária elaborado.	<ul style="list-style-type: none">• R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 20242027;• R14 - Monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros;• R15 – Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União (SOF e SEPLAN);• R16 – Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025; e• R17 – Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024).

Resultados-chave por Objetivos Estratégicos

Processos Internos

OE 07	OE 08	OE 09	OE 10
Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
<ul style="list-style-type: none">R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado; eR19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada.	<ul style="list-style-type: none">R20 – Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado;R21 – Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento;R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas (SOF);R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual; eR24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (SOF) em 100% dos órgãos orçamentários.	<ul style="list-style-type: none">R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM; R26 – Implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos; R27 – Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros; R28 – Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado; R29 – Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado; R30 – Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo; R31 – Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional; R32 –Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional; R33 – Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional; R34 – 55ª Reunião anual do BDC realizada; e R35 – Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA	<ul style="list-style-type: none">R36 – Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana; eR37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos Federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.

Destaques

MPO e BDC REALIZAM

55ª Reunião Anual do BDC

MPO e Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) realizam a 55ª Reunião Anual do Banco no Brasil

MPO

Afirma

Rota de Capricórnio

Deve operar já em 2026

MPO PUBLICA

Relatórios Agendas Transversais

Que integram, de modo inédito, monitoramento do PPA e o acompanhamento da LOA 2024.

COFIEX APROVA

US\$ 3,7 bilhões

em investimentos de estados, municípios e União.

MPO CONCLUI

Série de Eventos Regionais

Para construção participativa da Estratégia Brasil 2050.

Processos Internos

No segundo trimestre de 2025, os projetos finalísticos do MPO, representados pela perspectiva de Processos Internos no Mapa Estratégico, já avançaram em direção ao cumprimento das metas do PEI 2024-2027 programadas para o exercício.

Dos resultados-chave planejados para essa perspectiva em 2025, oito foram alcançados, o que representa 22% do total da perspectiva. Das atividades previstas nos cronogramas dos projetos, 33,4% foram concluídas dentro do prazo previsto e 39,7% foram iniciadas e encontram-se em andamento.

As principais realizações ocorreram no campo do aperfeiçoamento da governança do sistema de planejamento governamental e do processo de financiamento externo de projetos do setor público. De modo geral, importantes passos foram dados em direção ao futuro desejado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País.

“Essa perspectiva [de Processos Internos] identifica os processos internos críticos para criar e entregar a proposta de valor aos clientes, beneficiários e usuários dos produtos e serviços da organização. Esses processos devem ser monitorados continuamente para garantir o alcance dos resultados da organização. A identificação e diagnóstico desses processos é fundamental para definir as competências-chave das pessoas e determinar as necessidades de tecnologia, informação e recursos para executar as atividades da organização.”

Referência: [Brasil. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão - Guia Técnico de Gestão Estratégica v1.0; Brasília; ME; SEDGG; SEGES, 2019. Versão 1/2020.](#)

OE 04

Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de Monitoramento e Avaliação - M&A.

O Governo Federal tem utilizado a avaliação de políticas públicas como estratégia central para aprimorar a qualidade dos gastos e subsidiar decisões baseadas em evidências. Nesse contexto, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), por meio da Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos (SMA), apresentou o [Relatório Biental 2023/2024](#), que reúne as principais entregas, inovações e lições aprendidas na área de avaliação de políticas públicas.

O relatório destaca que, nos últimos dois anos, foram realizadas avaliações em diversas áreas, como meio ambiente, energia, inclusão digital, esporte e acesso à água. Essas análises apontaram tanto avanços quanto necessidades de aperfeiçoamento, contribuindo para o debate sobre eficiência na alocação de recursos e melhoria dos resultados das políticas públicas.

O relatório, que ganhou destaque na mídia recentemente, aponta a possibilidade de o Programa Bolsa Família estar estimulando a informalidade entre seus beneficiários. Segundo a Ministra Simone Tebet, esse dado não reduz a importância do programa, mas reforça a necessidade de aperfeiçoar o modelo, com o governo “zelando” por sua melhoria.

Durante o lançamento do relatório, a integração entre os órgãos avaliadores e os gestores das políticas foi apontada como fator determinante para a eficácia das avaliações. Representantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também ressaltaram a importância do uso de evidências como instrumento para transformar as políticas públicas, melhorar a gestão e potencializar os impactos das ações governamentais.

Processos Internos

Além do relatório, foram apresentados os [informativos visuais conhecidos como "coloridinhos"](#), que sintetizam os principais achados das avaliações de forma acessível, trazendo informações sobre impactos, pontos críticos e recomendações. Esses materiais visam apoiar gestores na tomada de decisão e reforçar o papel da avaliação como ferramenta estratégica de gestão pública.

Em complemento a essas iniciativas, a SMA teve papel de destaque na Semana da Avaliação 2025, realizada na Escola de Governo da Fiocruz, em Brasília, nos dias 20 e 21 de maio. O evento reuniu gestores e especialistas de diferentes níveis de governo para debater o fortalecimento da avaliação como política de Estado e ferramenta estratégica para melhorar a gestão pública.

Durante o encontro, foram promovidas mesas de diálogo, debates sobre o uso de evidências, experiências práticas e, na segunda manhã, a SMA coordenou uma oficina interativa sobre a criação de um Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação, projeto P05, com foco na integração entre órgãos, padronização de métodos, fortalecimento institucional e maior efetividade das políticas públicas.

Destaque no período, a **Metodologia de Avaliação Participativa de Políticas Públicas (MAPP)** já contabiliza **211 avaliações realizadas**, resultado expressivo que reflete tanto o esforço de disseminação da metodologia entre os ministérios quanto o elevado grau de adesão à proposta. A MAPP é uma iniciativa inovadora e que promete **ampliar a capacidade institucional de avaliação** e garantir **escalabilidade com qualidade**. A previsão é que a metodologia seja oficialmente lançada no segundo semestre de 2025.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P01, P02, P03, P04 e P05) relacionados ao OE 04 foi de 33%, frente a 26% previsto para o período.



Processos Internos

OE 05

Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados

O processo de autoavaliação dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual (PPA), conduzido com ampla participação dos órgãos setoriais, foi concluído em abril. Essa etapa preparou o caminho para a revisão do PPA, prevista no art. 19 da Lei 14.802/2024, iniciada em maio e com término previsto para julho. O objetivo é ajustar o plano à realidade da implementação das políticas públicas. Essa integração também assegurou o cumprimento de um dos resultados-chave do período: “R10 - Autoavaliação dos Programas integrada ao processo de revisão ordinária do PPA”.

Como parte desse processo, a SEPLAN participou da reunião do Fórum Interconselhos, que reuniu representantes da sociedade civil para avaliar o PPA 2024–2027 e colaborar na construção da Estratégia Brasil 2050. O encontro reforçou a importância da participação social em todo o ciclo de planejamento do governo e a necessidade de uma comunicação simples e acessível, aproximando as políticas públicas das reais demandas da população.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P06, P07, P08 e P09) relacionados ao OE 05 foi de 46,5%, frente a 73,3% previsto para o período.

OE 06

Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União

Em abril de 2025, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) publicou os [Relatórios das Agendas Transversais](#) referentes ao exercício de 2024, reunindo dados de execução orçamentária e de resultados pactuados no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027. Pela primeira vez, o monitoramento das cinco agendas transversais — Mulheres, Igualdade Racial e Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes, Meio Ambiente — foi consolidado de forma articulada, permitindo à sociedade acompanhar a implementação dos compromissos do Governo Federal.

Dentre os destaques, foram empenhados R\$ 185,4 bilhões nas 121 ações orçamentárias associadas à Agenda Mulheres, com concentração em Proteção Social (48%) e Saúde e Ambiente (44,2%). Houve redução da taxa de mortalidade infantil indígena por causas evitáveis para 16,62 por mil nascidos vivos, superando a meta anual. A taxa de cobertura escolar obrigatória (4 a 5 anos) atingiu 93%.

Os relatórios também evidenciam o impacto das políticas em contextos emergenciais, com R\$ 59,6 bilhões empenhados em créditos extraordinários para enfrentamento de desastres ambientais, como as enchentes no Rio Grande do Sul e os incêndios na Amazônia e no Pantanal. Além disso, 1.149 escolas quilombolas foram contempladas pelo Programa Dinheiro Direto na Escola, nas modalidades Campo e Água.

A iniciativa reflete o compromisso do MPO em integrar planejamento, orçamento e monitoramento, qualificando o gasto público e fortalecendo a transversalidade como eixo estruturante da gestão federal. O trabalho contou com ampla articulação entre as Secretarias do MPO e demais órgãos, viabilizando sinergias, identificando lacunas e aprimorando a efetividade das políticas públicas voltadas aos públicos prioritários e ao meio ambiente.

Processos Internos

A publicação dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais foi precedida por um esforço estratégico de qualificação técnica e conceitual, que incluiu a elaboração de guias orientadores para a transversalidade nas políticas públicas, no Plano Plurianual e nos Orçamentos Anuais. Esses guias fazem parte da iniciativa Seminários e Guias sobre Transversalidade nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento, coordenada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), coordenação da Fundação Tide Setubal e participação da ONU Mulheres. A Agenda Crianças e Adolescentes contou também com a parceria do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O projeto **(P13 - Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento)** prevê a publicação de cinco guias, que tratam da transversalidade como eixo estruturante da gestão pública federal e abordam as cinco Agendas definidas pelo PPA 2024-2027: Mulheres, Igualdade Racial, Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes e Meio Ambiente, além de uma [publicação introdutória com os fundamentos gerais sobre transversalidade](#). Esses materiais oferecem conceitos-chave, marcos normativos, experiências nacionais e internacionais, bem como recomendações práticas para implementação intersectorial e integrada de políticas públicas.

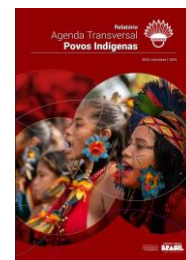
No caso da [Agenda Meio Ambiente](#), o guia apresenta os fundamentos da transversalidade ambiental, dialogando com os marcos do socioambientalismo e da política ambiental brasileira. Ele também detalha a inserção da agenda ambiental no ciclo de planejamento e orçamento, e propõe ferramentas e boas práticas para institucionalizar essa perspectiva nos processos decisórios. A construção do conteúdo foi ancorada nos debates realizados nos Seminários realizados em dezembro de 2023 e março de 2024, em Brasília. A ação dialoga com o projeto P12 - Elaboração de Referencial Metodológico das Agendas Transversais e Multissetoriais, ao sistematizar informações importantes para subsidiar a identificação dos gastos da Agenda de Meio Ambiente.

Já o guia da [Agenda Crianças e Adolescentes](#) foca na incorporação dessa perspectiva no planejamento federal, considerando os marcos normativos da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Estatuto da Criança e do Adolescente e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O material propõe uma abordagem transversal baseada na proteção integral, nas vulnerabilidades específicas e na promoção do desenvolvimento pleno. O conteúdo também foi fundamentado em debates ocorridos nos seminários realizados em dezembro de 2023 e maio de 2024.

Essas publicações se destinam, prioritariamente, a gestoras e gestores federais envolvidos no planejamento, orçamento e execução das políticas públicas, especialmente aqueles atuantes nas Assessorias de Participação Social e Diversidade. No entanto, seu conteúdo é também relevante para entes subnacionais, organizações da sociedade civil e demais parceiros que atuam na formulação, implementação e monitoramento de políticas voltadas aos públicos prioritários.

Os guias temáticos sobre Mulheres, Igualdade Racial e Povos Indígenas estão em produção, com perspectiva de publicação no mês de agosto de 2025.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P10, P11, P12 e P13) relacionados ao OE 06 foi de 40%, frente a 38,8% previsto para o período.



Processos Internos

OE 07

Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável

Ao participar da abertura do ciclo de fóruns estaduais “Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050”, a Ministra Simone Tebet destacou o compromisso do país com a redução das desigualdades e o desenvolvimento sustentável. Em suas palavras: “O Brasil, que é um país tão rico, não pode e não vai ter um povo tão pobre nos próximos anos. Nós não podemos falhar com a missão de cuidar do futuro muito próximo das nossas crianças, dos nossos jovens, do nosso Estado e do nosso país.”

Em sua fala, a Ministra ressaltou que, para o Brasil enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do futuro, três aspectos centrais devem ser considerados: a construção de uma agenda suprapartidária de Estado, com ampla participação social; o estabelecimento de indicadores e metas claras para cada serviço público e linha de ação em todos os níveis de governo; e o fortalecimento das parcerias público-privadas.

A formulação da Estratégia Brasil 2050 envolveu a realização de 16 fóruns estaduais em todas as 5 macrorregiões do país, com o objetivo de reunir subsídios técnicos e políticos que fundamentem o plano de longo prazo. Esses diálogos regionais reafirmam o compromisso com a participação social ampla e qualificada na construção da estratégia, que visa orientar as decisões do Estado brasileiro para os próximos 25 anos.

A Estratégia Brasil 2050 também foi discutida no seminário “**Diálogo UE-Brasil Planejamento de Cenários/Foresight – Moldando a Agenda Global do Futuro**”, promovido pelo MPO em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil, realizado em Brasília em 28 de maio de 2025.



Processos Internos

O evento reuniu especialistas, representantes governamentais e instituições nacionais e internacionais para debater o uso da perspectiva estratégica na formulação de políticas públicas, com foco na antecipação de tendências globais, construção de cenários e uso de ferramentas de *foresight* para orientar decisões públicas de longo prazo.

O ministro do Planejamento e Orçamento substituto, Gustavo Guimarães, destacou que o futuro não deve ser visto como um destino imutável, mas como resultado de escolhas políticas fundamentadas e participativas: *“O Brasil e a União Europeia compartilham valores como sustentabilidade, igualdade e democracia. Só com instituições fortes e políticas sérias seremos capazes de enfrentar os grandes desafios que nos aguardam.”*

Entre os temas debatidos estiveram o Relatório de Tendências Globais 2040 da União Europeia e as experiências brasileiras de planejamento de longo prazo. Guimarães reforçou que o planejamento estratégico nacional deve integrar responsabilidade fiscal, justiça social, inovação e visão de futuro: *“Planejar o futuro exige olhar para ele como caminhos e estratégias possíveis, não como um destino inevitável.”*

A Estratégia Brasil 2050, liderada pela Seplan, busca integrar e harmonizar planos setoriais e regionais, proporcionando maior previsibilidade, melhor ambiente de negócios e maior transparência. Prevista para ser concluída no segundo semestre de 2025, a Estratégia reforça que os desafios do desenvolvimento exigem esforços coordenados que transcendem fronteiras setoriais e mandatos governamentais.

A Estratégia Brasil 2050 está em fase de elaboração e vai consolidar um documento de referência para o planejamento nacional de longo prazo. Os estudos, documentos técnicos e materiais de apoio já estão disponíveis no [site oficial da Estratégia Brasil 2050](#).

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P14 e P15) relacionados ao OE 07 foi de 24,0%, frente a 39% previsto para o período.

Processos Internos

OE 08

Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal

Os esforços do OE 08 têm como objetivo modernizar e tornar mais eficiente a gestão orçamentária no Brasil. A carteira do OE 08 inclui os seguintes projetos: Metas Físicas, Revisão de Gastos, Marco Orçamentário de Médio Prazo e Nova Lei de Finanças Públicas. Essas iniciativas buscam reduzir a ineficiência dos gastos públicos e alinhar o orçamento às prioridades do país, promovendo mais transparência, previsibilidade e responsabilidade fiscal.

O projeto Marco Orçamentário de Médio Prazo avançou com o processo de revisão metodológica das programações orçamentárias para qualificar a evidenciação das entregas à sociedade e ao Estado, já refletida no Manual Técnico de Orçamento (MTO) 2026 e nas orientações para o PLOA 2026. Essas mudanças fortalecem a orçamentação por desempenho, orientando o orçamento para resultados concretos.

Paralelamente, as contribuições recebidas de diversos órgãos públicos para compor a minuta da proposta de uma nova Lei Complementar de Finanças Públicas, que substituirá a Lei nº 4.320/1964, foram processadas, restando apenas questões mais complexas para serem debatidas e definidas. O projeto pretende modernizar as normas fiscais e promover maior integração entre planejamento, orçamento e controle. Também está em curso a institucionalização da revisão de gastos, com a produção de estudos técnicos e estimativas já incorporadas ao PLDO 2026, visando realocar recursos de políticas ineficientes para áreas de maior impacto.

A perspectiva de médio prazo no ciclo orçamentário é construída por meio do projeto Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP). O projeto avançou com melhorias no SIOP e nas análises intertemporais. A partir da captação quantitativa para o PLOA 2026, prevista para julho, será realizada a análise e consolidação das informações

enviadas pelos órgãos, dando início à fase de publicação do MOMP 2026. O projeto busca ampliar a capacidade de planejamento fiscal e promover maior previsibilidade na gestão.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P16, P17, P18 e P19) relacionados ao OE 08 foi de 16,3%, frente a 8,8% previsto para o período.

OE 09

Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais

Durante a 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), realizada em Brasília, autoridades brasileiras e caribenhas reforçaram a importância da cooperação internacional para enfrentar desafios comuns como mudanças climáticas, pobreza e desigualdades sociais. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ressaltou o papel estratégico do Brasil e de instituições como o BDC na busca por soluções conjuntas, destacando ameaças existenciais tanto para o Caribe, com a elevação do nível do mar, quanto para o planeta, com o colapso da Amazônia. A realização do evento no Brasil, país não mutuário do banco, marca uma nova etapa de integração regional e cooperação Sul-Sul.

A reunião teve como foco o fortalecimento de instituições resilientes para um Caribe mais sustentável e inclusivo. O presidente do BDC, Daniel Best, alertou para o aumento das desigualdades e o enfraquecimento do multilateralismo, defendendo que o novo plano estratégico do banco incorpore a resiliência climática como eixo central das políticas de desenvolvimento. Líderes regionais, como o ministro da Dominica, Irving McIntyre, e o representante da Venezuela, Raul Li Causi, destacaram

Processos Internos

a urgência de recursos e infraestrutura adaptada para proteger as populações vulneráveis e acelerar a transição para sociedades resilientes, reforçando o papel do BDC como catalisador de soluções concretas.

Ao longo da semana, seminários, painéis temáticos e reuniões bilaterais permitiram o aprofundamento das relações e o compartilhamento de experiências entre Brasil, Caribe e América Latina, com destaque para temas como mudança climática, competitividade econômica, inclusão social e fortalecimento institucional.

No seminário temático “Acelerando a implementação de projetos para reduzir a pobreza”, os debates giraram em torno dos obstáculos históricos enfrentados pelo Caribe na execução de iniciativas de desenvolvimento. Representantes como Isaac Solomon, do BDC, e Marcelo Morandi, da Embrapa, defenderam o fortalecimento da confiança entre parceiros, o desenho de projetos com objetivos claros e a participação direta dos beneficiários. As discussões reforçaram a necessidade de abordagens mais integradas e colaborativas, especialmente em áreas sensíveis como segurança alimentar, sustentabilidade e mudanças climáticas.

No encerramento do evento, Viviane Vecchi, Secretária Substituta de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do MPO, destacou que o encontro em Brasília consolidou o compromisso do Brasil com o Caribe e com o fortalecimento das instituições multilaterais. Já o presidente do BDC anunciou avanços como reformas internas, acordos estratégicos e o lançamento do novo plano da instituição para a próxima década, baseado em eixos como ação climática, segurança alimentar e energética, igualdade de gênero, digitalização, boa governança e integração regional.

A parceria entre o Brasil e o Caribe foi reforçada com o anúncio do aporte de US\$ 5 milhões do governo brasileiro ao Fundo de Desenvolvimento Especial do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC). Os recursos serão destinados aos países mais vulneráveis da região. Com a realização da 55ª Reunião Anual do BDC em Brasília, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) também cumpre um dos

resultados-chave previstos para o período: R34 - 55ª Reunião Anual do BDC realizada.

A realização da primeira revisão de carteira de projetos financiados pelo Grupo Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no Brasil representa um avanço significativo no aprimoramento da governança da Comissão de Financiamentos Externos (Cofix). A iniciativa, liderada pelo MPO, em articulação com o Ministério da Fazenda e o Itamaraty, demonstra o compromisso do governo em tornar mais transparente, eficiente e estratégico o acompanhamento dos financiamentos internacionais, alinhando-os às prioridades nacionais de desenvolvimento sustentável, inclusão social e transição ecológica.

O encontro, que reuniu representantes da AFD, do governo brasileiro e de instituições parceiras, permitiu o monitoramento dos projetos em andamento, o debate sobre ajustes necessários e o fortalecimento da articulação institucional. A estratégia de revisar periodicamente o portfólio — prática já adotada com outros parceiros como BID, Banco Mundial, FONPLATA e CAF — contribui para maior efetividade dos projetos, ao identificar gargalos operacionais, promover boas práticas e garantir que as iniciativas apoiadas estejam alinhadas a temas como clima, biodiversidade, igualdade de gênero e inclusão social.

A iniciativa também reforça o papel da Cofix como instância central de coordenação dos financiamentos externos, buscando maior eficiência, transparência e impacto social dos recursos mobilizados junto a instituições internacionais. Segundo o MPO, o aprimoramento contínuo do sistema Cofix, incluindo maior diálogo com entes subnacionais e instituições financeiras, é fundamental para potencializar os resultados das mais de 300 operações em carteira, contribuindo diretamente para o fortalecimento das políticas públicas e da capacidade de execução de estados e municípios brasileiros.

Processos Internos

O esforço, empreendido pela Cofix, de melhorar a governança sobre financiamentos internacionais também foi marcado pela publicação da [Resolução Cofix/MPO nº 2, de 3 de abril de 2025](#), que instituiu o regimento da comissão A medida representa um passo importante no fortalecimento da gestão e marca o cumprimento do resultado-chave R26 - Implementada nova estrutura de governança para a autorização, elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos.

A Cofix ainda foi destaque com a preparação, na 180ª Reunião, realizada em 18 de junho, de 22 programas e projetos com financiamento externo e garantia da União, totalizando cerca de US\$ 3,7 bilhões em investimentos. Desse montante, 18 projetos são de estados e municípios das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, com destaque para o Nordeste, que liderou em número de aprovações, seguido pela região Norte. Os projetos contemplam áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, agricultura familiar, gestão fiscal e modernização estatal. Também foram aprovados quatro projetos federais, incluindo iniciativas dos Ministérios da Igualdade Racial, da Saúde, da Integração e da Caixa Econômica Federal, com foco em igualdade de gênero e raça, inovação hospitalar, desenvolvimento regional e habitação. Os financiamentos virão de instituições como AFD, CAF, BID, Banco Mundial e Banco do BRICS.

No que diz respeito aos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais, destaca-se o pagamento de R\$ 1,3 bilhão no 1º semestre, quitando os valores devidos pelo Brasil a 62 organismos internacionais e assegurando a adimplência e a manutenção da participação brasileira nos fóruns multilaterais. Nesse período, também foi entregue o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) com aperfeiçoamentos na gestão dessas contribuições, ampliando de R\$ 2 milhões para R\$ 10 milhões o limite para pagamentos sem necessidade de ação orçamentária específica. A medida, que tem potencial para reduzir gastos e ampliar a eficiência administrativa, proporcionará maior flexibilidade para a gestão cambial e permitirá realizar pagamentos com mais celeridade.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P20, P21, P22, P23, P24, P25, P26, P27 e P28) relacionados ao OE 09 foi de 36,6%, frente a 52,7% previsto para o período.



Processos Internos

OE 10

Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano

A Rota Bioceânica de Capricórnio, corredor que ligará o Oceano Atlântico ao Pacífico atravessando o Brasil, Paraguai e Chile, está prestes a ser concluída. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou que as obras no lado brasileiro estão garantidas pelo Novo PAC, com destaque para a ponte binacional entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Paraguai), prevista para 2026. O projeto faz parte do programa Rotas de Integração Sul-Americana, iniciado após o Consenso de Brasília, e busca ampliar a integração econômica e logística entre os países do continente.

A rota terá mais de 2 mil km, ligando os portos brasileiros de Santos, Paranaguá e Itajaí aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta. A expectativa é reduzir drasticamente os custos de transporte e o tempo de trânsito de mercadorias, criando um novo canal de comércio com a Ásia. O Brasil articulou US\$ 10 bilhões em financiamentos para apoiar a infraestrutura dos países vizinhos.

O presidente chileno, Gabriel Boric, destacou que a rota é prioridade para seu governo e que o Chile está investindo na modernização de seus portos. Segundo o governo chileno, o tempo de trânsito pode cair em até 12 dias em relação às rotas tradicionais, como o Canal do Panamá. Além disso, o Chile pretende aproveitar seus acordos de livre comércio para beneficiar produtos brasileiros processados em território chileno.

A integração econômica permitirá maior circulação de produtos com alto valor agregado entre Brasil e América do Sul, onde o bloco já representa o segundo principal destino das exportações brasileiras. O projeto é visto pelo Brasil e seus vizinhos como estratégico para o desenvolvimento compartilhado, a redução das desigualdades regionais e o fortalecimento do protagonismo regional do Brasil.

Além disso, durante o Fórum Empresarial Brasil-Chile, realizado em Brasília, autoridades e líderes empresariais dos dois países reforçaram o compromisso com o avanço das Rotas de Integração Sul-Americana. Segundo o secretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento, João Villaverde, o atual nível de intercâmbio regional, de apenas 15%, é insuficiente diante do potencial econômico sul-americano, especialmente quando comparado às taxas da Europa e da Ásia.

O evento destacou, ainda, que a Rota de Capricórnio se soma a outros dois corredores estratégicos em direção ao Chile — o Quadrante Rondon, ligando Acre e Rondônia ao Pacífico, e a Rota Bioceânica do Sul, redesenhada para alcançar os portos de San Antonio e Valparaíso. Para o governo brasileiro e o setor privado chileno, essas iniciativas não apenas reduzem distâncias logísticas, mas integram economias, dinamizam comunidades e ampliam o alcance global da região, consolidando o Brasil como parceiro estratégico em um contexto internacional de crescente instabilidade comercial.

Esse processo de integração continental também ganhou reforço com os acordos firmados entre Brasil e China, durante a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra Simone Tebet a Pequim. Um dos destaques foi o avanço das tratativas sobre a Ferrovia Bioceânica, que interligará Ilhéus (BA) ao porto de Chancay, no Peru, atravessando regiões estratégicas do agronegócio brasileiro, como o Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

Segundo Tebet, o projeto representa uma revolução logística e econômica, com potencial de transformar o cenário de desenvolvimento do Norte, Centro-Oeste, interior do Sudeste e do Nordeste, tornando o Brasil mais competitivo globalmente. A Ferrovia deve conectar a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico), estendendo-se até o Pacífico peruano em uma malha de, no mínimo, 3 mil quilômetros.

Processos Internos

A proposta conta com forte interesse do governo chinês e prevê participação do capital internacional para viabilizar a infraestrutura, considerada essencial para reduzir o chamado "custo Brasil". Visitas técnicas já foram realizadas em Brasília, Mara Rosa (ponto estratégico de conexão ferroviária no Centro-Oeste) e no porto de Santos. Para o MPO, o projeto, conduzido em parceria com a Casa Civil e os Ministérios dos Transportes e Portos e Aeroportos, terá status de compromisso de Estado, garantindo segurança jurídica e continuidade, independentemente de mudanças de governo.

A China é vista como um parceiro estratégico para o desenvolvimento do projeto, tanto no setor público quanto privado, para alavancar a infraestrutura necessária ao novo ciclo de desenvolvimento e integração regional.

Durante o período, também foram feitas articulações com estados que não fazem fronteira, como parte do plano de interiorização do projeto. Nesta etapa inicial, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Distrito Federal e Rio Grande do Norte foram consultados para a construção do diagnóstico que servirá de base às ações do plano.

O OE 10 conta em sua carteira com o projeto P29, que possui evolução em seu cronograma de 6%, frente a 34,0% previsto para o período.

Amazônica

Ilha das
Guianas

Quadrante
Rondon

Bioceânica de
Capricórnio

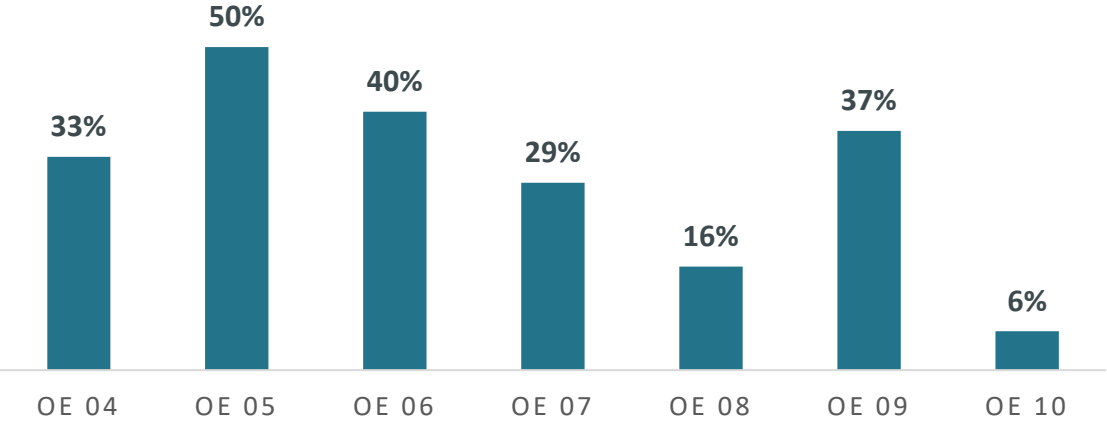
Bioceânica
do Sul



Processos Internos

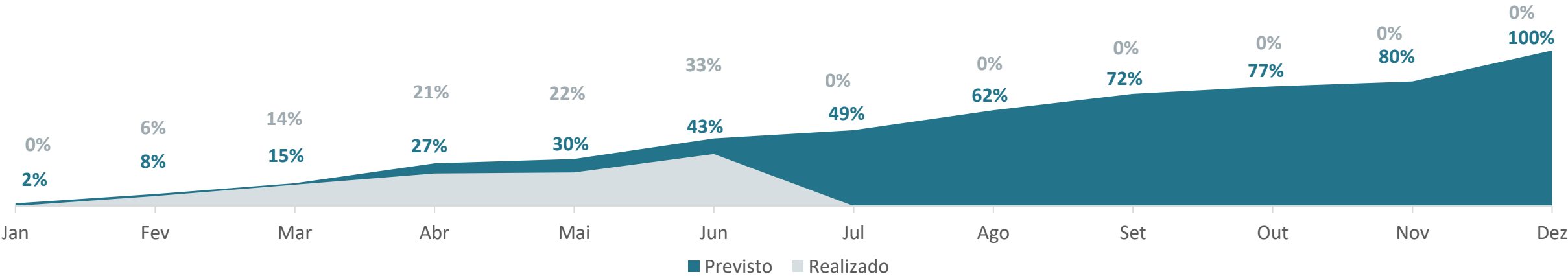
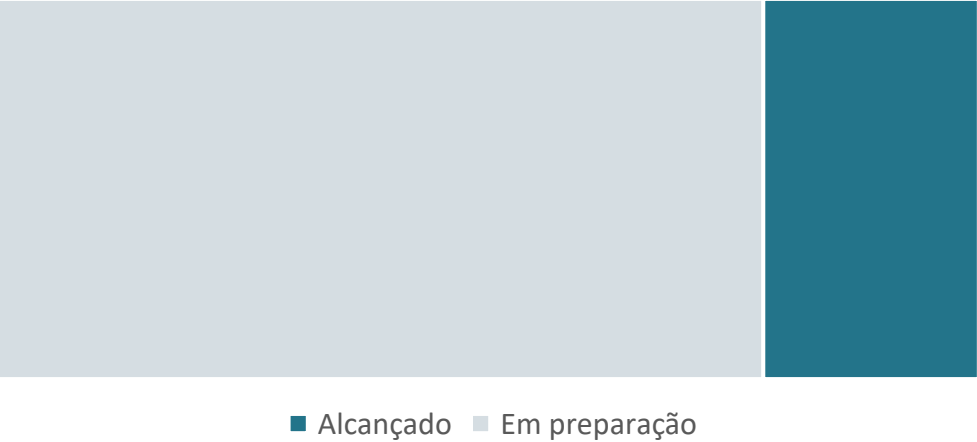
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefa concluída



Resultados-chave

% alcançado



Processos Internos

Evolução dos Projetos Estratégicos – 2º Trimestre de 2025

Projeto		Evolução		Detalhes
—	P01	<div><div></div></div>	0%	Pág. 37
	P02	<div><div></div></div>	20%	Pág. 38
—	P03	<div><div></div></div>	30%	Pág. 39
—	P04	<div><div></div></div>	35%	Pág. 40
	P05	<div><div></div></div>	80%	Pág. 41
	P06	<div><div></div></div>	30%	Pág. 42
—	P07	<div><div></div></div>	79%	Pág. 43
—	P08	<div><div></div></div>	30%	Pág. 44
	P09	<div><div></div></div>	62%	Pág. 45
—	P10	<div><div></div></div>	80%	Pág. 46
—	P11	<div><div></div></div>	10%	Pág. 47
—	P12	<div><div></div></div>	20%	Pág. 48
—	P13	<div><div></div></div>	50%	Pág. 49
—	P14	<div><div></div></div>	0%	Pág. 50
—	P15	<div><div></div></div>	57%	Pág. 51

Projeto		Evolução		Detalhes
—	P16	<div><div></div></div>	30%	Pág. 52
—	P17	<div><div></div></div>	0%	Pág. 53
—	P18	<div><div></div></div>	35%	Pág. 54
—	P19	<div><div></div></div>	0%	Pág. 55
	P20	<div><div></div></div>	0%	Pág. 56
	P21	<div><div></div></div>	100%	Pág. 57
	P22	<div><div></div></div>	0%	Pág. 58
—	P23	<div><div></div></div>	64%	Pág. 59
—	P24	<div><div></div></div>	0%	Pág. 60
	P25	<div><div></div></div>	30%	Pág. 61
	P26	<div><div></div></div>	10%	Pág. 62
	P27	<div><div></div></div>	100%	Pág. 63
	P28	<div><div></div></div>	25%	Pág. 64
—	P29	<div><div></div></div>	6%	Pág. 65

— Projeto com início em 2024

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P01

Atualização dos Guias de Análise Ex-Ante e de Avaliação Ex-Post

Objetivo: atualizar os guias metodológicos de análise Ex-Ante e Ex-Post, incorporando metodologias e tecnologias modernas, adicionando novos capítulos, seções e exemplos práticos, além de promover consulta pública, workshops e seminários com os interessados.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R01 - Atualizados 02 Guias Metodológicos (análise ExAnte e Ex-Post)		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Avaliação como política de Estado pauta participação da SMA na Semana da Avaliação 2025](#)

>> [MPO divulga relatório de avaliação de desempenho de políticas públicas](#)

>> [Ministério relança relatório com balanço de seis políticas públicas](#)

Avaliação do Projeto

O projeto de atualização dos guias de análise Ex-Ante e Ex-Post está na fase de elaboração do diagnóstico, que contará com a participação dos principais usuários. O objetivo é reunir insumos para orientar a modernização dos guias, incorporando metodologias atualizadas, exemplos práticos e melhorando sua clareza e usabilidade. Para isso, serão contratados consultores, já em andamento, realizadas consultas públicas e grupos focais, além de workshops e seminários, que vão envolver os interessados e reforçar a capacidade do governo em produzir avaliações de qualidade.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P02

Catálogo de Políticas Públicas

Objetivo: integrar informações de políticas públicas aos dados de planejamento e orçamento, facilitando o monitoramento e a avaliação dessas políticas. Com isso, busca-se aumentar a transparência, melhorar o acesso público a informações governamentais e otimizar a eficiência na tomada de decisões pelo CMAP

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R02 - Totalidade das despesas associadas às políticas públicas de gasto direto e subsídios constantes no catálogo, identificadas		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

A partir da análise exploratória, que buscou compatibilizar as categorias de variáveis utilizadas no atual Catálogo de Políticas Públicas e no Sistema de Planejamento e Orçamento (SIOP), foi elaborado um diagnóstico e identificadas as bases de informação necessárias para aprimorar a vinculação entre as políticas públicas e o orçamento federal no âmbito do Catálogo. Com base nesse diagnóstico, diversas tratativas estão sendo conduzidas entre as equipes da SMA e da SOF para coleta das informações. A iniciativa busca integrar os dados de políticas públicas ao planejamento e ao orçamento, facilitando seu monitoramento e avaliação. Com isso, espera-se aumentar a transparência, ampliar o acesso público às informações governamentais e otimizar a tomada de decisões pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), assegurando um catálogo atualizado e confiável para gestores e para a sociedade.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

20%

1º Trimestre

20%

20%

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P03

Avaliação e Melhoria do Gasto Público

Objetivo: sistematizar resultados das avaliações e auditorias de políticas públicas relevantes para a temática da qualidade do gasto público e propor melhorias em políticas públicas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
<p>R03 – Elaborados 2 relatórios técnicos para subsidiar o processo de revisão de gastos públicos</p>		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Ministério relança relatório com balanço de seis políticas públicas](#)

>> [Ministério do Planejamento aponta falhas de transparência em projetos de Lei de Incentivo ao Esporte](#)

>> [Bolsa Família pode estimular informalidade, diz relatório do Ministério do Planejamento](#)

>> [Bolsa Família pode estar contribuindo para maior informalidade, aponta Planejamento](#)

>> [Governo avalia impacto do Bolsa Família na informalidade crescente](#)

>> [Tebet vê estímulo à informalidade no Bolsa Família; mas revisão só em 2026](#)

>> [Relatório do governo Lula aponta que Bolsa Família pode estimular trabalho informal](#)

Avaliação do Projeto

O primeiro relatório de revisão do gasto público, de um total de dois, foi finalizado. Os documentos apresentarão propostas de revisão e os possíveis impactos das medidas, tanto nas contas públicas quanto na sociedade. Os estudos realizados no âmbito do projeto também servirão como subsídio para a elaboração do PLDO/2027. Os esforços agora se concentram no planejamento do segundo relatório, na construção da matriz que sistematizará as medidas de revisão e na elaboração de materiais informativos, com linguagem acessível, voltados à divulgação dos principais produtos e resultados. A iniciativa visa organizar avaliações e auditorias de políticas públicas com foco na qualidade do gasto, possibilitando a proposição de melhorias. Espera-se, com isso, incentivar o uso de evidências pelos órgãos gestores, aprimorar as políticas analisadas e otimizar a alocação de recursos, com impactos positivos na gestão pública.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

0%

30%

1º Trimestre

30%

30%

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P04

Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP)

Objetivo: fortalecer a capacidade institucional para avaliar políticas públicas de forma eficiente e padronizada, promovendo escalabilidade no processo de avaliação sem perda de qualidade, otimizando o uso da equipe (menos esforço e mais resultados), e gerando conhecimento estratégico para gestores sobre a eficácia das políticas públicas, contribuindo para uma gestão pública mais informada e efetiva.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R04 – 01 documento descritivo e explicativo contendo Metodologia de Autoavaliação Padronizada de Políticas Públicas (MAPP) desenvolvida e publicizada.		

Notícias relacionadas ao Projeto

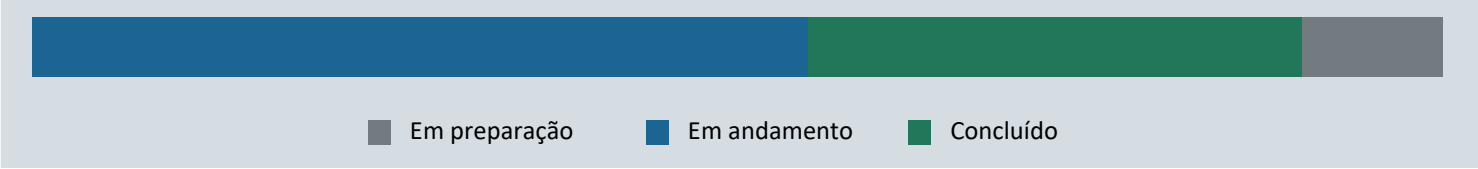
[>> MPO leva soluções de planejamento, financiamento e avaliação de políticas públicas a gestores municipais](#)

[>> SMA realiza Treinamento de Bolsistas para Aplicação da Ferramenta MAPP em Avaliação de Políticas Públicas](#)

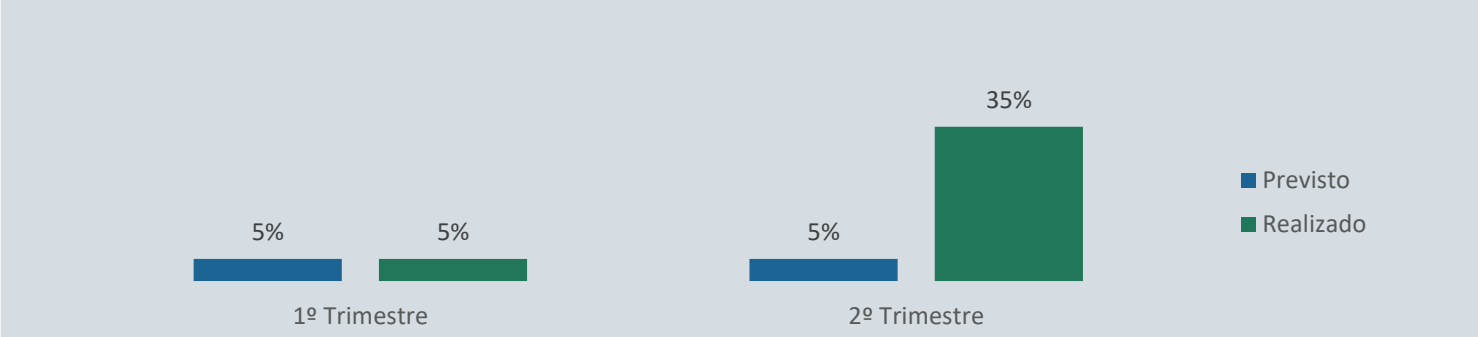
Avaliação do Projeto

O projeto alcançou a marca de 211 avaliações de políticas públicas, resultado que reflete tanto o esforço de disseminação da metodologia entre os ministérios quanto o alto nível de adesão à iniciativa. Esse avanço foi possível, em especial, graças à parceria entre a SMA e o IPEA, que contrataram e capacitaram bolsistas para apoiar a aplicação da metodologia junto aos órgãos. Paralelamente, avançam os esforços para digitalizar todo o processo de avaliação, incluindo os fluxos de validação, as revisões, a geração automatizada de relatórios, bem como a construção de material orientativo para uso da plataforma. O projeto busca ampliar a capacidade institucional de avaliação de políticas públicas, garantindo escalabilidade sem comprometer a qualidade. Além disso, visa otimizar o trabalho da equipe, reduzindo esforço e aumentando a eficiência das autoavaliações. Com uma abordagem padronizada e digital, a MAPP gera conhecimento estratégico para os gestores, promovendo decisões mais informadas e baseadas em evidências.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação De Políticas Públicas
OE04	Contribuir para o aperfeiçoamento contínuo das políticas públicas por meio do fortalecimento de uma cultura de monitoramento e avaliação - M&A
SMA	Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P05

Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (SM&A)

Objetivo: promover a cooperação e a articulação entre os diferentes entes governamentais para a realização de avaliações de políticas públicas, com o propósito de gerar informações e conhecimento que contribuam para o seu aprimoramento contínuo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R05 – Realizado 01 diagnóstico do SM&A		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R06 – Elaborado, ao menos, 1 minuta de norma legal ou infralegal que fortaleça a Institucionalização do Sistema Federal de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R07 – Apresentado 1 estudo sobre o aperfeiçoamento do processo de acompanhamento das recomendações do CMAP		

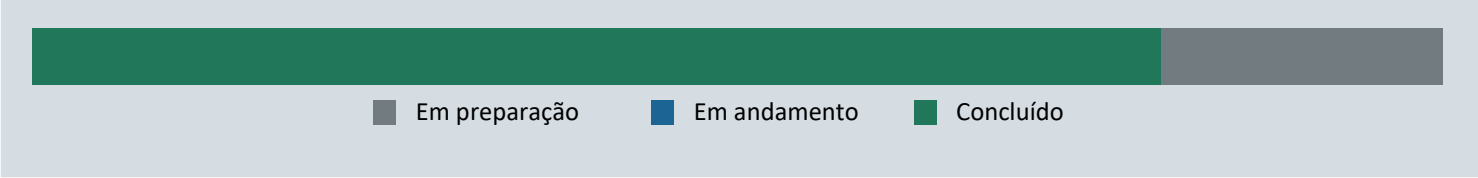
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SMA apresenta modelo de monitoramento para a Política Nacional Integrada para a Primeira infância](#)

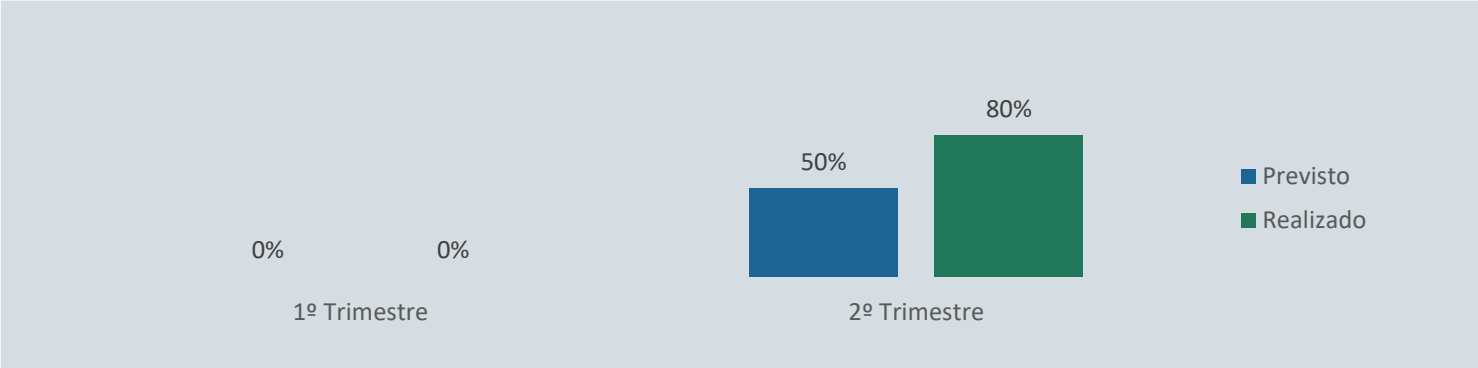
Avaliação do Projeto

A SMA participou da Semana de Avaliação 2025, cujo tema foi “Práticas, conhecimentos e evidências em políticas públicas”. O evento promoveu reflexões e intercâmbio entre gestores e especialistas dos níveis federal, estadual e municipal, reafirmando a avaliação como política de Estado e ferramenta estratégica para o aprimoramento das ações governamentais. Durante o evento, a SMA coletou subsídios para a elaboração do diagnóstico do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SM&A) no âmbito federal. Esses dados complementaram as informações recebidas dos ministérios no segundo semestre de 2023, quando foi realizado um levantamento sobre as atividades de M&A. Com esse conjunto de informações, foi possível finalizar o relatório com o diagnóstico do M&A no Executivo federal. Também foi concluída a Nota Técnica referente ao PLP 64/2022, que propõe a regulamentação do §16 do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e alterações na Lei Complementar nº 101/2000. As etapas atualmente em andamento antecedem os esforços para a instituição formal do SM&A no Brasil. A iniciativa busca fortalecer a cooperação e a articulação entre os entes federativos na avaliação de políticas públicas, promovendo a produção de conhecimento para seu aprimoramento contínuo. Com a estruturação do Sistema, espera-se consolidar um processo mais integrado e eficiente, com avaliações mais robustas e estratégicas para a gestão pública.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M01	Macroprocesso finalístico - Avaliação de Políticas Públicas
M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P06

Reestruturação da Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação

Objetivo: reestruturar a Comissão Nacional de Cartografia, transformando-a em Comissão Nacional de Geoinformação.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R08 – Publicadas 02 Resoluções aprovadas em plenária do Congresso		

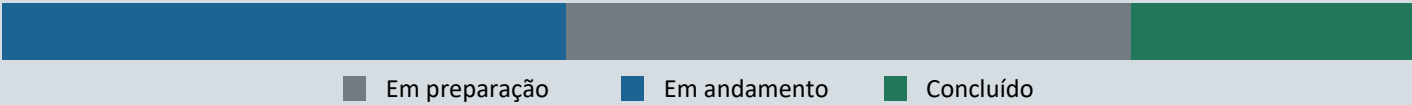
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO cria a Comissão Nacional de Geoinformação - CONGEO](#)

Avaliação do Projeto

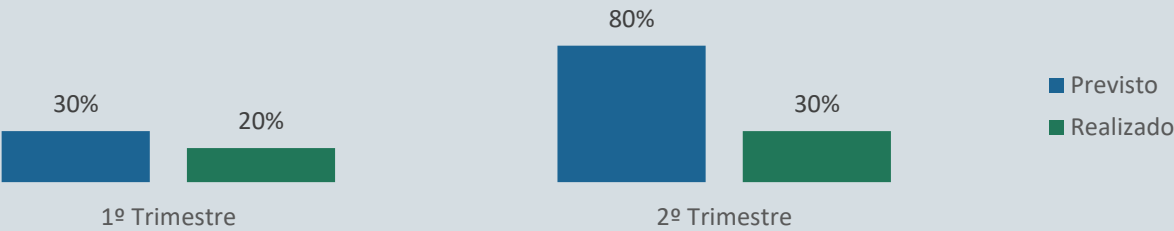
Conforme previsto, foi criada a Comissão Nacional de Geoinformação – CONGEO, instituída pela Portaria GM/MPO nº 32, de 14 de março de 2025, em substituição à Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A criação do novo colegiado envolveu um amplo processo de articulação institucional, incluindo anuências dos órgãos membros, elaboração de documentos técnicos e tratativas com a Casa Civil para viabilizar sua formalização. Como próximos passos, foi publicada em 09 de junho a Portaria SEPLAN/MPO nº 146, de 30 de maio de 2025, que designa os representantes, titulares e suplentes, dos órgãos que compõem a CONGEO. Também estão em andamento as tratativas para realização da primeira Reunião Plenária do colegiado, prevista para o dia 12 de agosto, e do primeiro Seminário da CONGEO, com previsão para outubro de 2025. Adicionalmente, foi publicado o Decreto nº 12.402/2025, que aperfeiçoa a governança da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE e promove maior integração com as ações da CONGEO. A CONGEO representa um avanço significativo para a governança da geoinformação no Brasil, fortalecendo a capacidade do governo de gerenciar dados geoespaciais essenciais ao planejamento e desenvolvimento do país.

Evolução das Etapas



Etapa	Em preparação	Em andamento	Concluído
Em preparação			
Em andamento			
Concluído			

Evolução do Cronograma



Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	30%	20%
2º Trimestre	80%	30%

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P07

Gestão do PPA 2024-2027

Objetivo: fortalecer o monitoramento das prioridades governamentais e a gestão das agendas transversais, promovendo a integração com os Planos Regionais de Desenvolvimento, o aprimoramento dos atributos do PPA, o ajuste das metas ao novo cenário fiscal e orçamentário, e o fortalecimento do vínculo do PPA com as prioridades do governo e dos órgãos setoriais. Além disso, incentivar a participação social no acompanhamento do PPA, garantindo maior alinhamento às demandas da sociedade.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R09 – Incorporada a participação social no processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R10 – Integrada a autoavaliação dos Programas ao processo de revisão ordinária do Plano Plurianual		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Seplan-MPO ouve a sociedade civil no Fórum Interconselhos](#)

>> [MPO apoia municípios na elaboração dos PPAs 2026–2029 e reforça compromisso com o pacto federativo](#)

>> [MPO e SRI/PR promoverão webinários para orientar sobre os PPAs Municipais do ciclo 2026-2029](#)

>> [MPO lança guia para orientar os municípios na elaboração de seus Planos Plurianuais](#)

>> [Participação social para a revisão do Plano Plurianual 2024-2027 vai até 28 de fevereiro](#)

Avaliação do Projeto

Em abril, foi concluído o processo de autoavaliação dos Programas Finalísticos do PPA, conduzido com ampla participação dos órgãos setoriais. Essa etapa preparou o caminho para a revisão ordinária do plano, prevista no art. 19 da Lei nº 14.802/2024, iniciada em maio e com término previsto para julho. Essa integração garantiu o cumprimento de um dos resultados-chave do período: “R10 - Autoavaliação dos Programas integrada ao processo de revisão ordinária do PPA”. Assim que finalizada a revisão ordinária, os esforços se concentrarão na publicação da portaria de revisão do PPA 2024-2027, ano base 2025. A participação social também foi fortalecida no processo de revisão. A SEPLAN participou da reunião do Fórum Interconselhos, que reuniu representantes da sociedade civil para avaliar o PPA 2024-2027 e contribuir para a construção da Estratégia Brasil 2050. O encontro reforçou a importância de ampliar os canais de participação e garantir uma comunicação simples e acessível, aproximando as políticas públicas das reais demandas da população. Para viabilizar esse processo, o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) passou por adaptações, incluindo o desenvolvimento de novos módulos para apoiar a revisão e a avaliação dos programas. Além disso, as informações recebidas passaram por um controle de qualidade, contribuindo para maior confiabilidade dos dados e para a qualificação do processo de planejamento.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

34%

34%

1º Trimestre

83%

79%

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P08

Painel PPA Aberto

Objetivo: evoluir o Painel PPA Aberto para incluir monitoramento do plano, consultas, geração de relatórios com cruzamento de dados e integração com redes sociais. A evolução ainda contemplará um repositório de indicadores e metas da dimensão estratégica, a “etiquetagem” das agendas transversais e das prioridades e a base gerencial do PPA (entregas e medidas institucionais).

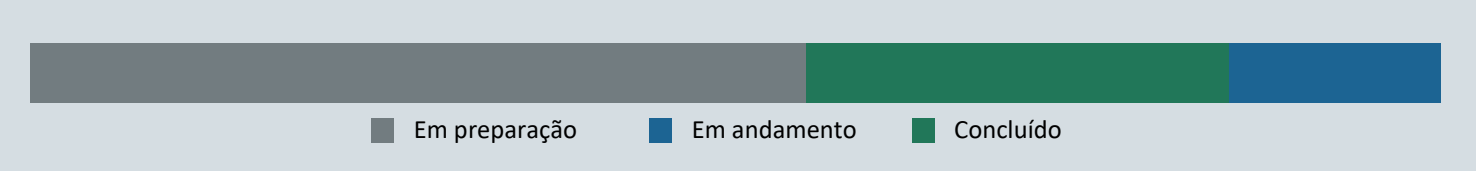
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R11 – 05 módulos do PPA Aberto implementados e integrados às redes sociais do MPO		

Notícias relacionadas ao Projeto

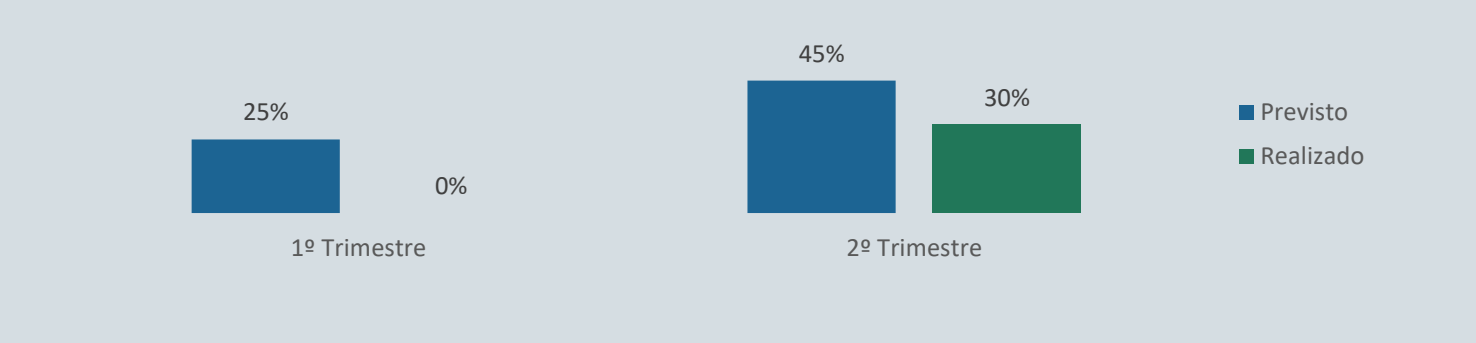
Avaliação do Projeto

O projeto PPA Aberto tem como objetivo aprimorar o acesso à informação e fortalecer a participação social no Plano Plurianual 2024-2027, por meio da evolução do painel já existente. A iniciativa visa disponibilizar dados detalhados sobre o monitoramento do plano, a regionalização dos atributos do PPA e a extração de consultas e relatórios com cruzamento de informações. Além disso, permitirá a integração com redes sociais e consolidará um repositório abrangente de indicadores e metas estratégicas, bem como a apresentação das agendas transversais e das prioridades definidas no planejamento governamental. Atualmente, os esforços se concentram no redesenho da página para incluir os dados de monitoramento nos módulos já existentes. Também foram desenvolvidos novos módulos voltados à regionalização e à apresentação de informações quantitativas. Esses módulos encontram-se em fase de testes pela equipe da SEPLAN e estão previstos para serem disponibilizados em julho, após a publicação da revisão ordinária do PPA.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE05	Aperfeiçoar a governança do sistema de planejamento governamental, por meio do aprimoramento dos instrumentos normativos e das práticas de gestão, de forma a promover a integração dos esforços do governo e seus resultados
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P09

Novo Modelo de Ações não Orçamentárias do PPA 2024-2027

Objetivo: aperfeiçoar o registro de informações e a gestão das ações não orçamentárias no âmbito do Plano Plurianual, fortalecendo a integração entre gastos não orçamentários e os respectivos resultados de governo.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R12 – Novo modelo de ação não orçamentária elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

Os avanços na execução incluem a identificação e validação das necessidades de ajuste no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), cujas melhorias já estão em fase de implementação. Além disso, foram concluídos estudos sobre subsídios tributários, creditícios e financiamento por instituições financeiras oficiais de fomento. Atualmente, está em desenvolvimento a análise de projetos financiados por organismos internacionais e recursos privados, reforçando a base de informações estratégicas para o aprimoramento e monitoramento das ações não orçamentárias no PPA. O projeto tem como objetivo aprimorar o registro e a gestão das ações não orçamentárias, promovendo uma maior integração entre esses gastos e os resultados de governo. A iniciativa busca fortalecer a transparência e a eficiência na gestão do Plano Plurianual, garantindo um acompanhamento mais preciso das ações e reduzindo os riscos de inconsistências no monitoramento anual. Dessa forma, o projeto contribui para uma visão mais estruturada e abrangente das políticas públicas implementadas sem alocação direta de recursos orçamentários.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

32%

50%

62%

62%

1º Trimestre

2º Trimestre

Previsto

Realizado

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P10

Agendas transversais no PPA

Objetivo: permitir a integração e a harmonização de diferentes políticas públicas no PPA 2024-2027, visando garantir que as ações e as iniciativas em diferentes setores e áreas sejam complementares e reforcem umas às outras. A abordagem transversal facilita o alcance de metas comuns, fortalece a eficiência do plano e promove um impacto mais amplo e sustentável.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R13 – Publicados os relatórios de resultados do monitoramento das 5 agendas transversais do PPA 2024-2027		

Notícias relacionadas ao Projeto


>> [Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

>> [MPO e Unicef definem atividades para o aprofundamento da agenda transversal crianças e adolescentes](#)

Avaliação do Projeto

Conforme previsto, foram publicados os [relatórios de monitoramento das Agendas Transversais](#): crianças e adolescentes, ambiental, povos indígenas, mulheres e igualdade racial. Os documentos reúnem, de forma integrada, o desempenho da atuação governamental no âmbito das Agendas Transversais em termos de resultados pactuados no PPA e da execução orçamentária no exercício de 2024. As informações permitem identificar sinergias e elos faltantes nas políticas públicas federais que têm impacto sobre cada uma das Agendas Transversais. O projeto busca integrar e harmonizar políticas públicas, promovendo maior articulação entre setores e garantindo que as ações sejam complementares e eficazes. Entre os benefícios esperados, destacam-se a criação de espaços de diálogo e coordenação entre diferentes atores governamentais e o fortalecimento da transparência, contribuindo para uma gestão pública mais eficiente e alinhada às necessidades da população infantil e juvenil.

Evolução das Etapas

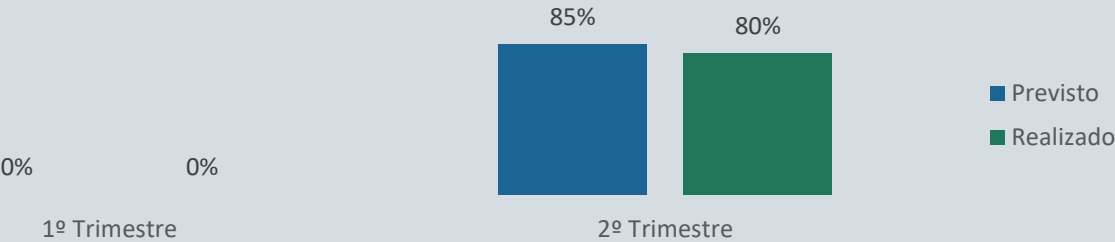


Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma



Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	0%	0%
2º Trimestre	85%	80%

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P11

Integração do PPA com os Planos Regionais de Desenvolvimento (PRD)

Objetivo: aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R14 – monitoradas as três Agendas Transversais Territoriais relativas aos Planos Regionais de Desenvolvimento por meio de relatórios de monitoramento dos atributos pactuados com os ministérios parceiros.		

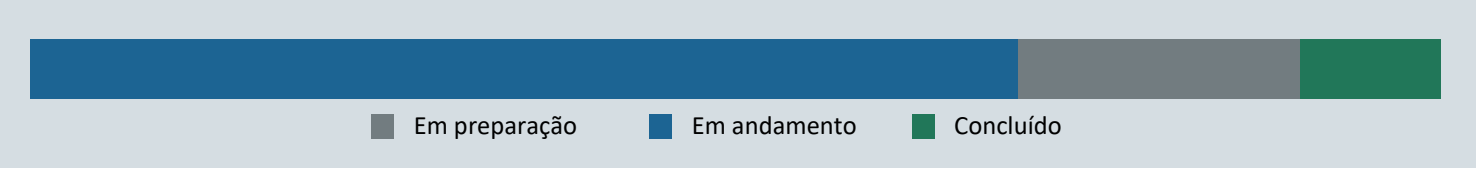
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Encontro promove a consolidação da versão final da Agenda Transversal Territorial no âmbito do PPA 2024-2027](#)

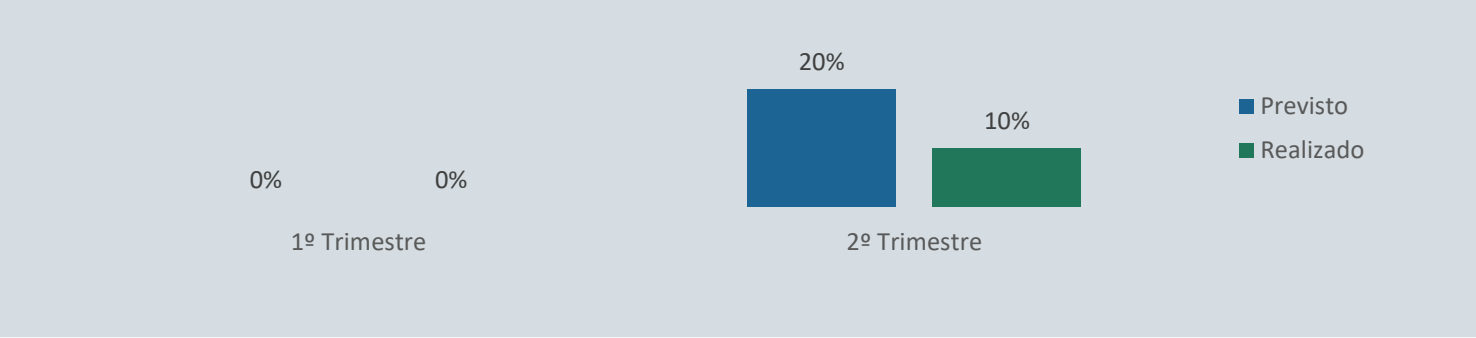
Avaliação do Projeto

O projeto de fortalecimento das Agendas Transversais Territoriais no PPA 2024-2027 avançou com a finalização dos preparativos para elaboração do Relatório das Agendas Transversais Territoriais. O evento de lançamento das agendas está previsto para o mês de agosto. Também foi iniciada a marcação de atributos no SIOP para refletir os ajustes decorrentes da revisão dos Programas do PPA 2024-2027 nas Agendas Transversais Territoriais. Paralelamente, foram realizados avanços no apoio à elaboração da Agenda de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (MG), com a definição da metodologia de trabalho e da programação da primeira reunião ordinária do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), prevista para 18/07/2025. A composição do GTI foi formalizada por meio da Portaria MIDR nº 1.926, de 27 de junho de 2025. O projeto busca aprimorar a gestão dessas agendas, garantindo maior eficiência na alocação de recursos, maior coordenação entre políticas públicas e integração das prioridades regionais no PPA, evitando sobreposições e maximizando o impacto das ações governamentais nas diferentes regiões do país.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



Objetivo: desenvolver referencial metodológico que permita identificar agendas transversais e multissetoriais no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União.

R15 - Aperfeiçoada a identificação dos gastos de 01 Agenda Transversal (ambientais e climáticos) no âmbito do PPA e dos Orçamentos da União

>> SOF apresenta classificação de gasto público em mudança do clima, biodiversidade e gestão de riscos de desastres

O projeto avançou com a publicação do [Guia Metodológico sobre Transversalidade de Meio Ambiente](#) e outro sobre [Crianças e Adolescentes](#), nas Políticas Públicas, no Plano e no Orçamento, que visa orientar os gestores públicos federais na utilização do instrumento da transversalidade ao longo do ciclo de gestão das políticas públicas. Ainda estão previstas a elaboração de outros dois guias temáticos — voltados às agendas de igualdade racial e povos indígenas — com previsão de publicação em agosto de 2025. Além disso, a colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a classificação dos gastos públicos relacionados ao clima, à biodiversidade e à gestão de riscos de desastres resultou em uma proposta de metodologia de classificação, atualmente em fase de análise e aperfeiçoamento pela SOF. A expectativa é que o relatório de identificação e classificação dos gastos climáticos, com base na metodologia COFOG, seja publicado em dezembro de 2025.

Ação	Em preparação	Em andamento	Concluído
Implementar o plano de melhoria	0%	80%	20%
Atualizar o plano de melhoria	100%	0%	0%
Revisar o plano de melhoria	100%	0%	0%
Implementar o plano de melhoria	100%	0%	0%
Atualizar o plano de melhoria	100%	0%	0%
Revisar o plano de melhoria	100%	0%	0%

Trimestre	Previsto (%)	Realizado (%)
1º Trimestre	0%	0%
2º Trimestre	0%	20%

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE06	Aperfeiçoar a gestão das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA e nos Orçamentos da União
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P13

Agendas Transversais e Multissetoriais no Orçamento

Objetivo: elaborar e publicar relatórios anuais de execução orçamentária e físico-financeira das Agendas Transversais e Multissetoriais selecionadas no PPA 2024-2027; - Publicar lista de ações orçamentárias relacionadas às Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026; e - Elaborar Resumo e Demonstrativo Orçamentário e Relatório das Agendas Transversais e Multissetoriais, no PLOA 2026.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R16 - Aumentado para 28% o percentual de ações orçamentárias vinculadas às Agendas Transversais e Multissetoriais em 2025		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano base 2024)		

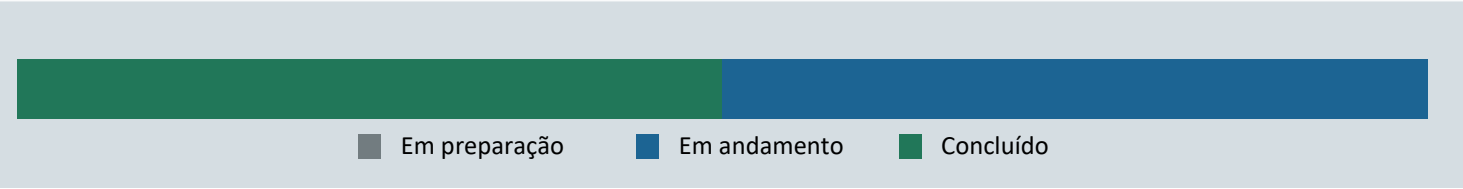
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Relatórios mostram os recursos e o impacto da atuação do governo nas cinco agendas transversais em 2024](#)

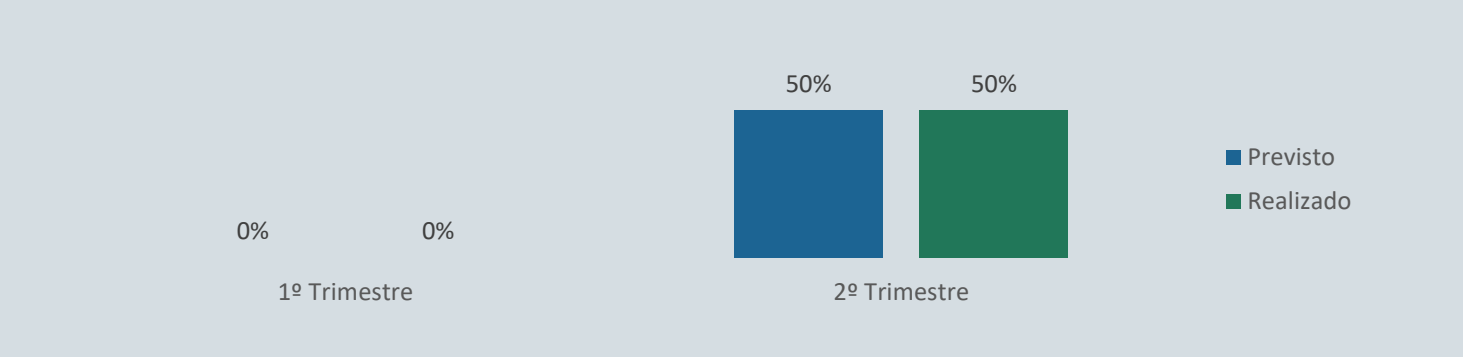
Avaliação do Projeto

A transparência orçamentária foi fortalecida com a publicação dos [Relatórios das Agendas Transversais de 2025](#), com dados de 2024, que consolidam de forma inédita o monitoramento do PPA 2024-2027 e a execução orçamentária da LOA 2024, integrando informações sobre cinco agendas: Mulheres, Crianças e Adolescentes, Igualdade Racial e Povos Indígenas e Ambiental. Os relatórios apresentam a distribuição dos recursos por agenda, o avanço dos indicadores e o volume de recursos aplicados. A publicação dá cumprimento ao resultado-chave “R17 - Promovida a transparência ativa do orçamento nas agendas transversais e multissetoriais por meio da publicação de cinco novos relatórios de execução orçamentária (ano-base 2024)”. Os relatórios evidenciam o compromisso do governo federal com a transversalidade das políticas públicas e o fortalecimento dos direitos constitucionais desses públicos prioritários e do meio ambiente. Além de promover transparência, os documentos integram dados de resultados e execução orçamentária, identificam sinergias e lacunas nas políticas federais e apresentam metodologia, dados detalhados e análises que fortalecem o uso das leis orçamentárias como instrumentos de transformação social e desenvolvimento sustentável.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SEPLAN	Secretaria Nacional de Planejamento

P14

Elaboração do Projeto do Observatório do Planejamento de Longo Prazo

Objetivo: elaborar um projeto para a estruturação e o funcionamento do Observatório do Planejamento de Longo Prazo. O projeto envolve a realização de atividades de planejamento para delinear os objetivos, resultados e impactos almejados para o Observatório do planejamento de longo prazo, bem como definir sua estrutura, processos e atividades e entregas correspondentes

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R18 - Projeto de concepção do Observatório do Planejamento de Longo Prazo elaborado		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> ["Planejar é garantir que o que faltou no passado não falte no futuro", diz Tebet em São Paulo](#)

Avaliação do Projeto

O projeto para a estruturação do Observatório do Planejamento de Longo Prazo visa estruturar o processo de monitoramento da Estratégica Brasil 2050, propiciando a tomada de decisão tempestiva e informada por dados. O projeto está na fase de preparação e aguarda a finalização do relatório da Estratégia Brasil 2050, prevista para o terceiro trimestre de 2025, para iniciar a fase de execução.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M03	Macroprocesso finalístico - Gestão do planejamento nacional de médio e longo prazos, com foco na geração de resultados de desenvolvimento social e econômico sustentáveis
OE07	Elaborar o planejamento de longo prazo com legitimidade social e participação federativa, acompanhando sua evolução, para o alcance do futuro desejável
SOF	Secretaria Nacional de Planejamento (SEPLAN)

P15

Plano Nacional de Longo Prazo

Objetivo: fortalecer a coordenação setorial e federativa das ações governamentais, enfrentando desafios atuais e orientando a construção de um futuro desejado, servindo como referencial estratégico para investimentos privados e para a cooperação internacional

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R19 - Estratégia Brasil 2050 elaborada		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Ministro substituto, Gustavo Guimarães, defende visão de longo prazo, aproveitando potencial do país](#)

[>> Brasil e União Europeia se unem em diálogo sobre construção de políticas públicas](#)

[>> Estratégia Brasil 2050 em Roraima: secretária destaca necessidade de integração nacional](#)

[>> Maranhão recebe Diálogos para a Estratégia Brasil 2050, e secretária destaca urgência de planejamento de longo prazo](#)

[>> Simone Tebet destaca papel do planejamento para o desenvolvimento com justiça social](#)

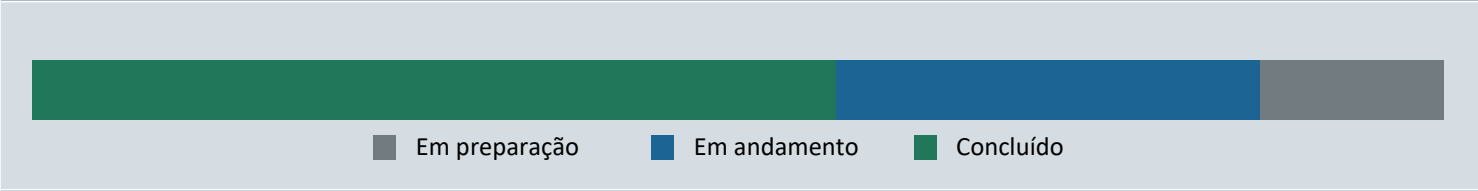
[>> Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050 chegam ao Norte do país; floresta é peça-chave](#)

[>> Ministério do Planejamento e Orçamento realiza Oficina de Estudos Regionais da Estratégia Brasil 2050](#)

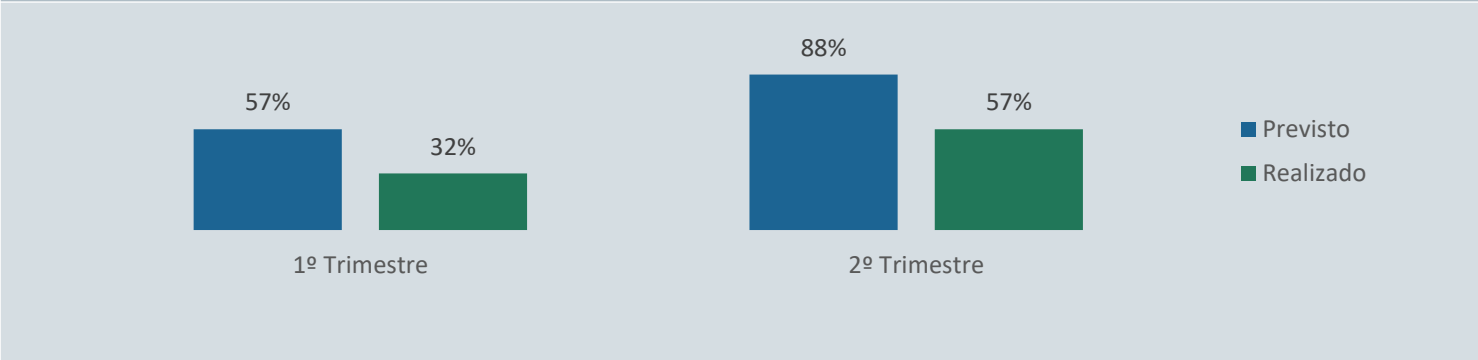
Avaliação do Projeto

No período, foram concluídos os Diálogos para a Construção da Estratégia Brasil 2050, com a realização de 16 eventos estaduais em todas as 5 macrorregiões do país. As atividades reuniram subsídios técnicos e políticos, além de promover a participação social na construção da estratégia. Também ocorreu, em Brasília, o seminário internacional “Diálogo UE-Brasil Planejamento de Cenários/Foresight – Moldando a Agenda Global do Futuro”, promovido em parceria com a União Europeia. O evento contou com especialistas nacionais e internacionais e debateu o uso de prospectiva estratégica, antecipação de tendências globais e ferramentas de planejamento de longo prazo. Além disso, foram finalizados e publicizados estudos, documentos técnicos e materiais de apoio no site oficial da [Estratégia Brasil 2050](#).

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P16

Metas Físicas

Objetivo: aprimorar o enfoque na entrega de bens e serviços à sociedade e ao estado, no processo orçamentário e no orçamento, por meio da aplicação de novas diretrizes e critérios na revisão da estrutura programática dos órgãos e da implementação de meios para maior evidenciação e publicização das entregas e produtos no orçamento

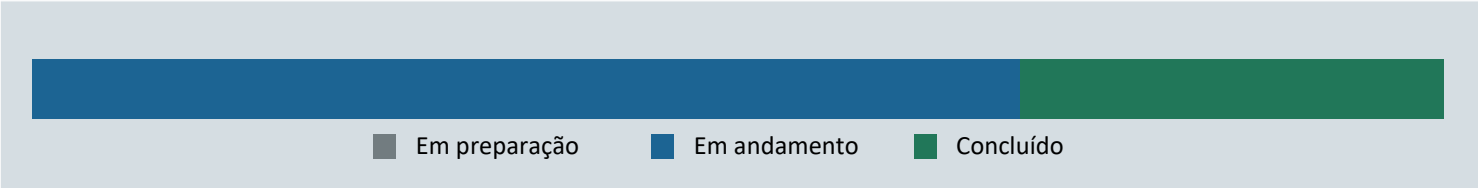
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R20 - Aprimorados os atributos de 100% das programações orçamentárias com problemas identificados quanto à evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R21 - Exibidas as entregas de bens e serviços previstas nas programações orçamentárias, por meio de ao menos um dos instrumentos de acompanhamento e de publicização do orçamento		

Notícias relacionadas ao Projeto

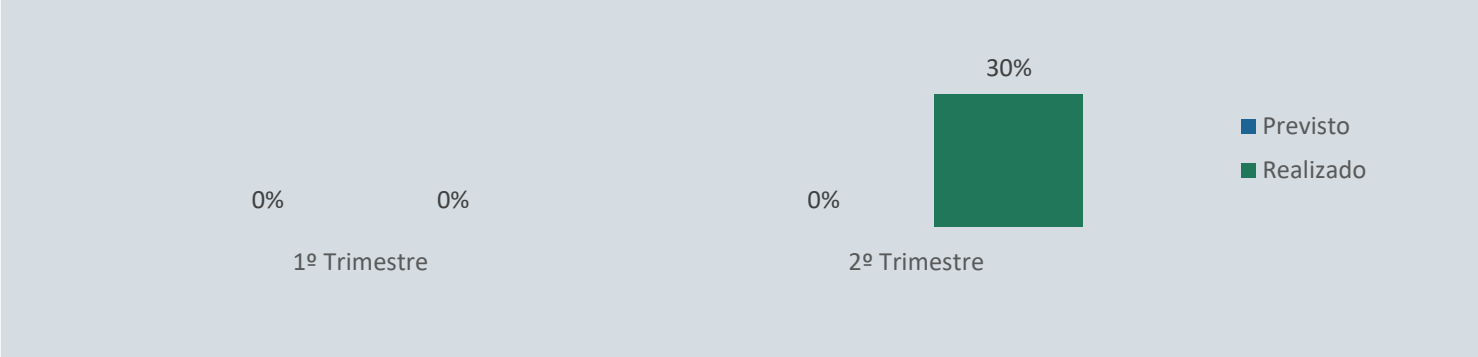
Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo aprimorar o processo orçamentário brasileiro com base no modelo de orçamentação por desempenho, por meio da revisão metodológica de 100% das programações orçamentárias que apresentem falhas na evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado. A iniciativa visa fortalecer os mecanismos de demonstração das entregas públicas, ampliar a transparência e o foco na finalidade do gasto, além de qualificar o processo decisório sobre a alocação de recursos com base em evidências. Entre os principais benefícios esperados estão o fortalecimento do alinhamento entre orçamento e prioridades políticas para o Governo Central, o apoio à tomada de decisão para os órgãos do sistema federal de planejamento e orçamento, e o aumento da transparência para a sociedade sobre os resultados do gasto público. Atualmente, o projeto tem avançado com aprimoramentos metodológicos que já foram refletidos no [Manual Técnico de Orçamento \(MTO\) 2026](#) e nas orientações para a revisão do cadastro de ações do PLOA 2026. O objetivo é melhorar a evidenciação das entregas de bens e serviços à sociedade e ao Estado resultantes das ações orçamentárias. Ademais, está em execução o levantamento de ações com indícios de problemas e a realização dos respectivos ajustes. A revisão completa do MTO foi concluída antecipadamente, em junho de 2025.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P17

Nova Lei de Finanças Públicas

Objetivo: apresentar anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em substituição à Lei nº 4.320, de 17/03/1964, para encaminhamento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

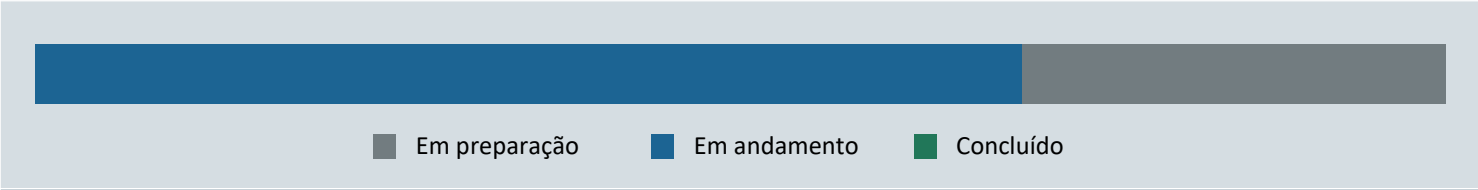
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R22 - Proposto anteprojeto de Nova Lei de Finanças Públicas		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo apresentar um anteprojeto de nova versão do Projeto de Lei Complementar de Finanças Públicas, aplicável a todos os entes federativos, em substituição à antiga Lei nº 4.320/1964, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional pelo Presidente da República. A iniciativa busca preencher a lacuna de uma legislação complementar atualizada sobre finanças públicas no país, promovendo a modernização e a incorporação de boas práticas de planejamento, orçamento, finanças e controle, além de simplificar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, contribuindo para a melhoria do ciclo de gestão do gasto público. A maioria das emendas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi incorporada ao anteprojeto da Nova Lei de Finanças Públicas (NLFP), restando apenas alguns pontos técnicos em discussão.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF e SMA	Secretaria de Orçamento Federal / Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos

P18

Revisão de Gastos

Objetivo: avaliar despesas públicas existentes buscando identificar oportunidades de redução de gastos ou de realocação de recursos investidos em políticas públicas e/ou programas governamentais de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos.

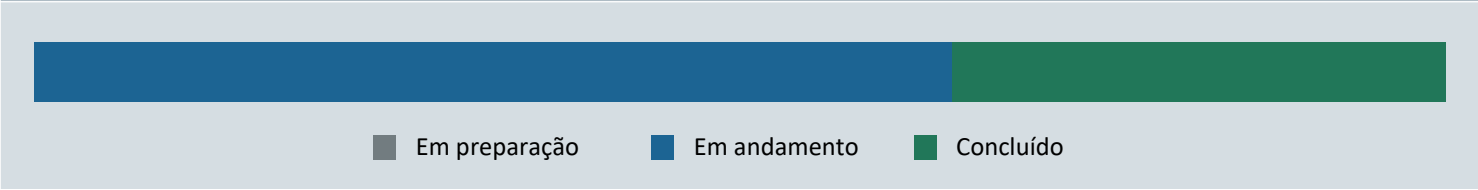
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R23 - Proposta minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual		

Notícias relacionadas ao Projeto

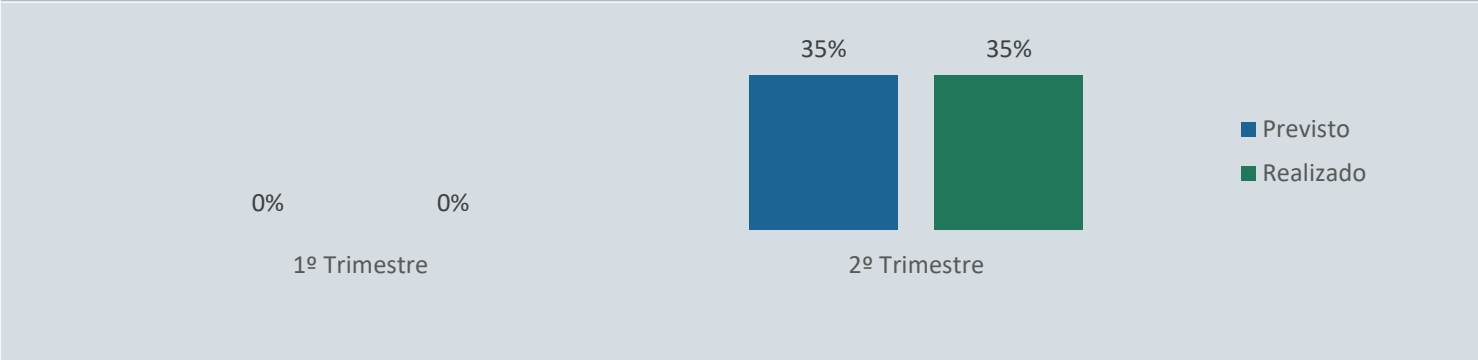
Avaliação do Projeto

O projeto avançou com a elaboração das estimativas de economia de gastos, já [publicadas no Anexo IV – Metas Fiscais do PLDO 2026](#). No momento, segue em andamento a etapa de elaboração dos Relatórios de Revisão de Gastos, com foco na produção técnica dos documentos. Paralelamente, a fase de normatização encontra-se em estudo, com vistas ao cumprimento do resultado-chave “R23 - Proposta de minuta de normativo para incorporação da revisão de gastos públicos federais ao processo do ciclo orçamentário anual”. O objetivo do projeto é avaliar despesas públicas existentes, identificando oportunidades de redução de gastos ou de realocação de recursos aplicados em políticas e programas de baixa prioridade, ineficientes ou inefetivos. Com isso, busca-se aumentar a eficiência e a qualidade do gasto público, ampliar a capacidade do Estado por meio da criação de espaço fiscal para novas prioridades e, de forma indireta, contribuir para a melhoria da efetividade das políticas públicas.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M02	Macroprocesso finalístico - Gestão do Processo Orçamentário Federal
OE08	Melhorar a qualidade do gasto público com inclusão e equilíbrio fiscal
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P19

Marco Orçamentário de Médio Prazo

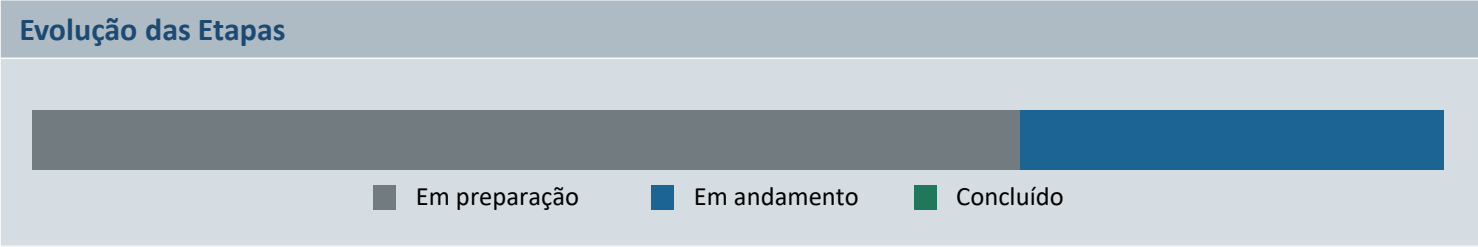
Objetivo: aprimorar o desenho/processo do MOMP implementado no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025, no exercício de 2024, com vistas à modernização do processo orçamentário brasileiro, notadamente, no que tange aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a partir da adoção da boa prática internacional designada Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), amplamente utilizada por democracias desenvolvidas.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R24 - Implementadas as previsões de médio prazo nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União em 100% dos órgãos orçamentários		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto avança com a formulação e implementação de novas funcionalidades no sistema SIOP voltadas à melhoria da consulta aos dados, à verificação da consistência das propostas e ao aprimoramento da metodologia do MOMP. As alterações no SIOP buscam melhorar o compartilhamento de dados e facilitar a tomada de decisão. Também foi disponibilizada nova funcionalidade para emissão de relatório de acompanhamento das propostas pelos usuários do SIOP, no módulo de captação do MOMP. Tal funcionalidade facilita o acesso a informações consolidadas, padronizadas e de fácil leitura. O formato também favorece o compartilhamento e o arquivamento dos dados, além de apoiar a análise e a tomada de decisão. O relatório complementa as informações já disponibilizadas no BI-SIOP, que possibilita consultas personalizadas em formato Excel. O desenho metodológico do MOMP está sendo aprimorado com base nas lições aprendidas e sugestões das etapas anteriores, com foco no fortalecimento das análises intertemporais e na melhoria da interface do sistema, tornando-a mais intuitiva e funcional. A captação quantitativa para o PLOA 2026 foi realizada em julho. Neste momento, está sendo realizada análise e consolidação das informações enviadas pelos órgãos para os três exercícios futuros. O projeto visa modernizar o processo orçamentário brasileiro, alinhando-se à boa prática internacional do Medium-Term Expenditure Framework (MTEF), utilizada em democracias desenvolvidas. Entre os benefícios esperados, destacam-se a melhoria na qualidade das projeções de médio prazo, maior eficiência operacional e ampliação do horizonte analítico para subsidiar o planejamento orçamentário.



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P20

Coordenação da Elaboração e Apresentação de 8 Novos Projetos Brasileiros no FOCEM

Objetivo: coordenar a elaboração, apresentação e aprovação dos oito novos projetos brasileiros para financiamento com recursos do FOCEM, em diversos estados na faixa de fronteira, auxiliando no desenvolvimento da região e complementando os esforços do governo brasileiro para o avanço da integração com os demais países do Mercosul.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R25 - Concluído processo de suporte técnico aos entes subnacionais, visando adequada preparação para aprovação de 8 projetos brasileiros junto ao FOCEM		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> Ministra Simone Tebet assina convênio de financiamento com o Fundo do Mercosul para construção do Contorno Viário de Amambai, no Mato Grosso do Sul](#)

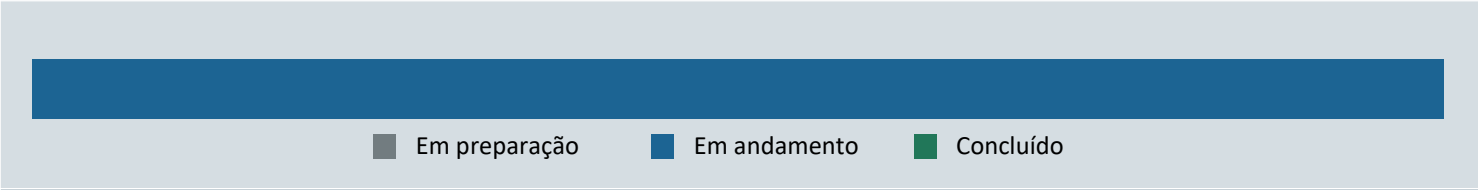
[>> Unidades Técnicas do Fundo de Convergência do Mercosul \(FOCEM\) realizam visita técnica a Amambai \(MS\)](#)

[>> Ministra Simone Tebet cumpre agenda em Buenos Aires durante a 66ª Cúpula do Mercosul](#)

Avaliação do Projeto

O projeto avança com o suporte técnico fornecido pelo MPO e pelo Fonplata à preparação das propostas. O projeto apresentado por Ponta Porã (MS) foi aprovado na última reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), realizada em 02/07/2025, em Buenos Aires. Já o projeto do Acre está em fase de preparação e deverá ser submetido ao Mercosul ainda neste semestre. Os demais projetos — Parque Tecnológico-RS, Laboratórios-RS, Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Transcampesina-RS — seguem em fase de elaboração. A iniciativa visa coordenar a formulação, submissão e aprovação de oito novos projetos brasileiros a serem financiados pelo FOCEM, com foco no desenvolvimento dos estados da faixa de fronteira e em alinhamento com os esforços de integração regional do Mercosul. Entre os benefícios esperados estão a aceleração do processo de aprovação, maior eficiência na execução dos projetos, ampliação dos resultados para as populações atendidas e o fortalecimento do desenvolvimento e da integração nas regiões fronteiriças.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P21

Revisão da Estrutura de Governança Interna da Comissão de Financiamento Externos

Objetivo: aprimorar a eficiência dos trâmites internos da Cofiex, promovendo maior transparência, previsibilidade e agilidade na análise de programas e projetos financiados por fontes externas, em benefício dos órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R26 - implementada nova estrutura de governança para elaboração e aprovação de programas ou projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos.		

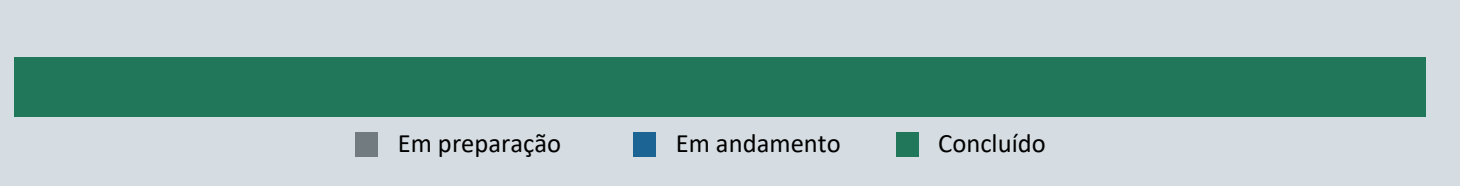
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [MPO e Agência Francesa de Desenvolvimento realizam primeira revisão de carteira de projetos no Brasil](#)

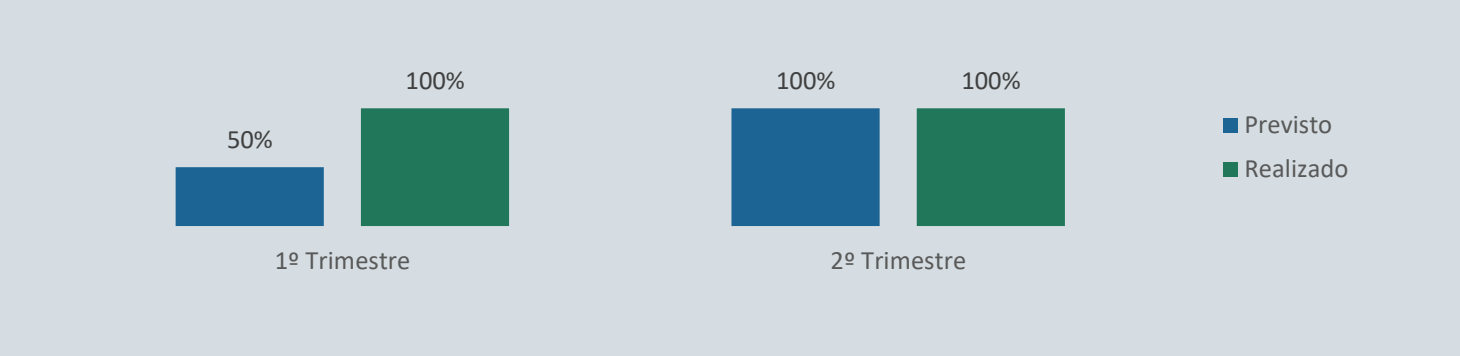
Avaliação do Projeto

O projeto visa reforçar a estrutura de governança da Cofiex, adequando seu funcionamento às novas normas para a submissão e análise de pleitos de órgãos públicos voltados à elaboração de programas e projetos com apoio de financiamentos externos. Com esse objetivo, os esforços concentraram-se no estudo e na proposição do novo Regimento Interno da Cofiex, que resultou na publicação da [Resolução Cofiex/MPO nº 2, de 3 de abril de 2025](#). A medida representa um avanço significativo no fortalecimento da gestão e marca o cumprimento do resultado-chave *R26 – Implementada nova estrutura de governança para a autorização, elaboração e aprovação de programas e projetos de interesse de órgãos públicos com financiamentos externos*.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P22

Revisão do Processo de Negociação de Programas ou Projetos de Interesse de Órgãos Públicos com Amparo de Financiamentos Externos

Objetivo: Revisar e regulamentar os procedimentos relacionados a negociação de contratos de financiamento externo envolvendo órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R27 - Publicada portaria que define o fluxo de negociações contratuais de financiamentos externos a programas ou projetos de interesse de órgãos públicos brasileiros.		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto encontra-se na fase de levantamento dos requisitos do processo de negociação de contratos de financiamento externo. Esse levantamento visa subsidiar o desenvolvimento de uma normativa e de uma solução tecnológica voltadas ao aperfeiçoamento da execução desse processo de trabalho. O objetivo é revisar e regulamentar os procedimentos aplicáveis a esses contratos, envolvendo órgãos públicos, com vistas a promover maior celeridade, transparência e previsibilidade na implantação de projetos públicos relevantes.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P23

Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais (POPOI)

Objetivo: proporcionar transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações relativas aos pagamentos a organismos internacionais e simplificação dos processos de pagamentos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R28 - Portal de Pagamentos a Organismos Internacionais elaborado		

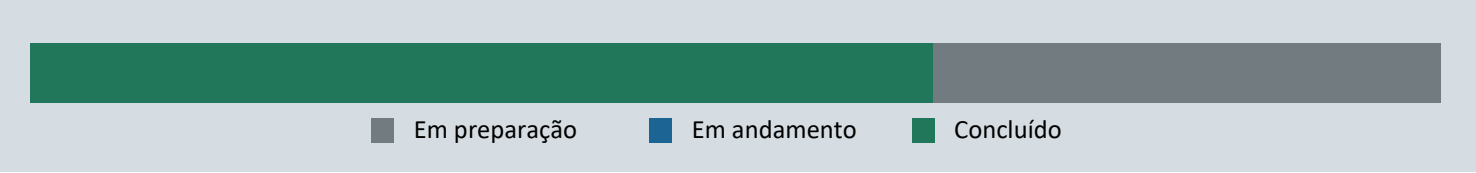
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Quitação de contribuições do Brasil a organismos internacionais](#)

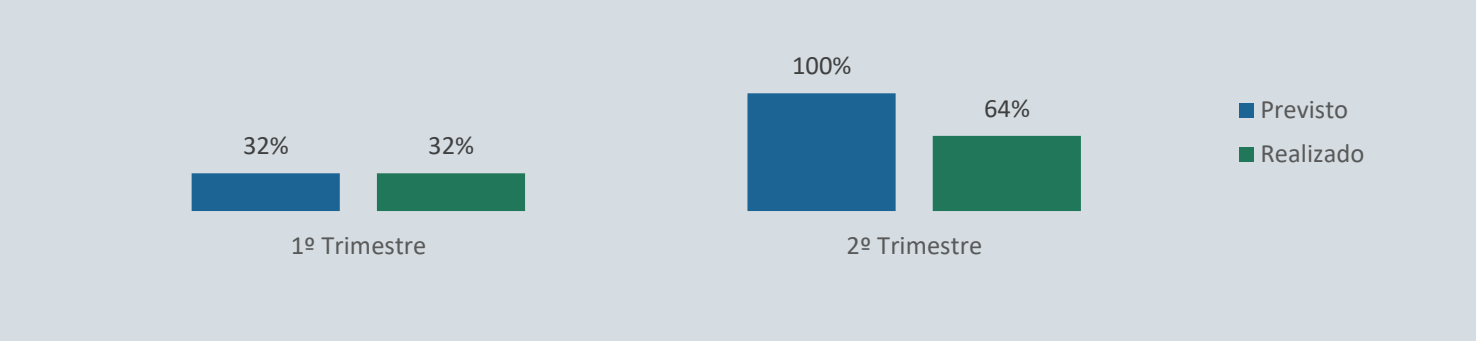
Avaliação do Projeto

O projeto de modernização do fluxo de pagamentos a organismos internacionais segue avançando de forma consistente, com destaque para a integração com sistemas estruturantes do governo, como o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o GOV.BR. Em junho, foi concluído o módulo de pagamentos do projeto POPOI, representando um marco relevante para o avanço do sistema. Durante o período, foram incorporadas melhorias significativas, como novos campos, ajustes em rótulos, refinamento no arredondamento de valores e a automação do ofício bancário, que passou a preencher automaticamente os dados do formulário de pagamento. Também foi finalizada a API SIAFI, viabilizando funcionalidades essenciais como consulta de empenhos e saldos contábeis, emissão de nota de empenho, ordem de pagamento e documento hábil. Com isso, dos dois módulos críticos — análise de solicitações e pagamentos — resta apenas a implementação da funcionalidade de consulta a dados orçamentários, cuja entrega está prevista para julho. A partir dessa conclusão, terá início o desenvolvimento do módulo gerencial, com foco nos meses de julho e agosto. Esses avanços fortalecem a eficiência, a transparência e a centralização das informações na gestão dos pagamentos internacionais.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P24

Painel de Financiamentos Externos do Portal de Financiamento Externos

Objetivo: desenvolver um novo Painel de Financiamentos Externos para promover transparência, eficiência e facilidade de acesso às informações e estatísticas relacionadas a financiamentos externos de programas ou projetos de órgãos públicos.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R29 - Painel de Financiamentos Externos, contendo dados e estatísticas sobre financiamentos externos, elaborado.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Na segunda reunião do ano, Cofix aprova 22 projetos, somando US\\$ 3,7 bilhões em investimentos de estados e municípios e da União](#)

>> [Na primeira reunião do ano, Comissão de Financiamentos Externos \(Cofix\) aprova US\\$ 3,5 bilhões em investimentos de estados, municípios e União](#)

Avaliação do Projeto

O projeto tem como objetivo desenvolver um novo painel de financiamentos externos, com foco na ampliação da transparência, da eficiência e da acessibilidade às informações e estatísticas sobre financiamentos concedidos por organismos internacionais a programas e projetos de órgãos públicos previamente autorizados pela Cofix. Atualmente, o projeto encontra-se na fase inicial de planejamento, com foco na definição de ferramentas e estratégias para a captação e integração de diferentes bases de dados. No mês de junho, foram realizadas reuniões com parceiros do projeto para avançar nas definições preliminares do projeto, com destaque para o acesso aos dados dos sistemas SIGS e PFE.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P25

Construção da Proposta Brasileira para Mecanismo Financeiro do Acordo Internacional para Eliminar a Poluição por Plásticos

Objetivo: coordenar o posicionamento técnico do Brasil nas negociações para criação do mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos e no seu processo de implementação. O projeto envolve a coordenação do grupo técnico interministerial para elaboração de proposta do Brasil e representação do Brasil em reuniões técnicas e rodadas negociadoras.

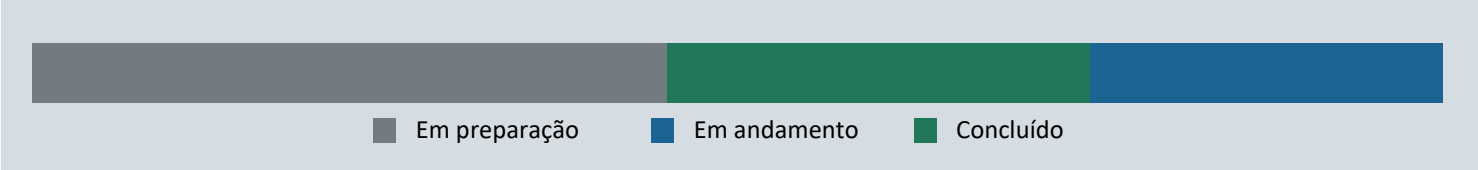
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R30 - Elaborada uma proposta de artigos, para o mecanismo financeiro do acordo, bem como orientações para a negociação de aspectos técnicos e operacionais, visando assegurar aos países em desenvolvimento acesso adequado e efetivo aos recursos necessários para implementar o acordo.		

Notícias relacionadas ao Projeto

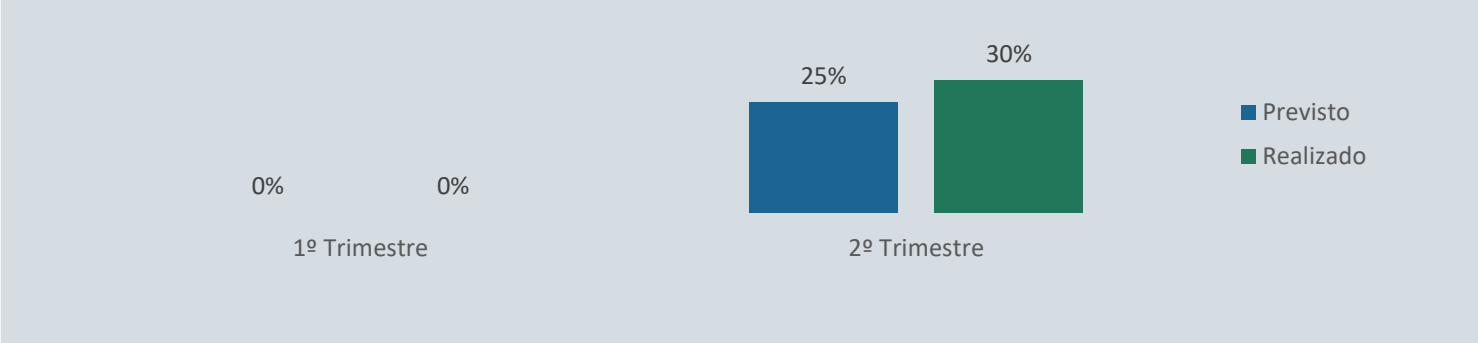
Avaliação do Projeto

O projeto avançou na coordenação do posicionamento técnico do Brasil nas negociações sobre o mecanismo financeiro do acordo internacional para eliminar a poluição por plásticos. Entre os dias 3 e 5 de junho, o MPO participou da Reunião de Consulta Regional do Grupo de Estados da América Latina e do Caribe (GRULAC), realizada na Cidade do Panamá, como preparação para a próxima rodada negociadora do Acordo de Plásticos (INC-5.2), prevista para agosto, em Genebra. Na ocasião, foram discutidos os principais temas e artigos do texto em negociação, com destaque para o artigo relativo ao mecanismo financeiro, visando promover a coordenação de posições entre os países do grupo. O Grupo de Países da América Latina e Caribe (GRULAC) manterá reuniões e discussões virtuais até a realização da INC-5.2, das quais o MPO seguirá participando ativamente. Além disso, o MPO liderou a 7ª Reunião de Coordenação Interministerial, na qual os órgãos envolvidos analisaram mudanças na conjuntura internacional desde a INC-5 e avaliaram estratégias e próximos passos da negociação. Paralelamente, prosseguiram as pesquisas internas e as articulações com atores externos para subsidiar a construção da proposta brasileira, com o objetivo de assegurar que o mecanismo financeiro do acordo reflita as necessidades e capacidades nacionais. Esse esforço visa maximizar os benefícios para o Brasil na implementação do acordo, alinhando as diretrizes internacionais às prioridades nacionais de financiamento.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P26

Quadro Estratégico para a Relação do Brasil com Bancos Multilaterais de Desenvolvimento de Escopo Regional

Objetivo: fortalecer a coordenação da relação do Brasil com os BMD de escopo regional, por meio do desenvolvimento de um quadro estratégico para a atuação do Brasil junto aos BMD de escopo regional, incluindo o estabelecimento de princípios e diretrizes programáticos, o desenvolvimento de referenciais metodológicos para análise de desempenho e de impactos dos BMD e a construção de bases de informações.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R31 - Publicada portaria contendo os princípios e diretrizes que fundamentam a construção das posições brasileiras no âmbito dos BMD de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R32 - Desenvolvido um referencial metodológico para subsidiar as análises sobre o desempenho institucional e o impacto gerado pelos BMDs de escopo regional.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R33 - Criada uma base de dados com informações sobre o desempenho institucional dos BMDs de escopo regional		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

Com o objetivo de fortalecer a coordenação da atuação do Brasil junto aos BMD regionais, o projeto prevê o desenvolvimento de um quadro estratégico com diretrizes programáticas, metodologias para análise de desempenho e impactos, além da construção de bases de informação. Os principais benefícios incluem maior transparência e consistência nas diretrizes brasileiras, aperfeiçoamento dos processos de formulação de posições institucionais e o desenvolvimento de ferramentas que possibilitem análises comparativas e subsidiem decisões estratégicas, além de futuras entregas como estudos, publicações e painéis de dados. Atualmente, o projeto avança de forma consistente na etapa técnica de estruturação do protótipo da base de dados de desempenho institucional dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMD) de escopo regional, considerada a principal frente de trabalho da iniciativa. Também está em andamento o versionamento, em inglês e espanhol, dos textos de fundação e da portaria que estabelece os Princípios e Diretrizes Estratégicas do Brasil junto aos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) regionais.

Evolução das Etapas

Em preparação

Em andamento

Concluído

Evolução do Cronograma

20%

0%

1º Trimestre

30%

10%

2º Trimestre

■ Previsto

■ Realizado

M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P27

Presidência brasileira do Conselho de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe (2024-2025)

Objetivo: o projeto busca estruturar um conjunto de ações para subsidiar as decisões estratégicas do BDC durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do banco entre junho de 2024 a junho de 2025. O projeto envolve o exercício da presidência da Assembleia de Governadores do Banco de Desenvolvimento do Caribe entre junho de 2024 a junho de 2025, culminando com a realização da Reunião Anual de Governadores, em Brasília, entre 09 e 12 de junho de 2025.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
---------------	--------------	-----------

R34 - 55ª Reunião anual do BDC realizada

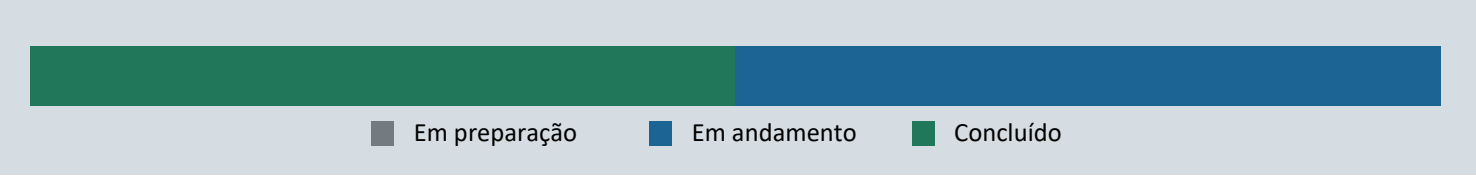
Notícias relacionadas ao Projeto

- >> [55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe encerra debates sobre soluções conjuntas para questões estruturais dos países emergentes](#)
- >> [Presidente Lula anuncia aporte de US\\$ 5 milhões para o Banco de Desenvolvimento do Caribe para atender ações sociais](#)
- >> [Durante Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe, Brasil promove debates sobre integração, resiliência climática e segurança alimentar](#)
- >> [Reunião do Banco de Desenvolvimento do Caribe começa em Brasília com debates sobre integração regional e desenvolvimento](#)

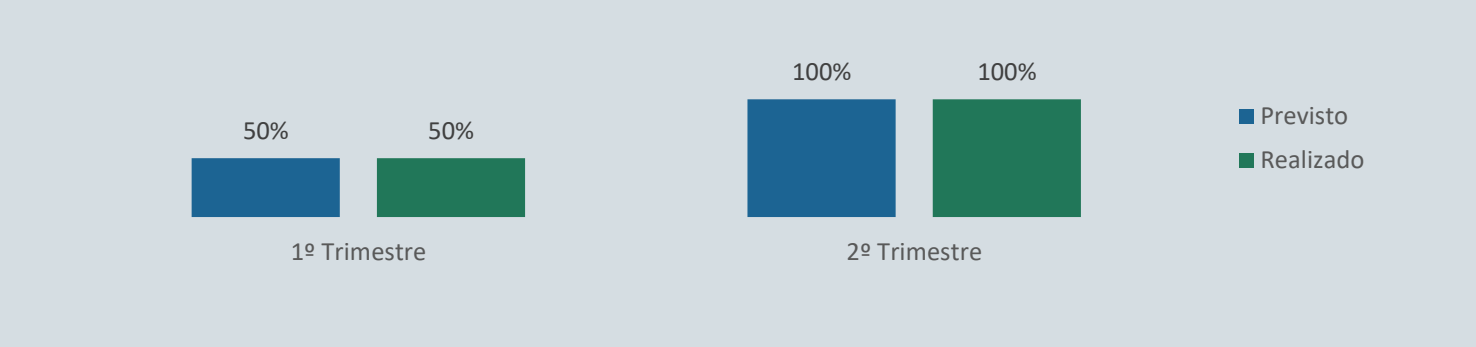
Avaliação do Projeto

Durante a 55ª Reunião Anual do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC), realizada em Brasília, autoridades brasileiras e caribenhas destacaram a importância da cooperação internacional e da integração regional para enfrentar desafios como mudanças climáticas, pobreza e desigualdades. A ministra Simone Tebet reforçou o papel estratégico do Brasil e das instituições multilaterais, enquanto o BDC defendeu a resiliência climática como eixo central de seu novo plano estratégico. O evento contou com seminários e painéis temáticos sobre desenvolvimento sustentável, inclusão social e fortalecimento institucional. No encerramento, foi anunciado o aporte de US\$ 5 milhões do Brasil ao Fundo de Desenvolvimento Especial do BDC, consolidando o compromisso com o Caribe e com a cooperação Sul-Sul. A realização da reunião propiciou o cumprimento do resultado-chave “R34 - 55ª Reunião anual do BDC realizada”.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M05	Macroprocesso finalístico - Gestão dos pagamentos de contribuições, integralizações de cotas e recomposições a fundos internacionais
OE09	Contribuir para a melhoria da governança do processo de financiamento externo de projetos do setor público concedido por organismos internacionais e dos pagamentos de integralizações e contribuições internacionais
SEAID	Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P28

Presidência brasileira da Assembleia de Governadores do FONPLATA – Banco de Desenvolvimento (2024-2025)

Objetivo: conduzir as decisões estratégicas do FONPLATA durante o mandato brasileiro na presidência do Conselho de Governadores do Banco entre julho de 2024 a julho de 2025.

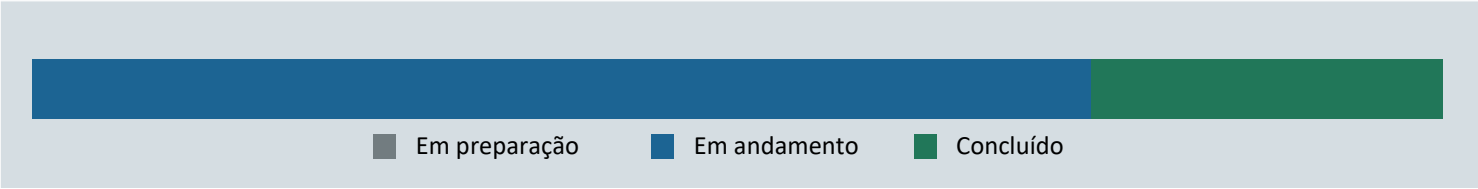
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R35 - Elaborado um relatório preliminar com sugestões de mudança da estrutura administrativa do FONPLATA.		

Notícias relacionadas ao Projeto

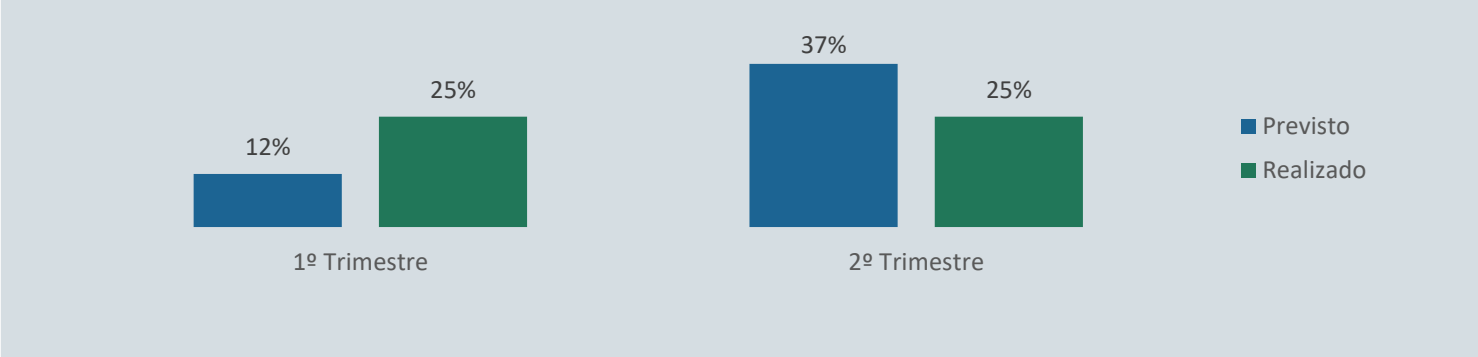
Avaliação do Projeto

O projeto, desenvolvido durante a presidência brasileira no Conselho de Governadores do FONPLATA (julho de 2024 a julho de 2025), avançou com a finalização do processo de elaboração de recomendações para a reformulação da estrutura administrativa do banco. A nova política de pessoal foi debatida e aprovada na 199ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva. Com foco no fortalecimento do desenvolvimento urbano sustentável em pequenos e médios municípios, o projeto busca expandir a atuação geográfica do FONPLATA para as regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, promovendo investimentos de impacto local e incentivando a disseminação de boas práticas junto a governos subnacionais. Visando à incorporação de novos membros extrarregionais e à estruturação de uma rodada de capitalização para ampliar sua capacidade operacional, a Comissão Executiva do FONPLATA agendou, para o dia 15 de julho de 2025, a reunião que deliberará sobre a proposta de aumento de capital do Banco.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M06	Macroprocesso finalístico - Articulação e gestão da agenda de integração e desenvolvimento sul-americano
OE10	Promover a articulação e gestão da agenda de Integração e Desenvolvimento Sul- Americano
SEAI e SEAID	Secretaria de Articulação Institucional e Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento

P29

Rotas de Integração Sul-Americana

Objetivo: articular e gerir a agenda de integração e desenvolvimento sul-americano no que tange à infraestrutura física e digital. O projeto visa monitorar os projetos de integração Sul-americana no Brasil e articular medidas para a sua implementação e gestão; receber demandas correlacionadas de Estados e Municípios fronteiriços; estabelecer interlocução com arranjos subnacionais e internacionais já constituídos; propor a interiorização das rotas de integração.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R36 - Incluídos os estados não fronteiriços e DF no projeto Rotas de Integração Sul-Americana;		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R37 - Resolvidos 30% dos gargalos identificados junto aos Estados, Órgãos federais, Representantes Internacionais, Bancos de Fomento e Desenvolvimento e Recintos Alfandegados, por meio da formalização de parcerias estratégicas.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Negociações para projeto de ferrovia que conectará Ilhéus \(BA\) ao Porto de Chancay \(Peru\) avançam na missão do Brasil à China](#)

>> [Ministra Simone Tebet apresenta avanços do projeto das Rotas de Integração Sul-Americana em Pequim](#)

>> [Em evento com o presidente do Chile, Gabriel Boric, Tebet diz que Rota que vai ligar sul, sudeste e centro-oeste ao Pacífico deve operar já em 2026](#)

>> [Brasil e Chile querem reverter baixo índice de comércio entre vizinhos](#)

>> [Brasília será sede do Fórum Empresarial Brasil-Chile, com a participação da ministra Simone Tebet](#)

Avaliação do Projeto

O projeto avançou com as tratativas para finalização da Rota Bioceânica de Capricórnio, corredor logístico que ligará os oceanos Atlântico e Pacífico por meio de Brasil, Paraguai e Chile. As obras no lado brasileiro estão asseguradas pelo Novo PAC, incluindo a construção da ponte binacional entre Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Paraguai), prevista para 2026. A rota, com mais de 2 mil km, conectará os portos brasileiros de Santos, Paranaguá e Itajaí aos portos chilenos de Iquique, Mejillones e Antofagasta, com o objetivo de reduzir significativamente os custos e o tempo de transporte de mercadorias com destino à Ásia. Com a rota, estima-se o tempo de trânsito possa ser reduzido em até 12 dias, em comparação com rotas tradicionais como o Canal do Panamá. No âmbito do plano de interiorização do projeto, houve reunião de devolutiva com o Espírito Santo (07/05), recebimento do diagnóstico simplificado de São Paulo, e definição de que o Distrito Federal não precisaria encaminhar diagnóstico, encerrando essa etapa. Em 30/05, foi entregue a primeira versão do relatório de interiorização, atualmente em fase final de ajustes. Também foram realizadas reuniões com o Estado do Mato Grosso do Sul sobre a Rota 4 e com representantes do Equador, Chile, BID e SGT 18 para tratar da integração regional e financiamento. O tema permanece como prioridade nos fóruns internacionais, com destaque para a Rede de Infraestrutura e Transporte e o Observatório da Rede. Além disso, houve articulação com o Congresso Nacional para tratar da Rota 3 e do papel do Acre no projeto.

Evolução das Etapas

Etapa	Porcentagem
Em preparação	
Em andamento	
Concluído	

Evolução do Cronograma

Trimestre	Previsto	Realizado
1º Trimestre	13%	2%
2º Trimestre	34%	6%

2

Desempenho da Gestão

PEI

Plano Estratégico Institucional

Perspectiva de Capacidades Institucionais

Capacidades Institucionais

As capacidades institucionais relacionam-se à necessidade de investir em recursos humanos, tecnologia, infraestrutura e cultura organizacional, para criar uma base sólida que apoie a execução dos processos finalísticos. São fundamentos básicos da governança, concebidos como seu sustentáculo no cumprimento da missão institucional.

OE 11	OE 12	OE 13	OE 14
Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
<ul style="list-style-type: none">R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações conjuntas para fortalecimento das relações institucionais	<ul style="list-style-type: none">R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação; eR40 - Realizado 01 levantamento de Saúde e Clima no MPO	<ul style="list-style-type: none">R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas;R42 – Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas;R43 – Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026;R44 – Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026R45 – Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF; eR46 – Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF	<ul style="list-style-type: none">R47 – Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário FederalR48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidadesR49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de TratamentoR50 – Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade

Destaques

MPO AUTOMATIZA

Captação de Informações do Anexo V do PLOA

Ferramenta reduzirá erro operacional e manterá o histórico dos dados inseridos e dos processos dos anos anteriores, facilitando a consulta e o resgate do que foi feito nos anos anteriores.

MPO DISPONIBILIZA

Dados de Despesas do SIOP no Software R

A funcionalidade, desenvolvida pela Secretaria Executiva do MPO, recebeu o nome de orcamentoBR. A funcionalidade aumenta a transparência dos dados do MPO e está disponível na página MPO Transparente.

MPO APROVA

Plano de Integridade 2025

Com programa revisto e ampliado, o documento conta com 86 ações para uma governança ética e responsável

POSSE DE APOs

Analistas de Planejamento e Orçamento

São nomeados 100 novos APOs em 8 especialidades, na SOF

NOVOS SERVIDORES

Aprovados no CNU pelo MPO

Tomam posse 26 servidores, de 5.555 cidades brasileiras

Capacidades Institucionais

A perspectiva de Capacidades Institucionais compreende os recursos, estruturas e sistemas que sustentam a organização e que devem estimular, com ferramentas de apoio, uma cultura organizacional de inovação, aprendizagem contínua, excelência em governança e adaptação às transformações advindas do ambiente externo. Trata-se de uma dimensão especializada que alicerça a execução dos processos finalísticos e, conseqüentemente, constitui a base para consecução dos objetivos institucionais.

Essa perspectiva está representada no Mapa Estratégico do MPO por meio dos objetivos estratégicos 11, 12, 13 e 14, que almejam o fortalecimento das relações institucionais com as entidades vinculadas (Ipea e IBGE), o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas, a transformação digital de processos de trabalho e o aperfeiçoamento da governança institucional.

No primeiro trimestre de 2025, os cronogramas dos projetos dessa perspectiva avançaram 11% do total programado para o exercício, com os 13 resultados-chave já em andamento.

A perspectiva de “Capacidades Institucionais” compreende os ativos intangíveis da organização, o capital humano (habilidades, talento e conhecimento dos funcionários da organização), o capital informacional (bancos de dados, sistemas de informação, redes e infraestrutura tecnológica) e o capital organizacional (cultura, liderança, grau de alinhamento dos funcionários com a estratégia e capacidade dos funcionários de compartilhar conhecimentos).

OE 11

Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas

No segundo trimestre, o MPO intensificou as ações voltadas ao fortalecimento das relações institucionais com suas entidades vinculadas — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Esse esforço integra o avanço do P30, Projeto Pilar, e está ancorado em uma estratégia de cooperação técnica, política e operacional que busca alinhar prioridades, integrar capacidades e institucionalizar canais de interlocução entre os órgãos.

O período foi marcado por expressivo progresso qualitativo, especialmente no que se refere à consolidação de entendimentos e ao amadurecimento das tratativas. Dado o grau de complexidade do projeto, envolvendo políticas de integração em pontos específicos de confluência e elevada escala de articulação, os resultados alcançados, até o momento, demonstram importante engajamento institucional e evolução da maturidade relacional entre MPO, IBGE e Ipea.

Após a conclusão da etapa de escuta estruturada, em que foram realizadas entrevistas com as lideranças e houve a aplicação de questionários, os esforços se concentraram na sistematização das informações coletadas e na elaboração de um diagnóstico preliminar integrado. Como etapa subsequente, está prevista a organização de um workshop virtual, em que os representantes de cada um dos três órgãos deverão conduzir as apresentações de cada órgão e, ao final das exposições, validar o diagnóstico integrado proposto. A oficina terá papel central na análise dos achados, no alinhamento de expectativas e na pactuação de prioridades comuns para a atuação conjunta.

Capacidades Institucionais

Com a validação do diagnóstico, será possível avançar para a etapa de elaboração do relatório final. O documento formalizará o diagnóstico integrado e apresentará a proposta de agenda interinstitucional entre MPO, Ipea e IBGE. Essa programação deverá contemplar metas conjuntas, ações colaborativas e mecanismos de governança que assegurem perenidade à cooperação, promovendo maior eficiência institucional, sinergia entre as competências técnicas e foco em entregas concretas à sociedade.

O Projeto Pilar, como eixo estruturante do Objetivo Estratégico 11, materializa o interesse do MPO em cultivar um ambiente interinstitucional propício ao florescimento de novos instrumentos de governança. A articulação entre MPO, IBGE e Ipea pressupõe a geração de impactos positivos e reais na vida dos brasileiros. Alinhado a essa premissa, o Projeto Pilar busca identificar oportunidades e mecanismos de convergência, como o uso de infraestrutura compartilhada de dados, parcerias para promoção mútua do conhecimento e o emprego de inteligência artificial para facilitar o acesso a informações. Para garantir perenidade e eficácia às ações compartilhadas, é necessário institucionalizar as interações, propor agendas estratégicas, formalizar compromissos mútuos e monitorar as iniciativas. É nessa linha de atuação que o projeto se propõe a avançar, com resultados visíveis para a sociedade.

O projeto Pilar (P30) avançou para 50% no período, frente a 90% previstos.



Fonte: Projeto Pilar / MPO

Capacidades Institucionais

OE 12

Estimular o bem-estar e o desenvolvimento das pessoas

No segundo trimestre, o MPO adotou iniciativas voltadas à consolidação de uma cultura organizacional comprometida com o aprimoramento dos perfis profissionais de seus servidores e com a promoção do bem-estar no ambiente de trabalho. Por meio dessas ações, o Estado busca qualificar sua atuação e tornar-se mais responsivo às demandas da sociedade. Em consonância com o propósito institucional de fomentar o desenvolvimento sustentável e inclusivo do País, a formação profissional de servidores e a elevação da qualidade de vida no trabalho contribuem para a melhoria dos serviços governamentais e para a adoção de práticas inovadoras na gestão pública.

No âmbito do desenvolvimento profissional dos servidores, o Projeto Pérola tem sua relevância redimensionada com a chegada dos novos servidores do MPO. Os recém-admitidos foram aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) para os quadros de [Economista e Analista Técnico-Administrativo](#), além do concurso específico para a carreira de [Analista de Planejamento e Orçamento \(APO\)](#), típica do MPO e integrante do ciclo de gestão governamental. A carreira de APO é gerida pelo MPO, na condição de órgão central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal (SIPOF), instituído pela [Lei nº 10.180, de 2021](#).

Após a conclusão do curso de formação, os novos APOs foram nomeados pela [Portaria GM/MPO nº 172, de 12 de maio de 2025](#), e empossados em cerimônia marcada pela presença da Ministra Simone Tebet. Em seu discurso de boas-vindas, a Ministra destacou a importância da integração entre planejamento e orçamento e enfatizou a responsabilidade social da função exercida pelos analistas: “Se gastarmos mais do que podemos, isso leva à mudança do câmbio, ao aumento do dólar, que impacta lá na ponta, na mesa, no alimento da população brasileira. Esta é a grande dificuldade que nós temos”, alertou.

Também no mês de maio, foram publicadas as nomeações para as carreiras de Economista e Analista Técnico-Administrativo, pela [Portaria GM/MPO nº 168, de 12 de maio de 2025](#). Os novos servidores foram ambientados durante a Semana de Acolhimento, com apresentações e atividades voltadas à integração institucional.

O Projeto MPO de Corpo e Alma, voltado ao fortalecimento da saúde física, emocional e relacional dos servidores, desenvolveu, ao longo do segundo trimestre de 2025, um conjunto articulado de ações para engajar os servidores em práticas e reflexões sobre bem-estar e qualidade de vida no trabalho. A iniciativa busca otimizar o potencial humano por meio da valorização dos servidores e da promoção de um ambiente organizacional saudável, alinhado à estratégia institucional de fomentar atitudes mais favoráveis ao trabalho, reduzir níveis de estresse, ampliar a motivação e, por consequência, elevar a produtividade.

Em parceria com o Programa Vida 360, coordenado pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI) foram promovidos oficinas e encontros temáticos voltados ao desenvolvimento pessoal e relacional. Destacam-se as palestras “Cultura Antitóxica: O Caminho para o Bem-Estar” e “A Sabedoria da Transformação: O Futuro Começa Agora”, com Genesson Honorato e Lúcia Helena Galvão, que trouxeram reflexões sobre equilíbrio emocional, saúde mental, convivência familiar e positividade no cotidiano de trabalho.

Paralelamente, a Campanha de Vacinação contra os vírus H1N1 e H3N2 imunizou 419 servidores e colaboradores, superando a meta prevista. A ação reforça o compromisso do MPO com a promoção da saúde preventiva como política institucional de cuidado. Ainda no trimestre, foi realizada uma ação comemorativa pelo Dia das Mães, com sorteio de brindes e momentos de integração, valorizando vínculos afetivos e promovendo o reconhecimento simbólico das trajetórias pessoais no ambiente de trabalho.

Capacidades Institucionais

de forma híbrida e que, no ano seguinte, a captação automatizada alcance toda a Esplanada. A medida prevê redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade dos dados e fortalecimento da transparência.

Um marco do período foi o lançamento do Programa Viver Bem, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), que oferecerá ao MPO suporte biopsicossocial via plataforma ColaboraGov. Por meio do programa, os servidores terão acesso a uma rede de acolhimento com profissionais especializados — como assistente social, psicólogo, orientador financeiro e consultores em bem-estar — com atendimentos individualizados e integrados.

Complementam as ações em curso a realização dos exames periódicos de saúde ocupacional, cuja fase de coleta segue vigente até julho, a circulação da Estante do Saber, que promove cultura com leituras volantes entre os servidores, e a aplicação da pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho e Desenvolvimento, que subsidiará o aprimoramento das políticas internas voltadas à valorização das pessoas.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P31 e P32) relacionados ao OE 12 foi de 12,5%, frente a 15% previstos para o período.

OE 13

Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital

No segundo trimestre de 2025, o MPO intensificou as ações voltadas à modernização administrativa por meio da simplificação de fluxos e da incorporação de soluções digitais, com foco na eficiência, na segurança da informação e na melhoria contínua dos processos de trabalho. A execução do Objetivo Estratégico 13, estruturado em projetos estratégicos vinculados à governança das contratações, à modernização dos instrumentos orçamentários e à institucionalização da gestão de dados e inteligência

artificial, resultou em avanços concretos e integrados que fortalecem a capacidade institucional do MPO.

No eixo de contratações públicas, foram consolidadas orientações e diretrizes para a atuação dos gestores e fiscais de contrato, com ênfase no princípio da segregação de funções, conforme previsto na [Lei nº 14.133/2021](#). A veiculação do Ofício Circular SEI nº 106/2025/MPO, no âmbito do Projeto Contratações + SIMPLES, representou passo importante para a padronização de procedimentos e para a disseminação de boas práticas, oferecendo suporte técnico às unidades do Ministério. A iniciativa visa estruturar o processo de governança das contratações, estabelecer fluxos claros, definir papéis institucionais e promover maior previsibilidade e segurança jurídica.

No campo da gestão fiscal, o processo de avaliação do cumprimento das regras fiscais foi aperfeiçoado com a disponibilização do módulo de captação da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). A publicação do manual de utilização do módulo e a antecipação da funcionalidade de verificação dos limites de despesas primárias reforçam a qualidade da informação, a rastreabilidade e a segurança tecnológica, mitigando os riscos inerentes ao modelo anterior, consolidado manualmente. O novo modelo, ao permitir a automação da coleta e a integração com o BI-SIOP, viabiliza análises mais qualificadas e apoia a tomada de decisão.

No mesmo sentido, a captação de estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais, base para a elaboração do Anexo V do PLOA, tem se modernizado rumo à automação. Durante o trimestre, a sistematização básica necessária à [execução da primeira captação automatizada foi concluída](#) e segue em fase de testes, para aprimoramento entre os desenvolvedores. A inovação consiste de um novo módulo específico do SIOP, destinado a facilitar processo de elaboração do Anexo, de forma parametrizada. O processo atual, caracterizado por elevada carga operacional, alto risco

Capacidades Institucionais

de falhas e ausência de sistematização, vem sendo gradualmente substituído por uma plataforma informatizada e segura. A expectativa é de que o PLOA 2026 seja feito de forma híbrida e que, no ano seguinte, a captação automatizada alcance toda a Esplanada. A medida prevê redução de custos operacionais, aumento da confiabilidade dos dados e fortalecimento da transparência.

Complementarmente, a institucionalização da Estratégia de Dados e de uso de Inteligência Artificial (IA) da SOF é outro componente-chave para a modernização da Administração Pública. Durante o período, foram concluídas as entregas previstas para o módulo de captação de dados e iniciados estudos sobre casos de uso de IA no setor público, com destaque para experiências internacionais de países como Reino Unido, Canadá, Indonésia e Espanha. Foi também revisado o framework de diagnóstico de maturidade em gestão de dados, o qual servirá de base para ações de capacitação, estruturação de núcleos especializados e proposição de melhorias nos processos orçamentários, com foco na automação, segurança e análise orientada por dados. A iniciativa reforça o compromisso institucional com a governança, a transparência e a inovação no uso de dados públicos.

Nesse conjunto, o avanço integrado desses projetos reforça a capacidade do MPO de implementar uma gestão orientada a resultados, alinhada às melhores práticas de governança pública e às diretrizes de transformação digital da Administração Pública Federal. A simplificação e digitalização dos processos, ao reduzirem custos operacionais, riscos e atrasos, com menor emprego de equipe técnica e aparato administrativo, fortalecem a entrega de valor à sociedade, em conformidade com os princípios constitucionais da eficiência, publicidade e economicidade.

O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P33, P34, P35 e P36) relacionados ao OE 13 foi de 36,3%, frente a 16,3% previstos para o período.

OE 14

Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional

No eixo da integridade pública, duas ações da governança do MPO se destacam por sua relevância: a [publicação do Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade](#) do ano de 2024 e a aprovação do [Plano de Integridade para 2025](#). Quanto à primeira, verificou-se que, de um total de 62 ações de integridade para o ano de 2024, foram cumpridas 52 – o que demonstra um alcance de 84% de cumprimento dos resultados previstos. Quanto à segunda, trata-se de uma nova versão do Plano, atualizada para o ano corrente, após revisão e reestruturação da proposta, com novas previsões. O novo Plano de Integridade, estruturado pelo Subcomitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controles e Integridade (SRTCI), e aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança (CMG), conta, agora, com 86 ações.

Como parte do Programa Integridade Planejada, do qual fazem parte também as entidades vinculadas ao MPO – o IBGE e o Ipea –, o Plano de Integridade busca otimizar os esforços e promover maior integração para troca de informações e operacionalização da proposta. O projeto visa garantir que a atuação da instituição observe princípios e valores éticos e responsáveis, voltados à prevenção de irregularidades e ao tratamento de denúncias, além da gestão de riscos e das recomendações dos órgãos de controle. Dentre as ações previstas, destacam-se a regulamentação sobre o recebimento de brindes por servidores públicos, capacitação em recebimento de denúncias e implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) como ferramenta de controle de riscos. O plano contempla ações estruturantes e transversais, das quais 60% já foram iniciadas no primeiro semestre.

Capacidades Institucionais

Em reforço a esse compromisso com a integridade pública, o programa Liderança Íntegra promoveu o encontro “[Liderança e Saúde Mental no Trabalho: construindo ambientes positivos e produtivos com segurança psicológica](#)”. A condução do encontro foi promovida pelo Procurador Federal Davi Cavalieri, atual Secretário-Executivo da Comissão de Ética da AGU e autor do livro "Compliance e Saúde Mental nas Organizações". O foco das discussões destaca a ideia de que ambientes psicologicamente seguros são propícios à livre participação dos servidores, à expressão de seu potencial criativo e ao fortalecimento da confiança e da colaboração entre os membros da equipe. As discussões reforçaram o papel essencial das lideranças na promoção de contextos organizacionais saudáveis, nos quais a saúde mental é valorizada e preservada, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No âmbito da transparência pública, cabe destaque ao [Relatório de Gestão Anual da Ouvidoria do MPO](#), ano-base 2023. Conforme destacado no documento, o Ministério disponibilizou em seu sítio oficial todas as informações previstas na legislação como de divulgação obrigatória, alcançando 100% da transparência ativa exigida. Com este resultado, o MPO assumiu o 1º lugar no ranking de cumprimento da transparência ativa, juntamente com outras 84 instituições, dentre as 324 do governo federal monitoradas pela Controladoria-Geral da União (CGU). Além disso, todos os pedidos de acesso à informação, subsidiados pela Lei de Acesso à Informação ([Lei nº 12.527, de 2011](#)) foram atendidas dentro do prazo legal, com tempo médio de resposta de 10,15 dias – além das respostas às manifestações recebidas pela Ouvidoria. De acordo com os dados do [Painel da LAI](#), da CGU, todos os pedidos de informação recebidos pelo órgão foram respondidos em até 20 dias (prorrogáveis por mais 10 dias). Em conjunto, essas iniciativas representam incentivos à participação social no governo e fomentam a contribuição da sociedade no trabalho desempenhado pelo Ministério.

Outro destaque no segundo trimestre foi a publicação, pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), do [Relatório de Gestão Anual AECI](#), ano-base 2024. Dentre os feitos elencados, cabe referência aos planos de tratamento de riscos desenvolvidos nas unidades do Ministério e ao monitoramento contínuo, que segue em andamento em 2025, como desdobramento da estratégia adotada no ano anterior. Além disso, houve o tratamento das 134 demandas apresentadas pelo TCU, em que a maior parte esteve relacionada a relatórios de acompanhamento e auditoria, na atividade fiscalizatória do Tribunal. Outras realizações apoiadas pela AECI contemplam a criação do Fórum das Instâncias com Funções de Integridade (Foint) e as melhorias em processos de implementação do Sistema de Controle de Demandas (SISCOD), que subsidia a elaboração de relatórios gerenciais para a alta administração.

Embora a execução global do projeto tenha atingido 10% do previsto até o final do trimestre, as ações empreendidas representam um passo relevante para o amadurecimento institucional. As unidades do Ministério foram formalmente demandadas a informar o andamento dos planos de tratamento, promovendo uma cultura de corresponsabilização e monitoramento contínuo. O projeto visa assegurar que os riscos que impactam o alcance da missão institucional sejam identificados, avaliados e tratados de forma estruturada e coordenada, em consonância com os princípios da boa governança e com a Política de Gestão de Riscos do MPO. A gestão de riscos, quando alinhada à estratégia organizacional, contribui diretamente para o alcance dos objetivos institucionais, permite a antecipação de cenários adversos e apoia a tomada de decisões baseadas em evidências.

Capacidades Institucionais

As iniciativas desenvolvidas no segundo trimestre demonstram o avanço consistente do MPO no aprimoramento de sua governança, com ênfase na integridade pública, na transparência e na gestão de riscos. As ações voltadas ao fortalecimento da cultura organizacional evidenciam o compromisso institucional com a ética, a responsabilidade e a excelência na entrega de serviços públicos. Tais práticas promovem um ambiente organizacional mais resiliente, transparente e orientado para resultados, contribuindo, de forma concreta, para a geração de valor público.

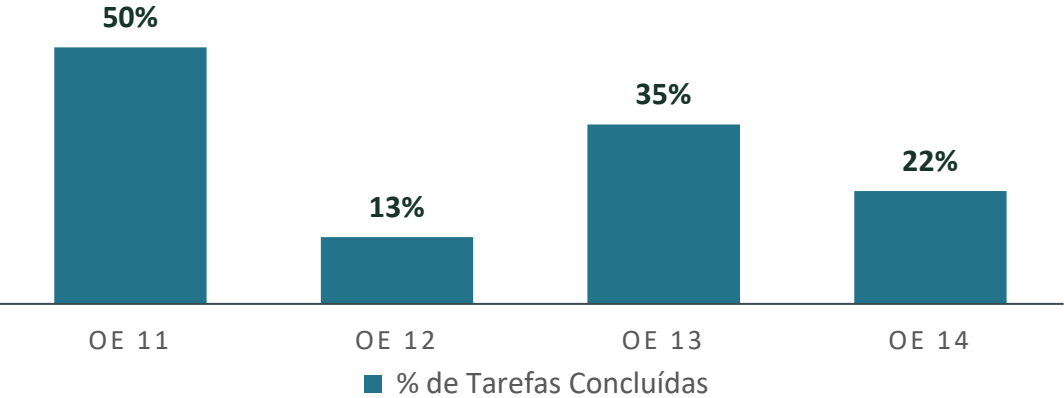
O progresso médio dos cronogramas dos projetos (P37, P38 e P39) relacionados ao OE 14 foi de 22%, frente a 60% previstos para o período.



Capacidades Institucionais

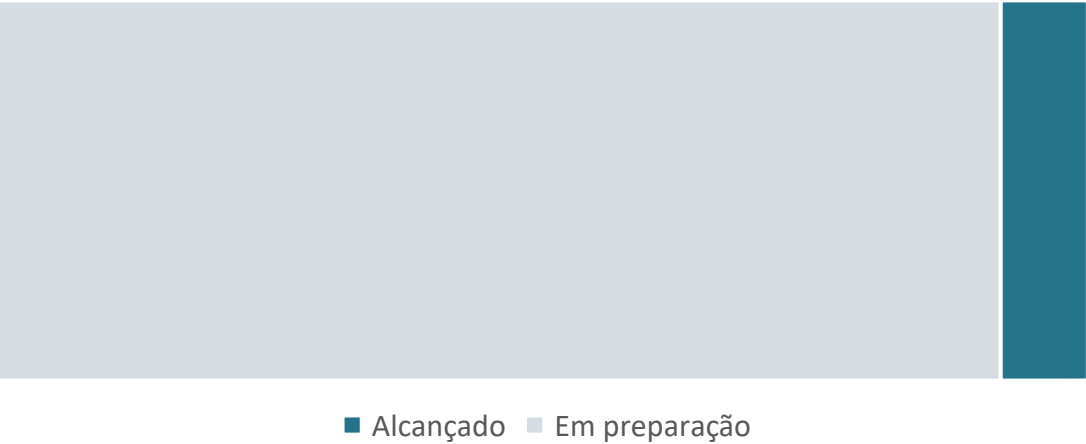
Desempenho por Objetivo Estratégico

% de tarefas concluídas

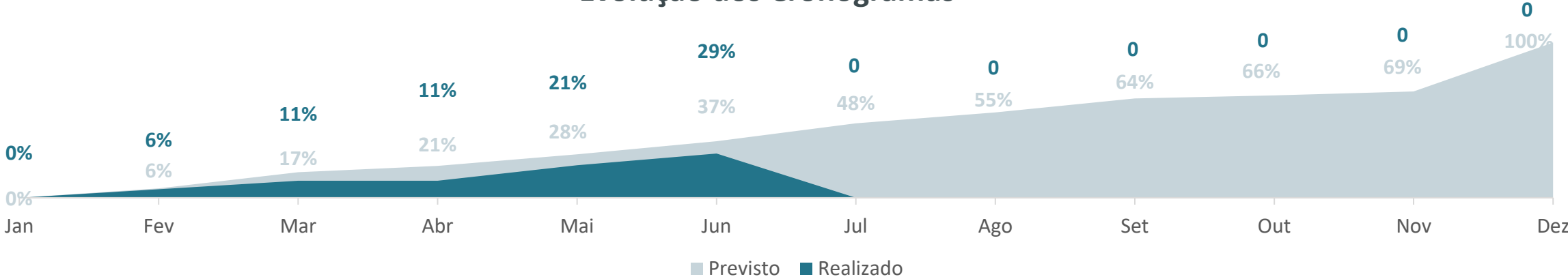


Resultados-chave

% alcançado


















Evolução dos Cronogramas



Capacidades Institucionais

Evolução dos Projetos Estratégicos – 2º Trimestre de 2025

	Projeto		Evolução	Detalhes
	P30		50%	Pág. 78
	P31		15%	Pág. 79
	P32		10%	Pág. 80
	P33		40%	Pág. 81
	P34		80%	Pág. 82
	P35		25%	Pág. 83
	P36		0%	Pág. 84
	P37		0%	Pág. 85
	P38		5%	Pág. 86
	P39		60%	Pág. 87

 Projeto com início em 2024

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE11	Fortalecer as relações institucionais com as entidades vinculadas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P30

Pilar

Objetivo: fortalecer a relação institucional entre o MPO e as entidades vinculadas (IPEA e IBGE), por meio da definição de diretrizes e bases comuns. Com isso, busca-se promover maior eficiência e qualidade nas entregas dos órgãos envolvidos, por meio da integração de recursos e de instrumentos de governança.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R38 - Elaborado um diagnóstico integrado contendo recomendações para conjuntas fortalecimento relações institucionais		

Notícias relacionadas ao Projeto

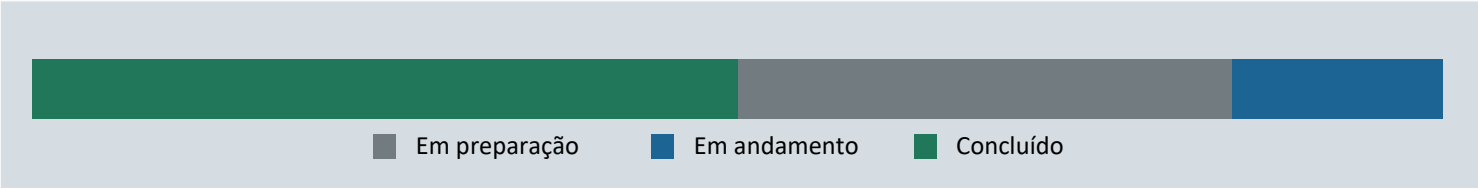
[>> Decreto regulamenta contrato de gestão para empresas estatais dependentes](#)

[>> Ministério do Planejamento e Orçamento e IBGE](#)

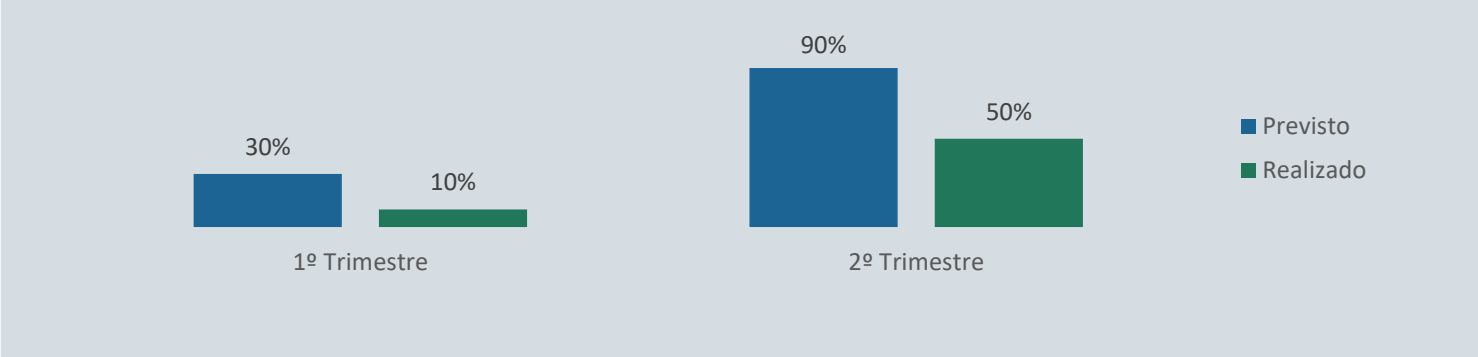
Avaliação do Projeto

Após a fase inicial de apresentação, aprovação e planejamento do projeto, houve, no segundo trimestre, a conclusão da fase de entrevistas com as lideranças do MPO, IBGE e IPEA. Foram aplicados os questionários e, assim, um diagnóstico preliminar foi consolidado. A pesquisa buscou identificar convergências e lacunas nas interações institucionais, mapear complementaridades entre competências e alinhar agendas, prioridades e instrumentos para atuação cooperativa. A fase de escuta estruturada foi concluída com êxito, por meio de entrevistas com lideranças e aplicação de questionários, permitindo a sistematização das informações coletadas e a elaboração de diagnóstico preliminar integrado. Como desdobramento, está prevista a realização de oficina virtual, na qual os três órgãos apresentarão suas perspectivas institucionais e validarão os achados consolidados.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P31

Pérola

Objetivo: implementar ações destinadas ao aperfeiçoamento de competências técnicas, comportamentais e socioemocionais de servidores, objetivando a otimização de processos para o melhor cumprimento da missão institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R39 - Alcançada a adesão de 45% dos servidores em ações de desenvolvimento e capacitação.		

Notícias relacionadas ao Projeto

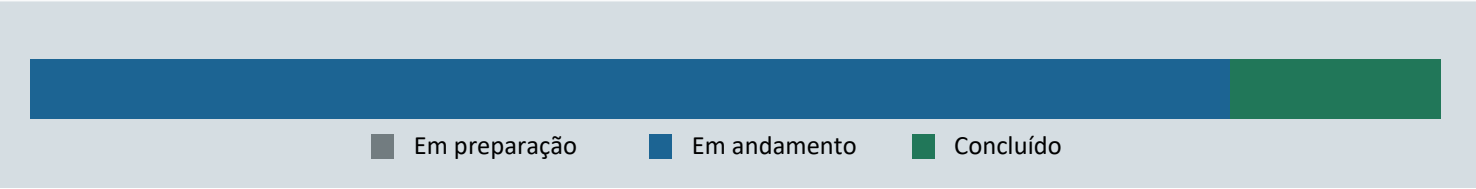
[>> Concurso Nacional Unificado: 26 novos servidores tomaram posse no Ministério do Planejamento e Orçamento](#)

[>> MPO nomeia candidatos habilitados e classificados no concurso de Analista de Planejamento e Orçamento](#)

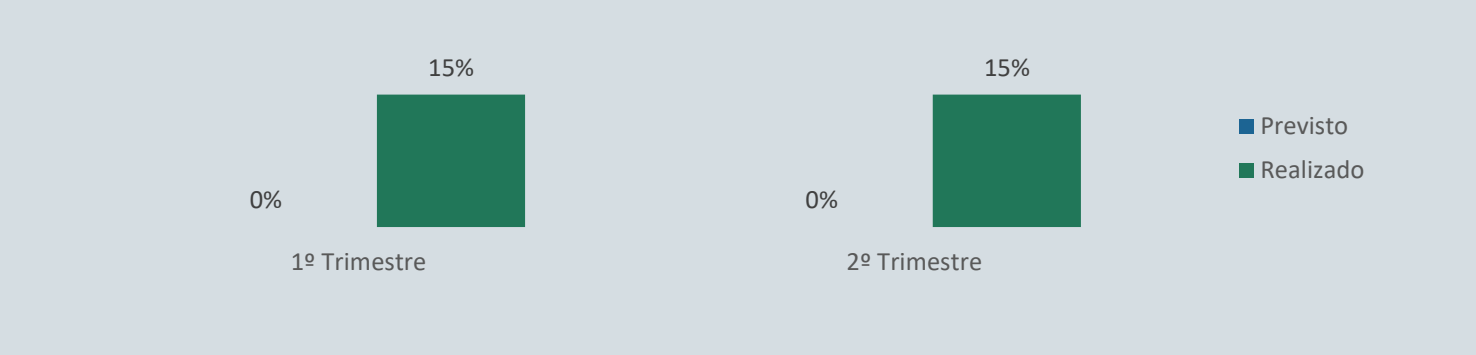
Avaliação do Projeto

O projeto, no âmbito do desenvolvimento profissional dos servidores, teve como destaque, no segundo trimestre, a realização do curso *Gestão de Processos*, em parceria com a Coordenação-Geral de Gestão Estratégica (CGEST), com a participação de 23 servidores. A ação integra as metas do [Plano de Desenvolvimento de Pessoas \(PDP/MPO 2025\)](#), reforçando competências essenciais para a excelência da administração pública. Outras ações de desenvolvimento incluem a Semana de Acolhimento dos novos servidores, admitidos por meio do Concurso Público Nacional Unificado – CPNU. A ambientação foi realizada de 27 a 29 de maio, com adesão de 18 servidores. A programação dedicou-se à integração institucional e a atividades voltadas à iniciação. Para servidores novos e antigos e demais colaboradores do MPO, houve a realização da oficina metodológica *Lego Serious Play* e *Marshmallow Challenge*, com 32 participantes da SAGE. As iniciativas de desenvolvimento empreendidas pela Escola de Gestão da ENAP totalizaram, no segundo trimestre, 348 participações. Para o futuro, foi planejada, em conjunto com a plataforma de serviços do ColaboraGov, a oferta de vagas para cursos de capacitação a serem oferecidos pela Escola de Gestão NProduções, cuja contratação fora efetivada no mês de junho.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão de Pessoas
OE12	Estimular o bem- estar e o desenvolvimento das pessoas
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P32

MPO de Corpo e Alma

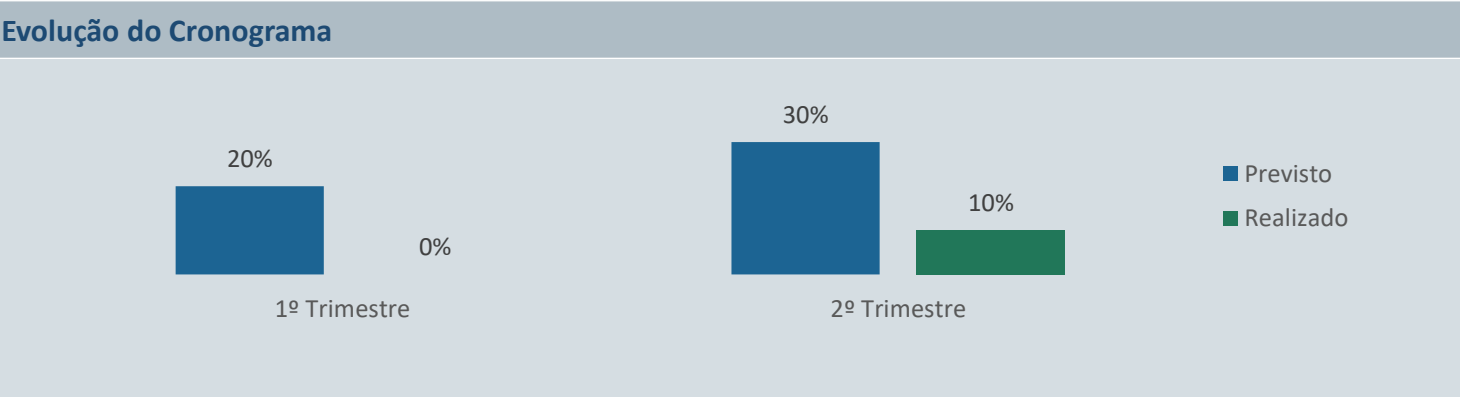
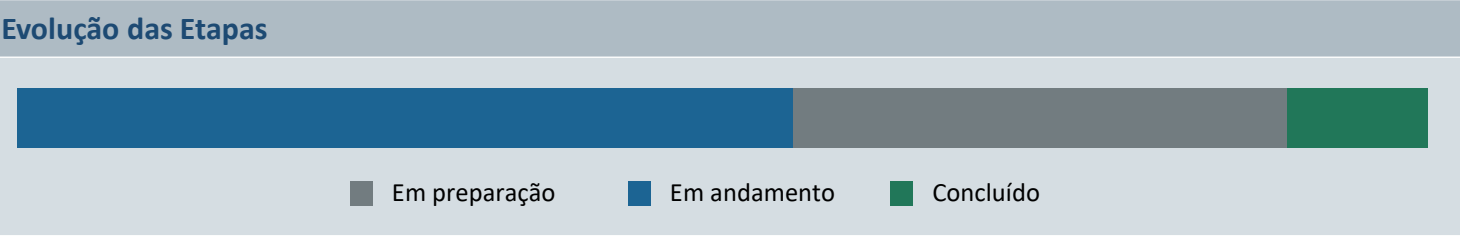
Objetivo: desenvolver ações sistematizadas e contínuas de cuidado com a saúde, bem-estar e qualidade de vida no trabalho no Ministério do Planejamento e Orçamento. Buscando redução do absenteísmo, melhoria do clima organizacional, atração e retenção de talentos, bem como cultivar a autoestima e o bem-estar dos servidores e colaboradores, visando o aumento da satisfação, engajamento, produtividade e desenvolvimento do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R40 - Realizado 01 diagnóstico de qualidade de vida e bem-estar no MPO		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

O projeto MPO de Corpo e Alma segue mobilizando iniciativas voltadas ao fortalecimento da saúde física, emocional e relacional dos servidores. Nesse contexto, o trimestre foi marcado por diversas ações relevantes. No âmbito do programa Vida 360, foram promovidos dois encontros inspiradores: “Mulheres, Mães Equilibristas”, com Thirza Reis, e “Equilíbrio emocional e saúde mental: pilares para melhores resultados”, com Samuel Bortolin. Ainda no escopo do Vida 360, os servidores do ColaboraGov participaram de atividades como “Cultura Antitóxica: O Caminho para o Bem-Estar” e “A Sabedoria da Transformação: O Futuro Começa Agora”, com Genesson Honorato e Lúcia Helena Galvão. Também como parte das ações de promoção ao bem-estar, foi oferecida a oficina “O Plano Executável & Escolhas Inteligentes para seu Bolso e sua Vida”, com foco em educação financeira. Destaca-se ainda o início do Projeto de Suporte Biopsicossocial, uma parceria entre o MPO e o ColaboraGov, que garante aos servidores acesso direto a profissionais como assistente social, psicólogo, orientador financeiro e especialistas em bem-estar. No mesmo eixo, o projeto Viver Bem, promovido pelo MGI, foi lançado com o propósito de ampliar o suporte psicossocial à força de trabalho do Ministério. No mês de maio, a Campanha de Vacinação 2025 foi concluída com sucesso, totalizando 419 doses aplicadas em servidores e colaboradores, número superior à meta estabelecida. A ampla adesão à campanha foi evidenciada pelo perfil etário, de gênero e de comorbidades do público vacinado. Também em maio, foi realizada uma ação comemorativa pelo Dia das Mães, com sorteio de brindes, promovendo momentos de integração e valorização afetiva. Por fim, seguem em andamento a coleta da pesquisa sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) e Desenvolvimento, a circulação do projeto Leitura Compartilhada pelos andares do MPO e a realização dos exames periódicos, cuja coleta deve ocorrer até o mês de julho.



M11	Macroprocesso de Suporte – Gestão Administrativa
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P33

Contratações +Simples

Objetivo: garantir eficiência e transparência, bem como estruturar a área de contratações, implementar a conformidade nos processos de contratações no âmbito do MPO, com a implantação de governança de contratações, definição de fluxos e papéis e divulgação das boas práticas de planejamento.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R41 - Publicado 1 normativo que estabelece a governança para contratações públicas no MPO, contemplando fluxos, responsabilidades e diretrizes para comunicação de boas práticas		

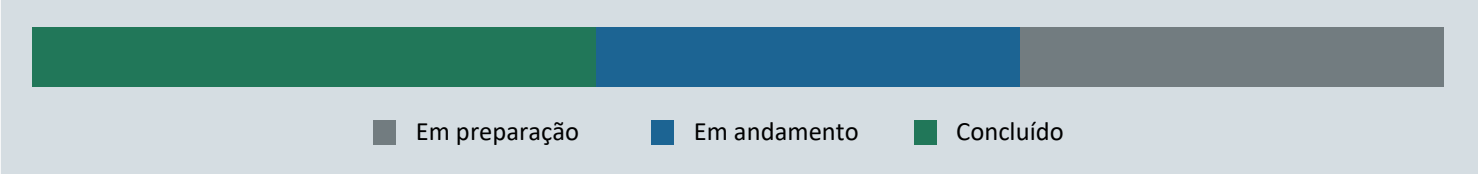
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Ministério publica cartilha tratando do Módulo de Pesquisa Pública do SEI](#)

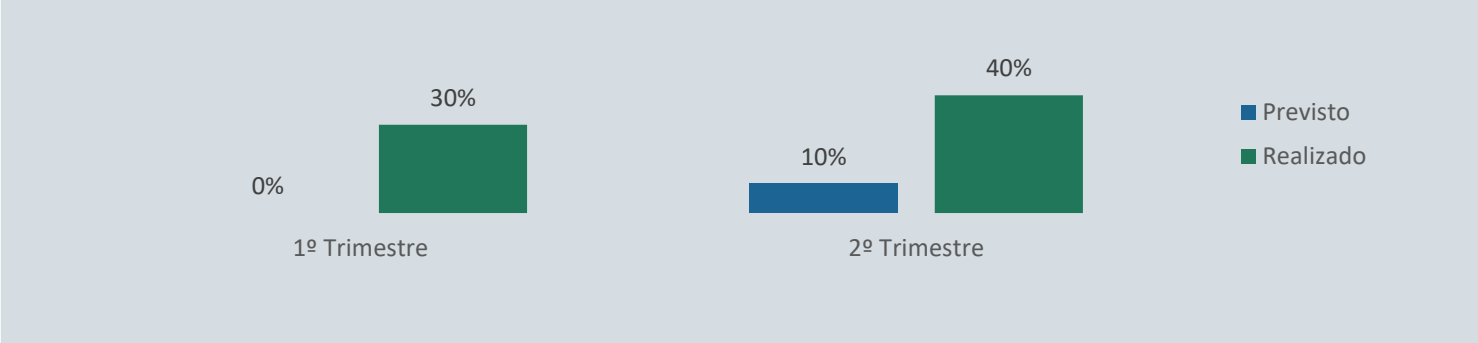
Avaliação do Projeto

O Ofício Circular SEI nº 106/2025/MPO, em 5 de junho, foi divulgado às Secretarias para consolidar orientações sobre a atuação de gestores e fiscais de contratos no âmbito do Ministério. O documento detalha as atribuições legais previstas na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e em seu regulamento (Decreto nº 11.246/2022), reforçando o princípio da segregação de funções e orientando sobre a estruturação das Equipes de Fiscalização de Contratos (EFC). Com a medida, o projeto cumpriu etapa relevante de seu escopo, ao promover maior segurança jurídica e padronização dos processos de gestão contratual. O ofício também incentiva o uso de modelos de controle e listas de verificação recomendadas por órgãos de controle, sendo utilizado como referência prática para as unidades do MPO e como base técnica para capacitações internas. A medida foi acompanhada de ações de disseminação das orientações às unidades setoriais, com o objetivo de mitigar riscos, padronizar condutas e fortalecer a segurança jurídica das contratações. A iniciativa também estabeleceu um marco para a estruturação de fluxos de trabalho, definição de responsabilidades institucionais e racionalização dos processos administrativos.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P34

Modernização do Processo de Avaliação do Cumprimento de Regras Fiscais

Objetivo: modernização do processo de avaliação/conformidade do cumprimento das regras fiscais (meta de resultado primário e limites de despesas primárias) para a elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas, por meio de automação de etapas do processo.

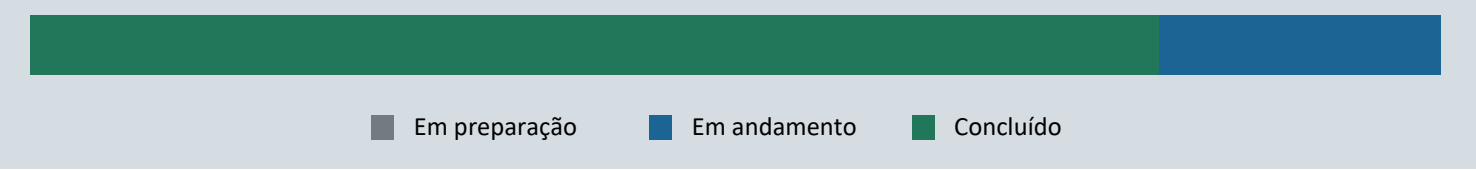
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R42 - Aumentada a eficiência do ciclo orçamentário com a automação da captação de 100% das estimativas de despesas para elaboração do PLDO, do PLOA e das avaliações bimestrais ou extemporâneas.		

Notícias relacionadas ao Projeto

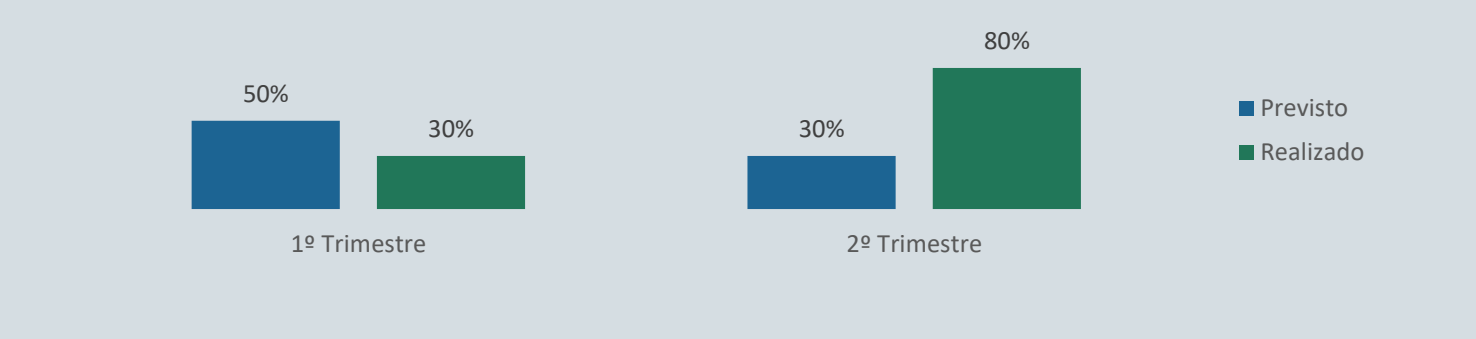
Avaliação do Projeto

O projeto registrou avanços significativos no segundo trimestre de 2025. A principal realização foi a disponibilização do módulo de Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Antes do prazo previsto no cronograma, o módulo apresentou a verificação de limites de despesas. O Manual do Módulo de NFGC pode ser acessado por meio do [link](#). A publicação do Manual de utilização do módulo e a antecipação da funcionalidade de verificação dos limites de despesas primárias reforçam a qualidade da informação, a rastreabilidade e a segurança tecnológica, mitigando os riscos inerentes ao modelo anterior, consolidado manualmente. O novo modelo, ao permitir a automação da coleta e a integração com o BI-SIOP, viabiliza análises mais qualificadas e apoia a tomada de decisão. No âmbito do OE 13, o projeto contribuiu significativamente para o desempenho da gestão acima do esperado.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P35

Modernização do Processo de Autorizações Específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Objetivo: modernizar o processo de autorizações específicas para Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, automatizando a captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, junto às Unidades responsáveis, discriminadas na LDO, bem como a geração de conteúdo, a partir das informações captadas, para compor o Anexo V do PLOA.

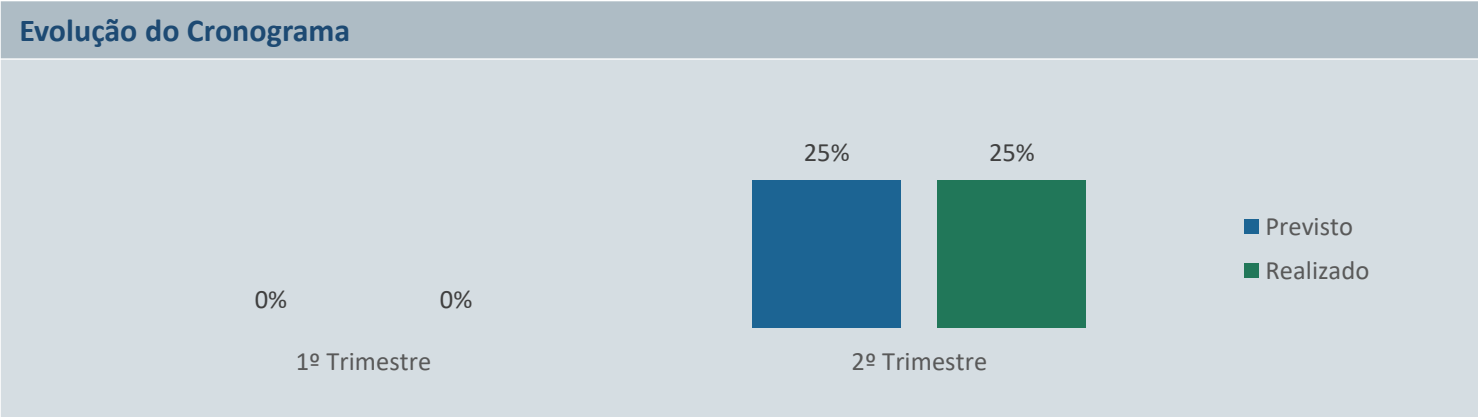
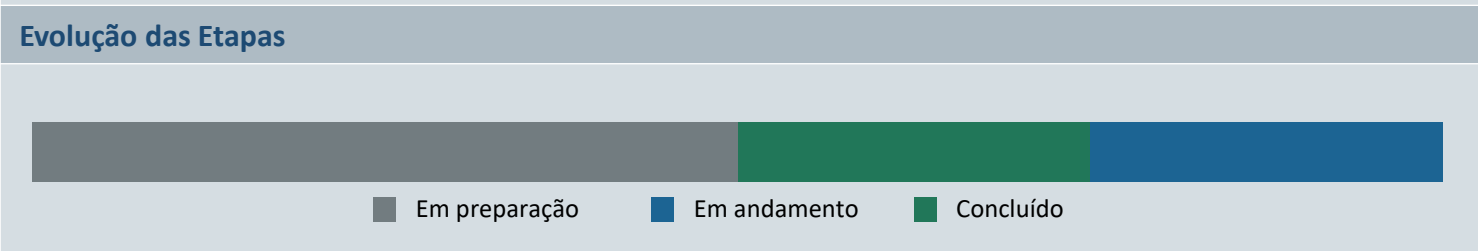
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R43 - Realizado 1 piloto de captação das estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais da União, referente aos Poderes Legislativo e Judiciário, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R44 - Automatizada a geração de conteúdo a partir das informações captadas no piloto, para compor o Anexo V do PLOA 2026.		

Notícias relacionadas ao Projeto

>> [SOF/MPO começa a sistematizar a captação de informações do Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária](#)

Avaliação do Projeto

Na implantação da captação automatizada de estimativas de despesas com pessoal e encargos sociais, base para a elaboração do Anexo V do PLOA, a principal entrega do segundo trimestre foi a conclusão da sistematização básica que compõe a primeira versão mínima viável (MVP) do módulo automatizado no SIOP, incluindo duas das três telas de captação de dados e três funcionalidades administrativas essenciais. Após o desenvolvimento técnico, o módulo foi submetido a uma fase intensiva de testes, com a participação da equipe de negócios, resultando na identificação e no tratamento de melhorias e ajustes necessários. Também foram finalizadas ações complementares fundamentais para a realização do piloto, como a elaboração do Manual do Usuário, a preparação de material didático para capacitação, o envio de comunicações oficiais com orientações técnicas e a configuração de acessos dos usuários participantes. A entrega 1.1 – referente à sistematização da captação – foi finalizada em junho, conforme cronograma. A entrega 1.2 – realização do piloto com os poderes Legislativo e Judiciário – foi encerrada com sucesso, em julho. A expectativa é que o PLOA 2026 seja parcialmente elaborado por meio do novo módulo, em formato híbrido, e que, a partir de 2027, a captação automatizada seja aplicada a toda a Esplanada. A inovação representa marco histórico na modernização do processo orçamentário, substituindo um modelo de alta carga operacional e risco por um sistema informatizado, seguro e transparente. Com isso, espera-se reduzir custos, ampliar a confiabilidade dos dados e fortalecer a governança do ciclo orçamentário federal.



M12	Macroprocesso de Suporte – Gestão de TIC e segurança da informação
OE13	Aperfeiçoar os processos de trabalho por meio da simplificação e transformação digital
SOF	Secretaria de Orçamento Federal

P36

Estratégia de Dados e de Uso de IA da SOF

Objetivo: implementar uma Estratégia de Dados e de IA que modernize os processos de trabalho da SOF, assegurando maior eficiência, governança e qualidade na gestão dos dados orçamentários.

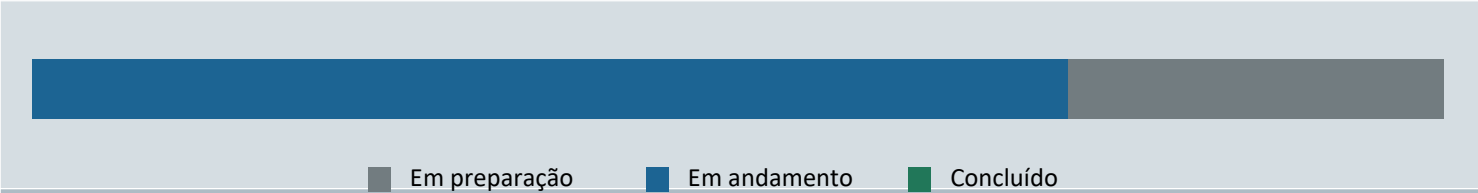
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R45 - Instituída a Estratégia de Dados e de Uso de IA, no âmbito da SOF		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R46 - Instituído o Núcleo de Inteligência de Dados e IA da SOF		

Notícias relacionadas ao Projeto

Avaliação do Projeto

No segundo trimestre de 2025, o projeto lançou a base estratégica para implementação de inteligência artificial (IA) no processo orçamentário. Iniciaram-se estudos aprofundados de casos de uso de IA específicos para áreas de orçamento público, comparando experiências internacionais — Reino Unido, Canadá, Indonésia, Espanha, Austrália e Estados Unidos — com iniciativas nacionais conduzidas por órgãos da Administração Pública Federal e de governos estaduais. Revisou-se o *framework* de diagnóstico de maturidade de dados da SOF, incorporando critérios e dimensões mais aderentes à sua realidade. O objetivo é tornar a coleta de dados mais eficaz e estratégica, de modo a subsidiar a adoção de soluções baseadas em IA. A aplicação desse diagnóstico está prevista para o terceiro trimestre, após a finalização do PLOA 2026. As iniciativas dialogam com tendências amplas de inovação regulatória e democratização de dados.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M07	Macroprocesso de governança – Gestão estratégica
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
SAGE	Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica

P37

Laboratório de Entrega de Valor (LEV)

Objetivo: desenvolver indicadores de impacto para mensurar o alcance dos objetivos estratégicos definidos no Mapa Estratégico do MPO.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R47 - Elaborados, ao menos, 2 indicadores de impacto para medir o resultado relacionado ao macroprocesso de Gestão do Processo Orçamentário Federal.		

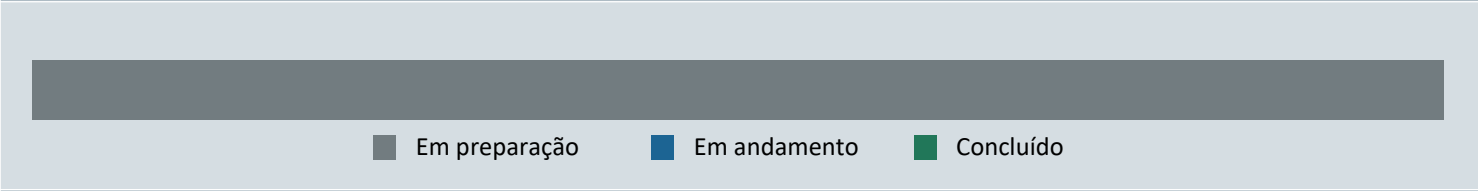
Notícias relacionadas ao Projeto

>> [Relatório de Gestão Integrado é publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento](#)

Avaliação do Projeto

O projeto "Laboratório de Entrega de Valor" visa a estruturação de indicadores de impacto para avaliar a efetividade das iniciativas estratégicas do MPO, assegurando sua aderência aos resultados esperados por stakeholders como sociedade e governo. Com foco na geração de valor público, a iniciativa busca medir mudanças reais na realidade social e aprimorar a maturidade da gestão estratégica do órgão, contribuindo para o aumento do indicador Igest, do IESGo/TCU. Atualmente, estão em curso atividades preparatórias e de planejamento, incluindo a seleção de profissionais e a definição de ações e prazos, consolidando as bases para a implementação dos indicadores e a avaliação da efetividade da estratégia do MPO.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma

Projeto em fase inicial

Cronograma sem tarefas concluídas

M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AECI	Assessoria Especial de Controle Interno

P38

Gestão de Riscos no MPO

Objetivo: garantir, orientar e registrar as etapas do processo de gerenciamento de riscos do MPO.

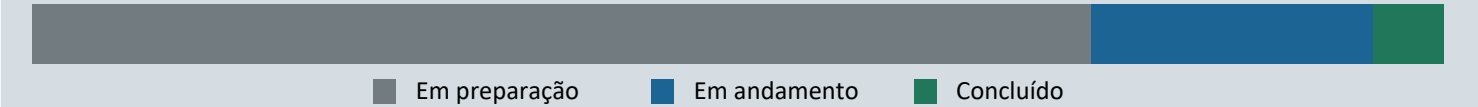
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R48 - Elaborado Plano de Gestão de Riscos do MPO composto pelos 5 Planos de Tratamento encaminhados pelas unidades.		
EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R49 - Iniciado tratamento de 50% dos riscos priorizados nos Planos de Tratamento.		

Notícias relacionadas ao Projeto

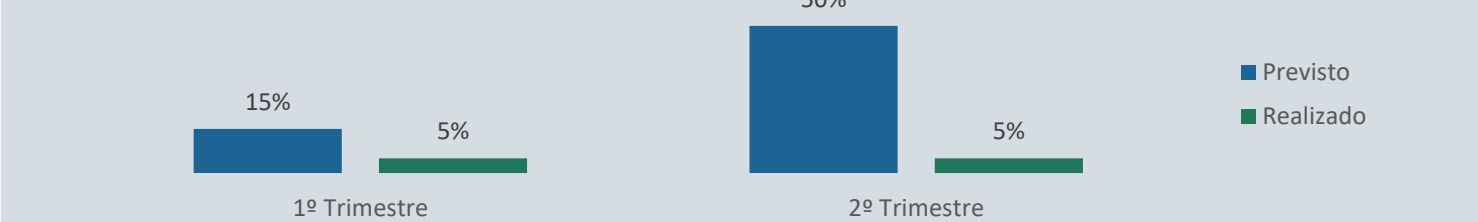
Avaliação do Projeto

Para consolidação da política de transparência, o Ofício Circular nº 119/2025/MPO foi encaminhado às unidades do MPO, solicitando que sejam informados os registros de execução das ações previstas no Plano de Integridade 2025, com o propósito de verificar as correções de rumo necessárias e definir melhorias em busca de constantes avanços. As secretarias do Ministério foram mobilizadas para cumprir e comprovar a realização dos produtos previstos para o 1º semestre, especialmente aqueles relacionados à ampliação do acesso à informação, prestação de contas e comunicação institucional. Dentre as iniciativas conexas, no período, figura a elaboração do Relatório Anual de Gestão da Ouvidoria (ano-base 2023), que atestou 100% de cumprimento das obrigações legais de transparência ativa, posicionando o MPO entre as instituições mais bem avaliadas pela CGU. Foram também realizadas capacitações sobre tratamento de denúncias e pedidos de informação no âmbito da LAI, atualização da página da Ouvidoria na internet e divulgação de atividades da Corregedoria. Essas iniciativas fortalecem a interação com a sociedade e demonstram o compromisso institucional com a integridade e o controle social. Outras entregas relevantes incluíram a publicação das atas das reuniões dos comitês ministeriais, atualização de painéis como o Orçamento em Números e o Orçamento Federal, e a divulgação de boletins de avaliação do ciclo CMAP. Tais ações não apenas atenderam aos compromissos pactuados no Plano de Integridade, como também reforçaram a estratégia de comunicação clara e proativa com os diversos públicos do Ministério. O monitoramento das ações passou a ser conduzido de forma sistemática e trimestral pela AECI, com coleta de evidências e consolidação de resultados para avaliação da alta administração.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



M09	Macroprocesso de governança – Gestão do controle
OE14	Aperfeiçoar a governança em prol do alcance da missão institucional
AeCI	Assessoria Especial de Controle Interno

P39

Plano de Integridade do MPO

Objetivo: aperfeiçoar continuamente a integridade institucional.

EM PREPARAÇÃO	EM ANDAMENTO	ALCANÇADO
R50 - Executadas 70% das ações previstas no Plano de Integridade.		

Notícias relacionadas ao Projeto

[>> MPO aprova Plano de Integridade 2025 com foco em governança ética e institucional](#)

[>> Relatório de Gestão 2024 da AECI-MPO é publicado com destaque para avanços em governança e integridade — Ministério do Planejamento e Orçamento](#)

[>> Relatório de Monitoramento do Plano de Integridade é publicado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento](#)

[>> MPO completa 750 dias de atendimento dos prazos da LAI](#)

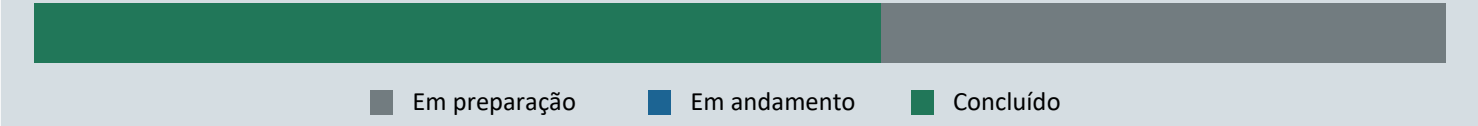
[>> Liderança e saúde mental: evento destaca papel das lideranças públicas na construção de ambientes psicologicamente seguros](#)

[>> CGU seleciona Relatório de Gestão da Ouvidoria do MPO como modelo para ouvidorias federais](#)

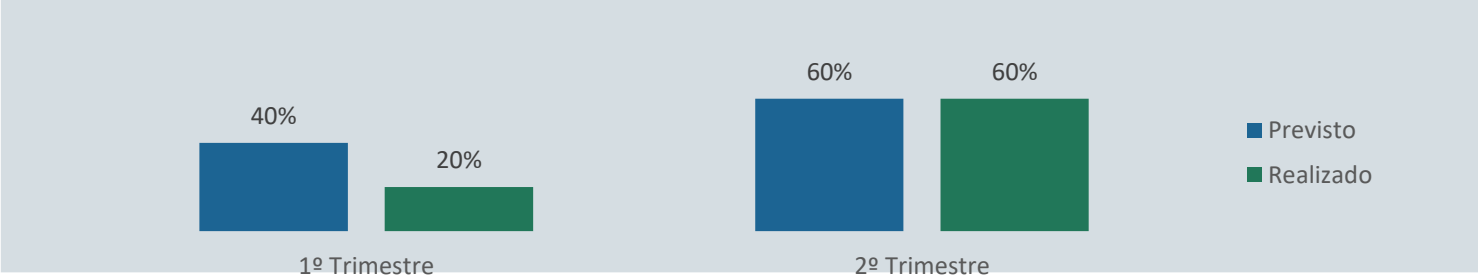
Avaliação do Projeto

No segundo trimestre de 2025, o Projeto P39 avançou na consolidação da cultura de gestão de riscos e controles internos no MPO, com ações voltadas ao monitoramento estruturado dos planos de tratamento de riscos, à articulação institucional e à promoção da integridade. Destacou-se, no período, a publicação do Relatório de Gestão Anual da AECI (ano-base 2024). O Plano de Integridade 2025, aprovado pelo Comitê Ministerial de Governança (CMG) em 16 de maio de 2025 (Ata nº 50878469), representa um marco na governança da integridade do Ministério. O plano foi apresentado via Despacho nº 50517473, em 8 de maio, e encaminhado para aprovação em abril, no âmbito do processo SEI nº 03101.001078/2025-68. Em junho, foi expedido o Ofício Circular nº 119/2025/MPO às unidades do Ministério, solicitando a consolidação das entregas previstas para o 1º semestre. A partir desse processo, iniciou-se a avaliação do alinhamento entre o planejamento e a execução do plano, com taxa de cumprimento parcial registrada em 21%. Paralelamente, foi criado o Foint – Fórum das Instâncias com Funções de Integridade –, espaço permanente de articulação entre as unidades com atribuições relacionadas à integridade, controle e riscos. Também houve aprimoramento do Sistema de Controle de Demandas (SISCOD), que passou a subsidiar, de forma mais eficaz, a elaboração de relatórios gerenciais para a alta administração. Essas iniciativas reforçam a corresponsabilização das unidades e promovem o fortalecimento da governança institucional orientada à prevenção, ao controle efetivo e à tomada de decisão baseada em evidências. O projeto segue como eixo fundamental para assegurar a integridade e a eficiência das entregas públicas do MPO.

Evolução das Etapas



Evolução do Cronograma



2

Desempenho da Gestão

MPO

Publicações

Publicações do MPO



CARTILHA MPO - SEI

SE



ORÇAMENTO 2025

SOF



PLANO DE INTEGRIDADE

MPO



BOLETIM PIB

MPO



RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

AECI



BOLETIM IPCA

MPO



AVALIAÇÃO 2º BIMESTRE

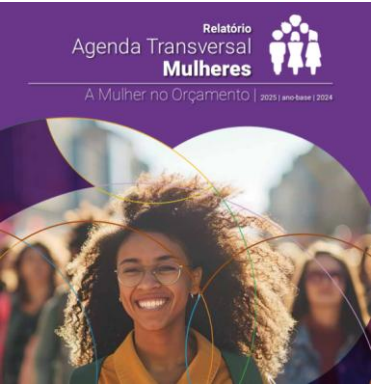
SOF



BOLETIM PNAD CONTÍNUA

MPO

Publicações do MPO



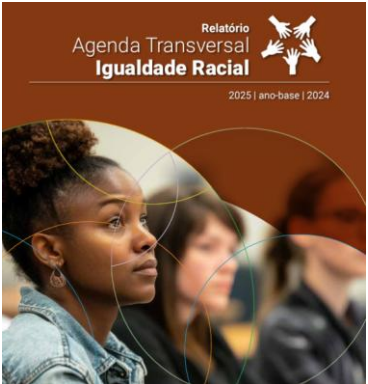
[AGENDA TRANSV MULHERES](#)

MPO



[AGENDA TRANSV MEIO AMBIENTE](#)

MPO



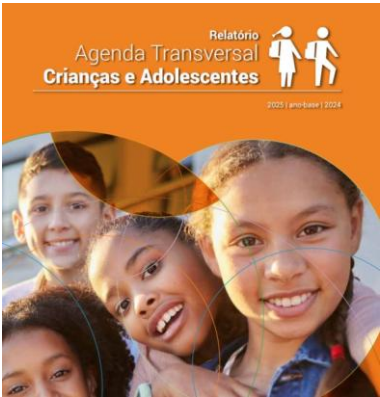
[AGENDA TRANSV RACIAL](#)

MPO



[AGENDA TRANSV INDÍGENAS](#)

MPO



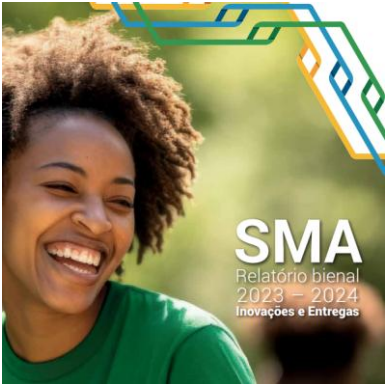
[AGENDA TRANSV CRIANÇAS](#)

MPO



[PRECATÓRIOS 2026](#)

SOF



[RELATÓRIO BIAL 23-24](#)

SMA

Publicações do MPO



INFORMATIVO: ESPORTE

SMA



INFORMATIVO: SUBSÍDIOS

SMA



INFORMATIVO: WI BRASIL

SMA



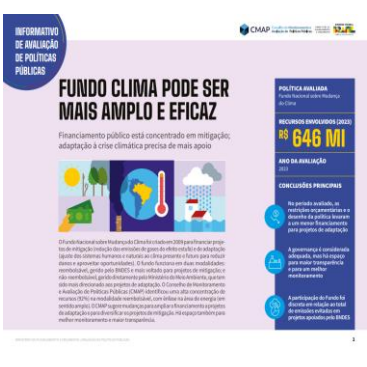
INFORMATIVO: CARRO PIPA

SMA



INFORMATIVO: DESMATAMENTO

SMA



INFORMATIVO: FUNDO CLIMA

SMA

3

CONFORMIDADE E
EFICIÊNCIA DA
Gestão

Declaração da Subsecretária de Administração e Gestão Estratégica

Planejar objetivos e cumprir metas são responsabilidades que envolvem todos os agentes públicos. Nesse contexto, as unidades de suporte à gestão exercem papel fundamental ao estabelecer as bases para a execução das atividades previstas no plano de governo. No âmbito do Ministério, a Subsecretaria de Administração e Gestão Estratégica (SAGE) atua na coordenação da gestão estratégica, administrativa e de pessoas, abrangendo temas como planejamento, inovação institucional, gestão de contratos, logística, tecnologia da informação, orçamento e finanças. Além disso, é responsável por articular-se com os órgãos centrais e monitorar a execução dos projetos estratégicos, contribuindo de forma decisiva para o fortalecimento institucional e o alcance dos resultados almejados.

A gestão administrativa e de pessoas é realizada em rede colaborativa. O MPO integra o Centro de Serviços Compartilhados – ColaboraGov, regulamentado pelo [Decreto nº 11.837, de 21 de dezembro de 2023](#), sob a coordenação da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SSC/MGI), como órgão prestador, atuando como um dos órgãos solicitantes.

No contexto do arranjo colaborativo previsto [pela Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023](#), foi concebido o modelo de compartilhamento de serviços de suporte administrativo. A prestação centralizada de determinados serviços de gestão visa organizar e padronizar procedimentos, com vistas à redução de custos e à promoção de maior eficiência na administração pública.

Neste relatório (capítulos 3 e 4), são apresentadas informações sobre a gestão administrativa, financeira, orçamentária e a governança do MPO. O objetivo é permitir que cada cidadão avalie como os recursos públicos estão sendo empregados e verifique os resultados das ações empreendidas pelos administradores para o cumprimento dos objetivos estratégicos estabelecidos.

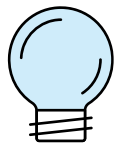
A prestação de contas do MPO cumpre não apenas uma obrigação legal, mas também reafirma o compromisso com a ética, a responsabilidade e a promoção de um ambiente de transparência e confiança na gestão pública.

Com a publicação deste instrumento de gestão, o MPO inova ao disponibilizar, de forma trimestral, informações que tradicionalmente compõem o Relatório de Gestão Integrado – de periodicidade anual – conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 84/TCU. Dessa forma, a sociedade ganha mais uma oportunidade de acompanhar, com regularidade, o valor público que o MPO entrega à população brasileira.

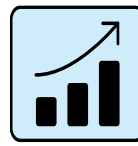
Ao longo da execução do trabalho, buscamos administrar os recursos públicos postos à disposição do Ministério com respeito aos princípios éticos, às diretrizes governamentais e às normas aplicáveis. Contudo, caso qualquer cidadão identifique eventual ato contrário ao interesse público, asseguramos que ele será devidamente apurado e tratado pelos canais institucionais competentes.

Conformidade e Eficiência da Gestão

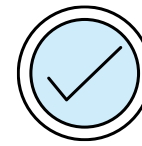
Em detalhes



Plano Estratégico
Institucional



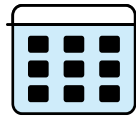
Gestão Orçamentária
e Financeira



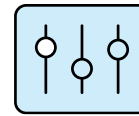
Instâncias
de Governança



Gestão de
Pessoas



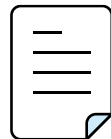
Gestão de Serviços,
Logística e Contratações



Relatórios de
Gestão Trimestral



Transparência e
Prestação de Contas



Relatório de Gestão
Integrado



Tecnologia da
Informação e Comunicação



Supervisão, Controle
e Correição

4

INFORMAÇÕES

Orçamentárias, financeiras e contábeis

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

As [demonstrações contábeis do MPO e o certificado de auditoria](#), bem como as demais informações exigidas pelo art. 8º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22 de abril de 2020, estão disponíveis em nosso Portal, na [seção Transparência e Prestação de Contas](#), conforme requerido pelo § 1º do art. 9º da referida Instrução Normativa.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- IV. Balanço Orçamentário (BO);
- V. Balanço Financeiro (BF);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); e
- VII. Notas Explicativas.

A seguir, os canais institucionais para manifestações e envio de denúncias:



ouvidoria.mpo@economia.gov.br

(61) 2020-5113

[Plataforma Fala.br](https://plataforma.fala.br)

